Abril de 2009 · Ano 6 · nº 49
www.desafios.ipea.gov.br

desafios do desenvolvimento

ipea

Exemplar de Assinante

Fronteira fechada

Crise provoca onda protecionista sem precedentes entre os países ricos. A decisão é vista como armadilha

ipea 45 anos
Por um Brasil desenvolvido

WALTER BARELLI
Ainda é cedo para medir a extensão da crise. Mas ela já chegou ao Brasil: o desemprego está crescendo

MERCOSUL
Brasil tenta fortalecer os países vizinhos, inclusive sem o uso do dólar nas transações comerciais

ESTRATÉGIA
Ipea lança novos indicadores para avaliar não só a economia. Avanços sociais também serão pesquisados

Carta ao leitor

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) promoveu, em Brasília, seminário internacional para debater a crise econômica mundial e seus reflexos na vida das nações. Um dos temas de grande destaque dos debates foi a questão do protecionismo. Os países mais ricos, Estados Unidos à frente, deixaram de lado o discurso liberal, que seria responsável pela situação que o mundo vive hoje, e passaram a adotar barreiras para impedir a entrada, em seu território, de uma série de produtos importados.

Não é preciso ser especialista para saber que a brusca implantação de uma nova ordem econômica global, na contramão de tudo o que se professou ao longo das últimas décadas, é uma manobra de alto risco. Os líderes políticos mundiais sabem disso. O Brasil, desde que o assunto começou a ser discutido, se posicionou contra a abrupta mudança de regras. O próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva deixou clara esta posição na primeira reunião que teve com o presidente Barack Obama, em Washington, no mês passado. Ele saiu da Casa Branca com palavras de incentivo do anfitrião, como manda a boa diplomacia, mas nada mais.

A presente edição, também dentro dos esforços brasileiros anticrise, enfoca a reabertura das negociações entre os países da América do Sul, para reforçar o comércio regional. Com uma novidade: as transações comerciais seriam feitas com as moedas de cada nação, dispensando-se o uso do dólar, o que reduziria custos. Brasil e Argentina já há algum tempo seguem este modelo, que vem produzindo bons resultados. Há quem defenda, inclusive, que tal prática seja ampliada para parceiros de outros continentes.

Jorge Abrahão de Castro, diretor-geral da revista Desafios do Desenvolvimento

Cartas ou mensagens eletrônicas devem ser enviadas para desafios@ipea.gov.br
Diretoria de redação: SBS Quadra 01, Edifício BNDES, sala 1515 - CEP 70076-900 - Brasília, DF
Visite nosso endereço na internet: *www.desafios.ipea.gov.br*

Governo Federal
Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República
MINISTRO Roberto Mangabeira Unger

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PRESIDENTE Marcio Pochmann

http://www.ipea.gov.br/ouvidoria

desafios do desenvolvimento
www.desafios.ipea.gov.br

DIRETOR-GERAL Jorge Abrahão de Castro
ASSESSOR-CHEFE DA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL Daniel Castro
COORDENADORA ADMINISTRATIVA Dóris Magda Tavares Guerra
CONSELHO EDITORIAL Jorge Abrahão de Castro, Daniel Castro, José Aparecido Carlos Ribeiro, Maria da Piedade Morais, Carlos Sávio G. Teixeira, Júnia Cristina Perez Conceição, Márcio Bruno Ribeiro e Dóris Magda Tavares Guerra.

Redação
EDITOR-CHEFE Marco Antônio Moreira
EDITOR-EXECUTIVO Gilson Luiz Euzébio
EDITOR DE ARTE Thiago Luis Gomes
BRASÍLIA Débora Carvalho, Márcio Falcão, Pedro Henrique Barreto e Márcio Oliveira
RIO DE JANEIRO Paulo Márcio Vaz
SÃO PAULO Fernando Taquari Ribeiro
JORNALISTA RESPONSÁVEL Marco Antônio Moreira

Colaboradores
FOTOGRAFIA Josemar Gonçalves / Andressa Anholete / Gustavo Granata (Ascom/Ipea)
TEXTO Lúcia Berbert / Adelina Lapa Nava Rodrigues (Ascom/Ipea) / Marina Nery (Ascom/Ipea)
ILUSTRAÇÃO Antônio Schonart
FOTO DA CAPA Fotomontagem sobre imagens da Stock.xchng

Cartas para a redação
SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1514
CEP 70076-900 - Brasília, DF
desafios@ipea.gov.br

Assinaturas
assinaturadesafios@ipea.gov.br
(061) 3315-5251

Impressão
Gáfica Artprinter

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRIMINDO, NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA).

É NECESSÁRIA A AUTORIZAÇÃO DOS EDITORES PARA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DO CONTEÚDO DA REVISTA.

DESAFIOS (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO MENSAL DO IPEA, PRODUZIDA PELA VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA.

virtualPublicidade
VIRTUAL PUBLICIDADE LTDA
RUA DESEMBARGADOR WESTPHALEN, 868, CURITIBA-PR
CEP. 80230-100 – FONE:(41) 3018-9695
E-MAIL: VIRTUALPUBLICIDADE@VIRTUALP.COM.BR

desafios
do desenvolvimento

Sumário

10 **Entrevista – Walter Barelli**
Em momentos de crise, é preciso garantir emprego e renda

20 **Protecionismo – O jogo perigoso do xadrez mundial**
Países ricos mudam as regras do jogo e impõem barreiras comerciais

30 **América Latina – É hora de cuidar dos vizinhos**
Ministro afirma que é preciso remover eventuais obstáculos

38 **Brasil – O que pensam os especialistas**
Em debate, a exclusão do dólar como moeda nas transações comerciais

48 **Mundo – Fóruns social e econômico na mesma direção**
Combate aos crimes financeiros é evidenciado nas duas reuniões

56 **Agricultura – A vez do pequeno produtor**
Atividades de extensão rural ganham fôlego. Mas ainda existem problemas

64 **História – Direitos humanos, 60 anos depois**
Violência urbana se soma aos problemas do cotidiano dos cidadãos

68 **Educação – Mais alunos na sala de aula**
MEC amplia investimentos para melhorar qualidade do ensino médio

78 **Melhores práticas – Emprego e renda para mulheres**
Projeto Mãos Que Trabalham tem o reconhecimento do governo federal

84 **Pesquisa – De olho no futuro**
Ipea lança quatro novos produtos, com ênfase na área social

Seções

6 Giro
18 Questões do desenvolvimento
46 Controvérsia
76 Perfil
82 Circuito
89 Agenda
91 Estante
93 Indicadores
94 Cartas

Artigos

29 **Crise e transporte urbano no Brasil**
Rafael Moraes Pereira e Ana Paula Borba Barros

45 **Desenvolvimento com equidade**
Artur Henrique da Silva

63 **A política de terras na América Latina**
Martim Smolka e Laura Mullahy

81 **Brasília e sua crescente influência**
Sérgio Ulisses Jatobá

Ricardo Stuckert/PR

Dreamstime

MDA/Divulgação

ONU/Divulgação

GIRO

Macroeconomia 1

Projeções: Brasil não terá recessão

Programas de transferência de renda, aumento do salário mínimo, desoneração fiscal, aumento do volume de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são iniciativas que devem assegurar a manutenção da atividade econômica no Brasil, de acordo com o 17º Comunicado da Presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**), divulgado no dia 18 de fevereiro. "Não vejo o Brasil entrando em recessão", disse Marcio Wohlers, diretor de Estudos Setoriais do órgão. Segundo ele, não se pode projetar para o 1º trimestre de 2009 o que aconteceu "de terrível" no último trimestre de 2008. "A economia brasileira não tende a entrar numa rota recessiva", ressaltou.

O documento foi dividido em três seções: a primeira analisa os limites das respostas à crise; a segunda mostra a atuação de seis países latinoamericanos para enfrentar os impactos vindos de fora (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Chile e México); e a terceira seção avalia a reação da agropecuária e indústria brasileira.

Cooperação

Secretaria Iberoamericana atuará com o Ipea

Gustavo Granata /Ascom/Ipea

O governo brasileiro assinou acordo de cooperação para a instalação da Secretaria Geral Iberoamericana (Segib) no País.

Criada em 2003, a Segib é uma organização internacional de apoio institucional e técnico à Conferência Iberoamericana e à Cúpula de Chefes de Estados da América e Europa de língua espanhola e portuguesa. A sede do órgão, que é integrado por Espanha, Portugal, Andorra e mais 19 países da América Latina, fica em Madri, Espanha.

Pelo acordo, além de estabelecer parcerias em pesquisas, o **Ipea** cedeu o 10º andar de seu edifício sede em Brasília para as instalações da Segib.

Ao assinar o termo de cessão de uso do imóvel no dia 18 de março, no **Ipea**, o secretário-geral da Segib, Enrique Iglesias, ex-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destacou a importância da parceria com o instituto: "A presença física em Brasília é fundamental para o nosso trabalho. O **Ipea** nos permitirá interagir com toda a massa crítica que tem a instituição e trabalhar conjuntamente em programas de cooperação."

Esta é a segunda representação da Segib na América Latina, que conta com um escritório em Montevidéu para cobertura do Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai. O órgão estuda ainda a instalação de outras duas representações: no Panamá e no Peru.

Para o diretor de Cooperação Técnica (Dicod) do **Ipea**, Mário Lisboa Theodoro, a parceria consolida o embarque do instituto na área internacional. A Dicod foi responsável pela elaboração do acordo com a Segib. "O **Ipea** ainda não tinha uma área dedicada a assuntos internacionais. A parceria com a Segib inaugura a fixação dessa área", afirmou.

O diretor de Estudos Setoriais do **Ipea**, Marcio Wolhers, acredita que o trabalho com a Segib representa uma oportunidade para o instituto se aproximar de centros estratégicos de decisões e acordos governamentais.

Cenário

Queda no campo

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) manteve, em fevereiro, a tendência de queda na produção brasileira de cereais, leguminosas e oleaginosas para este ano. A estimativa de queda, no entanto, é menor do que a apurada em janeiro.

A produção deverá atingir 135,3 milhões de toneladas – redução de 7,3% em relação ao ano passado, quando foram colhidas 145,8 milhões de toneladas. A área plantada deve chegar a 47,4 milhões de hectares, 0,3% maior que a de 2008 (47,2 milhões de hectares). A primeira previsão tinha mostrado uma queda de 7,6% em relação projeção feira no mesmo mês do ano passado, em conseqüência das instabilidades climáticas.

Sete dos 25 produtos pesquisados apresentaram alta na estimativa de produção em relação a 2008: amendoim em casca 2ª safra (16,6%), arroz em casca (3,7%), cana-de-açúcar (1,1%), cebola (4,6%), feijão em grão 1ª safra (15,8%), feijão em grão 2ª safra (11%) e mandioca (0,3%).

Cidadania

Revisão cadastral no Bolsa Família

MDS/Divulgação

O Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) pretende concluir, em agosto, a revisão cadastral de usuários do Programa Bolsa Família. No segundo semestre, será implantado novo processo de cadastramento, com metodologia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A secretária Nacional de Renda e Cidadania do MDS, Lúcia Modesto, destacou as duas principais ações da agenda de 2009. Uma delas é a revisão cadastral de usuários do programa. A outra é a implantação do novo processo de cadastramento, que começará no final do segundo semestre.

"Queremos aprimorar o cadastro", disse Lúcia. A atualização cadastral é um dos indicadores que compõem o Índice de Gestão Descentralizada (IGD). A ampla atualização do cadastro permite que um município receba mais recursos para garantir sua infraestrutura.

Caso a atualização não seja efetuada até 31 de agosto deste ano, os benefícios das famílias serão bloqueados em setembro e cancelados em janeiro de 2010. Para que os municípios possam checar as informações com as famílias, o MDS vai disponibilizar uma base de dados aos gestores, no site do Bolsa Família (www.mds.gov.br/bolsafamilia).

A secretária explicou que os governos municipais, estaduais e federal vão se beneficiar desse novo processo. "As informações chegarão mais rápido à União, além de possibilitar uma melhor formulação das políticas destinadas à população pobre em cada um dos 5.564 municípios brasileiros", esclareceu.

Interiorização

Sergipe: ano novo, casa nova

O governo de Sergipe conseguiu financiamento de R$ 250,5 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para promoção do desenvolvimento no interior do Estado. No projeto, batizado de Sergipe Cidades, serão investidos um total de R$ 406,7 milhões.

O programa sergipano envolve toda a população com um conjunto de projetos. O Casa Nova, Vida Nova pretende trocar as casas de taipa e palafitas no interior do Estado por novas residências. Já o projeto de Desenvolvimento Econômico utiliza políticas públicas para fomentar o trabalho de cooperativas e de Arranjos Produtivos Locais (APL).

Negócios

Petrobras não pisa no freio

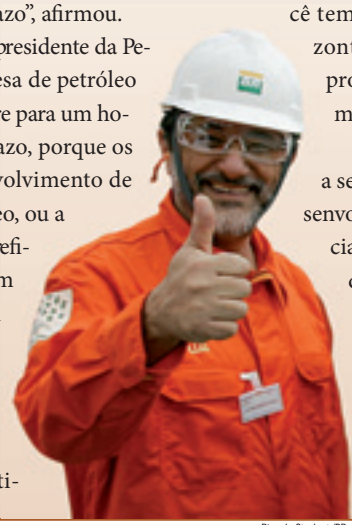
A Petrobras não pretende reduzir as projeções contidas em seu Plano de Negócios 2009/2013, que prevê investimentos de R$ 60 bilhões este ano, informa o presidente da estatal, José Sérgio Gabrielli. Segundo ele, a empresa trabalha no longo prazo e não pode revisar investimentos programados com base na situação financeira internacional, ou em uma crise que não se sabe ao certo quanto tempo vai durar.

"Nossa visão é de que nos próximos cinco anos faremos um volume de investimento de US$ 174,4 bilhões. Esse volume nós acreditamos que é viável e financeiramente factível se o preço do petróleo se mantiver estável, a partir de 2011, em torno dos US$ 45 o barril. Evidentemente que nossas revisões de investimentos serão feitas sempre com horizonte de longo prazo", afirmou.

Na avaliação do presidente da Petrobras, uma empresa de petróleo tem que olhar sempre para um horizonte de longo prazo, porque os projetos de desenvolvimento de produção de petróleo, ou a construção de uma refinaria, ou ainda de um gasoduto levam muito mais tempo.

"Nós acreditamos que não há como você analisar um plano de investimento de uma empresa de petróleo olhando uma conjuntura trimestral. Você tem que olhar para um horizonte mais longo, porque os projetos são sempre de longa maturação", disse.

Sobre o volume de recursos a ser captado no Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Gabrielli disse que o montante vai depender, essencialmente, da capacidade de geração de caixa que a companhia vier a ter nos próximos anos e o volume de investimentos realizados.



Ricardo Stuckert/PR

Indústria

Polo de Manaus está projetando crescimento

Mesmo com as projeções de queda do Produto Interno Bruto (PIB) em 2009, as indústrias instaladas no Polo Industrial de Manaus esperam retomar o crescimento nos próximos meses. O diretor-executivo do Centro da Indústria do Estado do Amazonas (Cieam), Ronaldo Mota, disse que a expectativa do setor é positiva. Mas ressalta: os empresários entendem que tudo dependerá do comportamento de outras economias.

Mota informa que a queda no PIB brasileiro no último trimestre de 2008 era esperada, como momento financeiro internacional. "O mundo inteiro está em crise, e o Brasil não está isolado disso, porque depende de exportações", diz. Observa, no entanto, que o Brasil depende também dos pacotes que, principalmente, os governos dos Estados Unidos e da Europa estão fazendo para socorrer suas

O Polo Industrial de Manaus, explicou Mota, é um dos "termômetros" das consequências da crise internacional no País. O parque fabril instalado na capital amazonense tem no mercado interno sua principal fonte de consumo. "Estamos numa crise. Ainda não é uma recessão, mas, se as medidas tomadas, sobretudo nos Estados Unidos não surtirem efeito, poderemos entrar numa recessão. Se o Brasil vai bem, o Polo Industrial de Manaus também vai bem", explicou. Mas alerta: embora as empresas estejam lidando bem com a crise, é preciso que recebam atenção do governo, que precisa manter o apoio às indústrias.

Transportes

Artérias fluviais

O diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antonio Pagot, prevê que 2009 será um marco para as hidrovias brasileiras. Além da conclusão da última eclusa de Tucuruí, no Pará, uma das obras mais complexas da engenharia nacional, será dado o passo inicial para a formação de três hidrovias no País, explicou. O custo total dos dois projetos é de R$ 16 bilhões.

"Tucuruí é a maior obra do PAC (Plano de Aceleração do Crescimento)", salienta. "Tanto pela questão da engenharia como pelo envolvimento de pessoas, pela técnica implantada, ou pelo tamanho das comportas e das câmaras de eclusas".

Pagot anunciou que está encaminhando à ministra da Casa Civil, Dilma Roussef, responsável pela coordenação das obras do PAC, projetos de três novas hidrovias: Paraná-Tietê; Tocantins; e Teles Pires-Tapajós. Com o orçamento de R$ 8 bilhões previsto e um prazo de quatro anos para ser finalizada, a Paraná-Tietê passará dos atuais 800 quilômetros de águas navegáveis para 2 mil quilômetros.

Divulgação

Pesca

Multiplicação dos peixes

O ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc, anunciou a decisão do governo de simplificar o licenciamento ambiental de aquicultura para pequenos empreendedores. Segundo ele, a medida levará ao aumento da produção de peixes, o que resultará na maior oferta de emprego. O licenciamento deverá ter as normas uniformizadas, para eliminar divergências de critérios entre os estados. As mudanças estão sendo analisadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

De acordo com o ministro, o objetivo do governo é que pelo menos 90% do aumento da produção se dê por meio do cultivo de peixes. "Você cria peixes em áreas reservadas e não ameaça as espécies que estão nos rios e nos mares", argumentou. Para o ministro, o projeto vem em boa hora, na medida em que a Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca ganhará status de ministério. Com isso, haverá "mais recursos e mais poder".

Divulgação

Comércio exterior

Rinha de frango

As medidas protecionistas adotadas por muito países estão prejudicando as exportações de carne de frango. A informação é do presidente da Associação Brasileira de Exportadores de Frango (Abef), Francisco Turra. Houve queda de 5,2% no volume de vendas no primeiro bimestre deste ano, quando comparadas com o mesmo período de 2008.

Houve queda de 28,2% na receita cambial entre os dois bimestres, de acordo com a Abef. Na União Européia, por exemplo, a retração representou 6% no volume das vendas e 22% a menos na receita cambial. A Europa é o quarto maior produtor de frango do mundo e está querendo aprovar regra exigindo que os produtos sejam feitos com carne de frango fresco", acrescenta o diretor executivo da associação, Christian Lohbauer. "Assim o frango congelado que vem do Brasil ficará de fora".

Divulgação

Os países da América do Sul, segundo Turra, também seguem a regra de priorizar o que produzem internamente antes de comprar qualquer produto estrangeiro. "Essa tem sido uma de nossas maiores dificuldades. Além de problemas com a instabilidade do câmbio e com o preço das *commodities* (produtos básicos com cotação internacional), como o milho e a soja, enfrentamos barreiras com as cotas, regras sanitárias e tarifas específicas para o frango", relata Lohbauer.

Apesar do cenário desfavorável, a Abef projeta crescimento das exportações em 5% para este ano, graças à abertura do mercado chinês.

Política

Mais mulheres no Poder Legislativo

A cota de vagas que os partidos destinam hoje às mulheres nas eleições – 30% – deveria ser o piso e não o teto como vem ocorrendo. A afirmação é de José Eustáquio Diniz Alves, professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), feita durante a apresentação da palestra "Mulheres sem espaço no poder", no **Ipea**, Rio de Janeiro, no dia 17 de março.

A portaria de 11 de março de 2009 parece ter dado o primeiro passo para atender a proposta do estudo. Ela institui a Comissão Tripartite para rever a Lei 9.504 de 1997, com representantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Casa Civil, Secretaria de Relações Institucionais, Ministério da Justiça, Secretaria Geral da Presidência da República, Legislativo e sociedade civil.

José Cruz/ABr

A principal novidade deve ser a punição aos partidos que não cumprirem as cotas. Apenas 12% das cadeiras para deputados federais e estaduais pertencem às mulheres, que já são a maioria do eleitorado brasileiro (51,5%). Um dos mecanismos apresentados em projeto de lei para ampliar a participação feminina seria um percentual do Fundo Partidário para ações de incentivo à entrada das mulheres na política.

Alimentos

Anvisa: propaganda vigiada

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) pretende regulamentar, no segundo semestre deste ano, a publicidade de alimentos e bebidas no Brasil, principalmente os destinados ao público infantil. Segundo Ana Paula Dutra Massera, chefe da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Propaganda e Publicidade do órgão, estão sendo analisadas mais de 250 sugestões recebidas durante os 140 dias em que a norma foi submetida à consulta pública (nº 71/06).

Entre as medidas em estudo, estão a proibição da propaganda em escolas e materiais escolares e do uso de personagens conhecidos do universo infantil na publicidade. Também está sendo avaliada a veiculação de frases de advertência, alertando sobre os riscos envolvidos no consumo dos produtos.

Segundo Rafael Sampaio, vice-presidente da Associação Brasileira de Anunciantes (ABA), regulamentar a publicidade vai "engessar e impedir a criatividade" do meio publicitário.

Para o professor de pediatria da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), José Augusto Taddei, a relação entre obesidade infantil e publicidade é clara. "Existem trabalhos pontuais que demonstram, por exemplo, que uma em cada três crianças de seis meses come macarrão instantâneo", disse. "É um alimento que está pronto para consumo, mas é um macarrão frito, cheio de gordura. Uma criança que com seis meses de idade se alimenta assim, provavelmente vai ter doença cardiovascular mais cedo".

Empregar é

Vanessa Oliveira

Walter Barelli

a solução

Especialista em emprego, o economista Walter Barelli, integrante do Conselho de Orientação do **Ipea**, acredita que as demissões na Embraer são os primeiros sinais de que a crise financeira mundial começa a prejudicar o trabalhador brasileiro. Para enfrentar as turbulências e reduzir o volume de desempregados, o professor aposentado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) defende um plano de obras, nos moldes do *new deal* — programa de recuperação econômica dos Estados Unidos executado no governo de Franklin Roosevelt após a Grande Depressão de 1929. Do contrário, avalia, o Brasil não terá como escapar da crise e logo terá 10 milhões de desempregados. "Neste momento, empregar é a solução", diz.

Por **Fernando Taquari Ribeiro**, de São Paulo

Desafios – As demissões na Embraer são sinais de que a crise financeira mundial começa atingir de forma mais acentuada o emprego e a renda do trabalhador brasileiro?

Barelli – Acho que a crise ainda não chegou ao Brasil com muita intensidade. Temos um início de crise com alguns sinais que passaram a existir, mas também com alguns antídotos. As demissões realizadas pela mineradora Vale do Rio do Doce em dezembro do ano passado foram os primeiros efeitos da crise no emprego. É lógico que ocorreram outras demissões nesse período medidas pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho. No entanto, são naturais as dispensas nessa época do ano. Dezembro sempre registra baixas no índice de emprego, já que chega ao fim a safra da cana-de-açúcar, da laranja, entre outros produtos agrícolas. Muitas vezes acontecem mais demissões do que admissões. A crise financeira começou a repercutir a partir da falência do banco de investimento Lehman Brothers no dia 15 de setembro de 2008. E aqui, em nosso País, há uma série de coisas que está acontecendo que tem tudo a ver com a crise, mas a repercussão ainda é inicial. Veja o caso do emprego. Um grande número de empresas, sobretudo do setor automobilístico, só demitiu trabalhadores temporários. As montadoras optaram entre dar férias coletivas ou negociar novas formas de acordos, com licença remunerada para curso de qualificação. Agora, os 4 mil funcionários demitidos pela Embraer representam mais um elemento da crise financeira sobre a questão do emprego. A Embraer não contrata ninguém com menos do que o segundo grau. Portanto, estes 4 mil são trabalhadores da elite. Não é mais aquela elite da indústria automobilística, que eram os ferramenteiros. Os trabalhadores demitidos são treinados, alguns com mais de 10 ou 20 anos de casa. Eu não sou especialista em indústria aeronáutica, mas entendo que é uma coisa muito especializada. As dispensas da Vale e da Embraer foram as maiores anunciadas até agora.

Desafios – O senhor acredita que a onda de demissões permaneça por muito tempo?

Barelli – Nós só vamos saber essas coisas depois. É prematuro dizer

Vanessa Oliveira

ainda sobre futuro. A indústria de autopeças disp ensou bast ante. Quem não a parece na im prensa também aproveitou e dispensou seus funcionários. Mas há um det alhe importante para destacar. As dispensas da Embraer não vão aparecer no índice de desemprego do Brasil porque o levantamento não é realizado no Vale do Paraíba. É feito apenas nas regiões metropolitanas. Muito do des emprego da Vale do Rio Doce também não vai aparecer porque ela f unciona basica mente onde tem mina. Quer dizer, não temos boas estatísticas de emprego. Nesta crise não vamos saber exatamente o número de desempregados ou des ocupados es palhados p elo País. O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) promete, para 2010 o u 2011, co meçar a fazer uma pesquisa trimestral em todo o Brasil. A PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio), que é uma pesquisa anual, permite que você conheça os desempregados do Brasil. Só que a coleta do PNAD é em setembro e outubro. Então, o que aconteceu em 2008 não vai ser medido com exatidão. Aliás, 2008, talvez, vá apresentar redução do total de desempregados no Brasil. As pessoas vão questionar: por que estava dando certo e agora está tudo erra-

No Brasil, nessa pesquisa da PNAD, o último dado publicado indica que havia 8,1 milhões desempregados. Isso é muita gente e ninguém fez discurso para dizer que temos 8 milhões de desempregados

Trajetória profissional

Economista e professor aposentado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Walter Barelli, 70 anos, nascido na capital paulista, formou-se em economia pela Universidade de São Paulo (USP), onde recebeu o título de pós-graduado em Sociologia do Desenvolvimento. Na época da universidade, passou em um concurso público e trabalhou por oito anos no Banco do Brasil.

Também doutor em economia, Barelli foi diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) por 23 anos, entre 1967 e 1990. Durante este período, tornou-se especialista em questões relacionadas ao emprego. Foi ministro do Trabalho do ex-presidente da República Itamar Franco (1992-1994).

Como secretário do Emprego e das Relações do Trabalho no Estado de São Paulo nos mandatos dos tucanos Mário Covas e Geraldo Alckmin (1995-2002), foi responsável pela implantação das Frentes de Trabalho, programa voltado para a população de baixa renda, e pela criação do Banco do Povo Paulista, destinado aos microempreendedores. Em 2003, elegeu-se deputado federal pelo PSDB. Encerrou o mandato em 2007.

Escreveu os livros O Futuro do Emprego e Distribuição Funcional de Renda nos Bancos Comerciais. Barelli é também co-autor em outras publicações no Brasil e no exterior. Além disso, faz parte do conselho do Instituto Via de Acesso, uma ONG criada para preparar jovens para o mercado de trabalho.

do? Por que, agora, voltou a ter desempregados no B rasil? M esmo quando f or f eita a p esquisa, em 2009, por volta de setembro ou outubro de novo, vai ser uma tomada de posição só. Por isso defendo um efetivo índice de desemprego nacional. O Dieese faz levantamentos em muitas regiões que o IBGE. Então, ao falar dessa crise financeira, hoje, não é possível ainda dizer se ela chegou com força. Mas se acontecer e tivermos eficiência, talvez não seja a crise que se anuncia. Portanto, as necessidades s ão ef iciência e um bom índice de desemprego efetivamente nacional.

Desafios – Que tipo de eficiência?

Barelli – Vou continuar na Embraer. A companhia, por exemplo, estava discutindo com o Ministério da Defesa a construção de um avião tipo Hércules de transporte de tropas. A ideia era adquirir 20 unidades no Brasil, o que daria escala para a Embraer entrar nessa linha e fornecer para outros países, porque este é um tipo de avião especial. Por isso digo que o governo deixa a crise acontecer. Ele tinha que negociar rapidamente pa ra e vitar as demiss ões. Quem sabe poderia salvar o emprego de 5% desses 20% de funcionários que foram cortados. O grande problema na questão do emprego no Brasil é que o País não tem e quase nunca teve uma política de emprego. Para os economistas, emprego é uma função do investimento. Então, se há investimento existe emprego. Alguns planos governamentais foram muito importantes porque levaram em prego ao cidadão . É s ó lembrar do que foi feito por Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e os militares. Apesar da repressão nos anos 1970, durante a ditadura, havia um plano de construção civil importante, com grandes obras. Chegava a uma situação de quase pleno emprego. Lembro que houve uma disputa entre as construtoras pelos trabalhadores da construção civil. O alojamento onde eles moravam passou a ter televisão. Houve demanda no Rio de Janeiro e em São Paulo, embora algumas co nstruções t enham ocorrido em outros estados. Mas neste período ergueram, principalmente, a Ponte Rio-Niterói. O Banco Nacional da Habitação era financiador de moradia e o Brasil passou a investir muito. Naquela época, contudo, não havia um índice para medir os desempregados brasileiros. O Brasil só passou a ter um índice, em 1985 e 1986, quando o IBGE e o Dieese passaram a levantar essas informações.

Desafios – O que o governo pode fazer para evitar uma deterioração da crise no emprego?

Barelli – Na verdade, deve-se falar o que os governos podem fazer. Se a crise for longa é preciso pensar neste governo e no próximo. Primeiro, tem que olhar a economia também do ponto de vista do emprego. Quando tem desemprego todo mundo faz campanha falando sobre este assunto. Surgem vários salvadores da pátria. Na última campanha para prefeito, ao contrário das três anteriores, não se mencionou o desemprego. Tanto Lula, duas vezes, quanto os prefeitos na outra eleição, em 2004, exploraram a questão na campanha eleitoral. Nesta última, não apareceu nada porque aparentemente era um céu de brigadeiro. O Caged é mentiroso porque não diz quantos são os desempregados. No Brasil, nessa pesquisa da PNAD, o último dado publicado indica que havia 8,1 milhões desempregados. Isso é muita gente e ninguém fez discurso para dizer que temos 8 milhões de desempregados. Efetivamente, a questão do emprego não entra como assunto central na formulação econômica brasileira. O problema só será resolvido quando este assunto for pauta da agenda nacional de governantes, políticos e de brasileiros. O assunto passa agora a ganhar emoção. Logo vamos ver desocupados em todas as famílias. Se a crise for grande vamos chegar logo aos 10 milhões de desempregados.

Desafios – Qual sua avaliação sobre os acordos entre empresas e sindicatos que preveem suspensão de contrato de trabalho, redução de jornada e de salário?

Barelli – É preciso denunciar: muitas empresas demitiram e não foi noticiado porque estão numa área onde o sindicato não é atuante. As coisas que foram feitas com mediação do sindicato estão na regra do jogo. No Sul, no Sudeste e nas grandes capitais, os trabalhadores já enfrentaram crises de desemprego na década de 1970, no começo dos anos 1980 e na década de

Vanessa Oliveira

1990, quando o Brasil crescia pouco. Então, estamos entrando em 30 anos de experiência do movimento sindical em crises. Essas mudanças que estão sendo esgrimidas preparam novas formas de relacionamento entre as empresas e os sindicatos. Os espanhóis estão na quinta mudança laboral. No Brasil, não computamos nenhuma mudança. Apesar disso, acho que, se alguém se aventurar por mudar sem saber, vai fazer coisa errada. Por isso é melhor fazer acordos, que, se forem corretos, depois se tornam uma nova cultura a ser usada pelos trabalhadores. Afinal, a forma de trabalhar hoje é muito diferente da maneira que era em 1940, quando saiu a CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Antes os sindicatos praticamente não participavam das discussões. No Paraná, a Renault fez um acordo com o sindicato, no qual previa suspensão do contrato de trabalho com a garantia de que os funcionários ganhariam o seguro-desemprego e a empresa completaria o salário líquido que eles tinham antes da suspensão.

A crise não é ainda da indústria automobilística. É dos fornecedores da indústria automobilística. O caixa daqui foi transferido para segurar o caixa da matriz. Ainda não é possivel mensurar o tamanho da crise

Desafios – Qual a explicação para as demissões no setor automobilístico que, ao longo do ano passado, bateu recordes de produção e vendas?

Barelli – A nova forma de difusão de notícias fez com que o que seria muito grave nos EUA chegasse como possibilidade de crise mundial rapidamente em todos os lugares. Passou a ser a profecia autorrealizada. Muitos adotaram este comportamento porque a matriz estava mal. A indústria automobilística, que já tinha a experiência, não demitiu de pronto. Sabia que seu sindicato não deixaria as demissões ocorrerem do dia para a noite. O que elas fizeram então? Usaram o mecanismo de sempre. Deram férias coletivas. A crise não é ainda da indústria automobilística. É dos fornecedores da indústria automobilística. O que aconteceu foi que o caixa daqui foi transferido para segurar o caixa da matriz. Depois de oferecer 90 meses para os consumidores pagarem por seus veículos, as montadoras também fecharam suas carteiras de empréstimos com a restrição de crédito, que também afetou o setor da construção civil. Os bancos pararam de emprestar. O Banco Central (BC) liberou o depósito compulsório, mas, mesmo assim, o crédito não deslanchou.

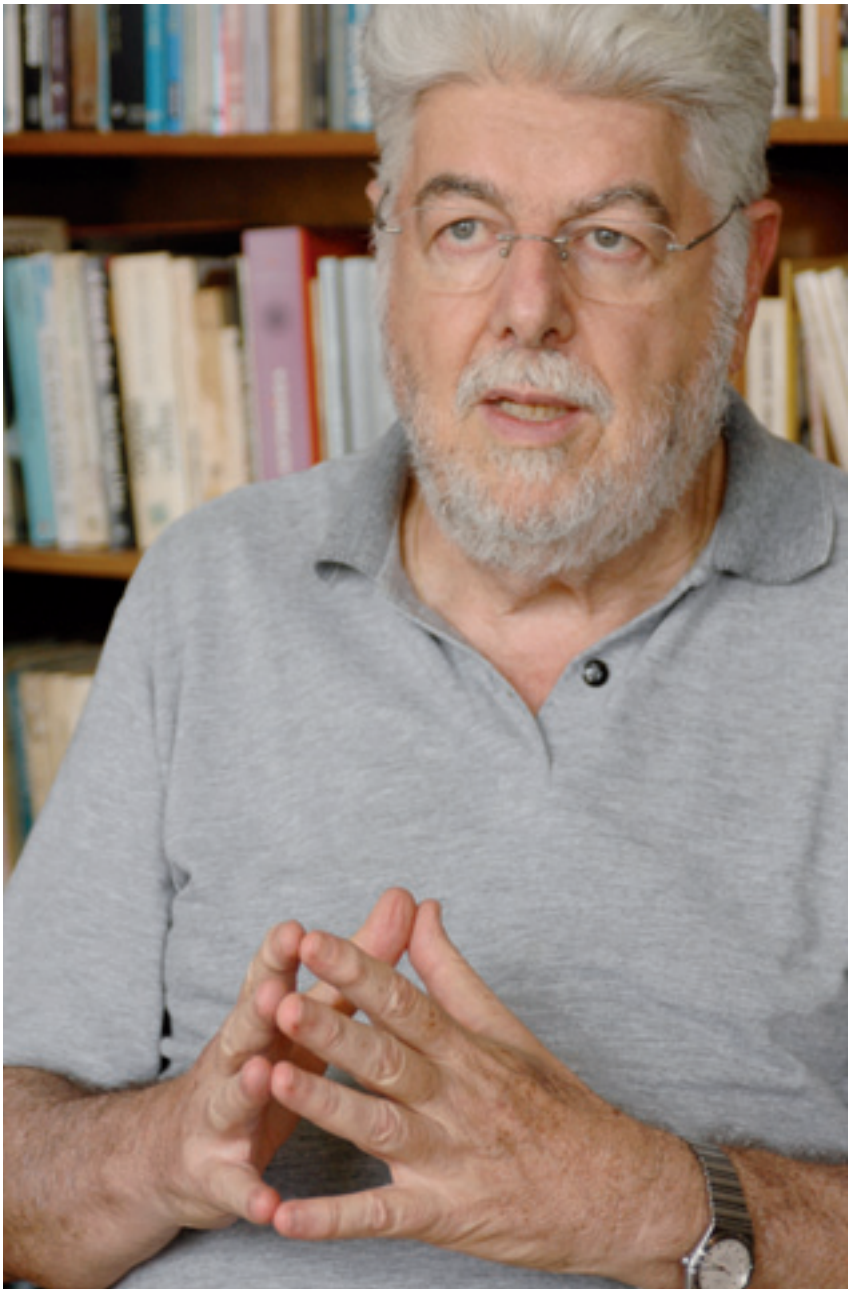
Desafios – Como o senhor enxerga a flexibilização nas relações de trabalho?

Barelli – Se você for ver o que é flexibilização no resto do mundo é a possibilidade de dispensar o trabalhador. No Brasil, que é atrasado em tudo, foi decretada a flexibilização em 1966, com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço). Nenhum trabalhador tem hoje estabilidade, a não ser que ele seja dirigente sindical, acidentado ou gestante. Na Europa, se discute hoje a possibilidade do trabalhador não ter direito à estabilidade. Além disso, outra forma de flexibilização muito utilizada é a contratação sem carteira assinada. Ou seja, a contratação do funcionário por meio de pessoa jurídica. Como ainda não é possível mensurar o tamanho da crise, os trabalhadores estão aceitando as propostas de acordo das empresas que preveem a redução dos salários, da jornada e a suspensão do contrato de trabalho.

Desafios – Os sindicatos demoraram para tomar uma posição?

Barelli – Concordo que demorou para os sindicatos tomarem posições.

Vanessa Oliveira



Não sei ainda se existe uma coordenação bem feita de várias centrais sindicais. No início houve manifestações, que diziam que era preciso aumentar o número de cotas do seguro-desemprego. Entretanto, eu não vi, com exceção da passeata que foi feita na frente da Volkswagen pelos metalúrgicos, e outra pequena, em frente ao prédio da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), essa crise se transformar em um movimento de massa, até dos que estão pendurados, com a possibilidade de serem demitidos. Eu sei que é difícil mobilizar trabalhador quando o facão vai correr. Com as garantias que hoje tem a atuação sindical, deveria haver mais explicações para os trabalhadores. Quando a gente fala em movimento sindical supõe-se movimento e o movimento, por enquanto, não incomoda. O dirigente sindical com liberdade sindical tem condição de aprender com as vitórias e derrotas do passado.

Desafios – Como o senhor avalia a representatividade do sindicalismo hoje?

Barelli – O movimento sindical teve momentos de ouro na década de 1980, com a batalha pela redemocratização e as negociações nas fábricas. Mas, depois da Constituinte, o movimento se perdeu em meio ao baixo crescimento da economia brasileira. Com a retomada do crescimento, os sindicatos foram importantes para a definição de uma política de aumento real do salário mínimo, mas não são mais tão influentes como antes. As centrais sindicais, por sua vez, que não dependem do governo, passaram a receber o imposto sindical obrigatório. Com a contribuição, parece que essas entidades estão se proliferando. O imposto sindical, que é a cobrança equivalente a um dia de trabalho descontado diretamente na folha, serviu para sustentar os sindicatos e as centrais. Isso tudo só aconteceu porque a legislação é anacrônica e não foi feita a reforma trabalhista.

Desafios – Há espaço para uma reforma trabalhista até o final do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2010?

Barelli – Nós perdemos a chance de fazer uma reforma trabalhista. Fazer uma reforma numa crise desta vai beneficiar quem? Está se pensando na felicidade do trabalhador, para ele trabalhar com metas mais claras ou a intenção é baratear o que este trabalhador significa para a empresa? Não acho a reforma aconselhável num momento de crise. Tivemos, como efeito da democracia, um presidente vindo do movimento sindical. Ele propôs, num primeiro momento, fazer as reformas tributária e da previdência. No segundo ano seriam as reformas trabalhista e sindical. Criou-se um fórum. Tentou fazer uma discussão par-

ticipativa. O resultado, contudo, deixou a desejar. Sequer a diretoria da CUT (Central Única dos Trabalhadores) estava de acordo com o que resultou do fórum. Tanto assim que aquela diretoria da CUT deu origem a duas centrais sindicais. A própria CUT e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), onde o PCdoB é majoritário. Um presidente que vinha do movimento sindical tinha condições de fazer as articulações necessárias para uma boa reforma trabalhista. Ele já está no segundo mandato e é muito difícil concluir. Na reforma tributária há um ponto que toca na questão trabalhista. Os empresários queriam, mas não conquistaram, a desoneração da folha de pagamentos, porque os sindicalistas forçaram uma espera, pois temiam chegar enfraquecidos para discutir a reforma trabalhista. Depois do impasse, não se discutiu mais o assunto. Os empresários, quando falam que precisa mudar, se referem à forma como são arrecadadas as chamadas contribuições sociais sobre a folha de pagamento. Tem muito trabalhador que paga mais. Há mudanças que são necessárias. Até foram enunciadas. De qualquer modo, é muito difícil mexer nisso em meio à crise. Mesmo para o governo Lula, que foi eleito com uma votação expressiva.

Desafios – A crise pode atingir o País com mais intensidade? O que fazer?

Barelli – Ela tem tudo para chegar. Quais são as nossas dependências? O que pode acontecer? Tem a questão do crédito. As medidas que foram copiadas agora aparentemente não deram certo aqui ainda. Crédito para carro e dinheiro para banco. Nossos bancos dizem que estão bem hoje por causa do Proer (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional), que vem do outro governo e foi muito criticado na época. Não mudou a situação de renda das famílias porque não houve um desemprego grande. Mesmo quando há desemprego, o trabalhador recebe o aviso prévio, FGTS e se tiver sorte o seguro-desemprego. A crise é adiada naquilo que se refere ao consumo da população. As empresas que deram férias antecipadas, se demitirem, vão dar mais um mês para o trabalhador de aviso prévio. Há um compasso natural de atraso na efetivação da crise em termos do Brasil. Vai a fetar mesmo quando tivermos um crescimento no desemprego. Esses 8 milhões podem ser 10 milhões. Esses dois milhões vão aparecer porque estarão concentrados em áreas onde vive muita gente. Vai ser na Grande São Paulo, na Grande Belo Horizonte, no Rio de Janeiro. Isso não é para já. Existe uma marcha natural. Neste período você tem que trabalhar na chamada linha anticíclica. Aí é que você precisa de governo. Você pode fazer medidas paliativas ou que levem efetivamente a resultados. Lula falou em construir um milhão de casas. Onde está o terreno e a primeira fatura da compra de aço para construir essas casas? É uma ideia. Agora, quem é o gerente de execução disto? De quem vamos cobrar depois?

Vanessa Oliveira

Você precisa ter organizadores de produção, que no capitalismo são empresas, mas no conjunto de uma nação isso é próprio da atividade governamental. Não sei se, entre as equipes de governo, tem alguém olhando para a frente

Desafios – Então, quais os caminhos que o Brasil deve percorrer para atingir o desenvolvimento?

Barelli – Se você tiver um bom planejamento resolve problemas que acontecem ao seu tempo. Você precisa ter organizadores de produção, que no capitalismo são empresas, mas no conjunto de uma nação isso é próprio da atividade governamental, que deve pensar para frente. Não sei se existe, nas diversas equipes de governo, alguém olhando para frente. Se essa

crise acabar só depois de 2010, será que tem alguém pensando o que vai faltar em 2011? O planejamento estratégico é exatamente você olhar as suas potencialidades e o que você pode fazer. Eu aprendi muito com o [economista] Celso Furtado. Quando ele pensava no desenvolvimento do Brasil, ele via nossas potencialidades. O que é preciso é ter ideia das coisas que estão por vir. Temos uma grande aposta que é a energia alternativa. Ninguém mais está falando sobre isso. Inclusive, o setor de álcool está passando por dificuldades. Qual é a dificuldade perene do setor de álcool? Não existe estocagem. Esse é um primeiro ponto. Digamos que o Japão tem um projeto de ter 10% de etanol nos carros japoneses. Esse é um mercado promissor. Não vai salvar o Brasil, mas vai salvar muita área agrícola do Brasil. Precisamos estar preparados para isso. Abandonar este projeto é loucura. Além disso, tem outros projetos importantes como o de integração dos portos.

Desafios – O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) é um bom instrumento para enfrentar a crise?

Barelli – Precisamos ter quatro ou cinco PACs. Ele é pequeno para a crise que se anuncia. O caminho é o modelo keynesiano. Isto é, aumentar a demanda. Toda a logística brasileira é problemática. Ainda somos um país semifechado. Nosso comércio exterior é muito pequeno. Nessa crise vai ser difícil aumentar. Em função disto, é preciso pensar internamente nas potencialidades que viabilizaram o crescimento dos últimos anos. Aprendi que, quando o governo não atrapalha, o Brasil cresce. Portanto, o que precisa é entender para onde as coisas vão e não atrapalhar. Conhecemos muito pouco o que precisa ser feito de maneira geral. Não conhecemos nem o número certo de desempregados. O PAC nunca foi pensado como um plano estratégico, apesar de ter coisas boas lá dentro. O melhor plano que houve no mundo foi o do Franklin Roosevelt para a crise de 1929. Não tinha emprego nos Estados Unidos. Tinha uma guerra iminente e o país podia ser invadido. Ele então fez o new deal, que era o quê? Obras. Construiu quartel para as tropas em pontos estratégicos. Nesse momento empregar é a solução. Não precisa esperar o ritmo da burocracia. Precisamos de um plano de obras para solucionar os gargalos da nossa economia. Falta capacidade de governo. Não é nem de projeto de governo. Temos que aproveitar o tempo para recuperar estradas, ferrovias e portos. Não temos que ficar preocupados se o Congresso Nacional vai votar ou se o Tribunal de Contas vai questionar. O Juscelino construiu Brasília e sabia que tinha um tempo curto para isso.

Desafios – O caminho, portanto, passa por fortalecer o mercado interno e criar um novo plano de obras?

Barelli – O desenvolvimento recente do Brasil tem três grandes explicações. Um desenvolvimento, inclusive, que levou ao aumento na oferta de empregos no Brasil. A primeira explicação é o crescimento das exportações por uma conjuntura internacional. Somos muito devedores à China, que explora muito a nossa indústria pequena de tecidos, brinquedos, etc. Mas eles precisavam comprar nossas commodities, o que fez o sucesso da agroindústria e do setor de minerais. Foi uma complementação de economia num modelo quase colonial. Porque na colônia éramos fornecedores de matéria-prima e recebíamos produtos manufaturados. O mundo, mas, sobretudo, a China, passou a ser quase a nossa metrópole. Outro fator é que o governo Lula manteve as linhas gerais do funcionamento da economia. Não se partiu para aventuras no que se refere à gestão do País. A clareza sobre as regras do jogo é importante para o empresariado. O terceiro ponto, fundamental, foi a ampliação do mercado interno. Nesse caso, valeu muito a briga histórica pelo aumento do salário mínimo. Esse é um motor da economia brasileira. Está distante daquele do tempo de Juscelino Kubitschek, que foi o do tempo da nossa industrialização, mas já não é aquele dos tempos dos militares. Ele já deu alguns saltos e continua. Existe uma regra criada agora que, inclusive, entrou em vigor em fevereiro e antecipou em um mês um novo salário mínimo, incorporando aumentos de produtividade de dois anos anteriores. Acredito que o salário mínimo, por enquanto, está fora da crise e pode ser um fator de medida anticíclica, porque já foi um fator de crescimento. A base da pirâmide no Brasil se deslocou para cima, embora não tenha acontecido com todos os salários. Demorou um tempo para os sindicatos terem novamente ganhos nas campanhas salariais. Esse era o comportamento do emprego no País quando veio a crise. Portanto, quando estudamos o que aconteceu de 2005 a 2008, percebemos que o crescimento foi possível em grande medida pelo consumo interno. Este é o modelo clássico americano. Voltamos a prestigiar o mercado interno de 2005 para cá. Sem contar uma política ampla para a pobreza que é o Bolsa Família.

Desafios – O Bolsa Família deve ter os recursos contingenciados?

Barelli – Não. O Bolsa Família incorpora parte das famílias que passam a ter uma renda para poder comer alguma coisa. Mas o programa é muito pequeno. É muito mais um paliativo. Os beneficiários do programa são diferentes deste grande número de desempregados que querem trabalhar, possuem idade para isso e estão sem emprego no melhor ano da economia, com todo o clima esplendoroso que foi 2008. Seja como for, o Bolsa Família deve continuar, beneficiando um número maior de famílias, como defende o ministro [do Desenvolvimento Social] Patrus Ananias. d

Política Anticíclica

Por **Paulo Marcio Vaz**, do Rio

"Política anticíclica é uma espécie de sintonia fina, quando o governo, por meio de sua autoridade monetária ou de sua autoridade fiscal, procura tomar medidas de política econômica de maneira a operar a demanda agregada", explica Carlos Thadeu de Freitas Filho, integrante do Grupo de Conjuntura Econômica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O gasto público e a política monetária são os principais instrumentos que o governo pode usar para se contrapor à crise. "Quando a economia está entrando em recessão, a ordem é gastar mais. Quando a economia está se expandindo muito, a tendência é reduzir os gastos. A política anticíclica funciona como uma espécie de amortecedor do ciclo econômico", diz.

Mesmo com posição contrária à intervenção do Estado na economia, Thadeu de Freitas reconhece que, desta vez, a participação é necessária. "Eu acredito que, pelo tamanho do choque ocasionado pela crise atual, a atuação do Estado por meio da participação dos gastos públicos é inevitável e importante para o equilíbrio do mercado. Sem isso, o mercado não se sustentaria. Mas é importante frisar que a situação atual é extremamente nova. Nesse caso específico, uma maior participação do Estado é realmente importante".

Na atual crise econômica, todos os países estão recorrendo a políticas anticíclicas na tentativa de evitar o pior. Com gasto público, redução dos juros e liberação do compulsório, os governos esperam reduzir o estrago da crise sobre suas economias e sobre a vida da população. "Todos vão tentar alavancar o mercado por meio de investimentos, visando a estimular a geração de empregos e, dessa forma, fazer a economia voltar a funcionar", diz Thadeu de Freitas.

CONTAMINAÇÃO Os governos tentam com as medidas anticíclicas agir na formação de expectativa dos agentes econômicos, e evitar a contaminação pelo pânico e pessimismo. Diante do cenário de incertezas, os agentes econômicos tendem a se retrair: as empresas suspendem planos de investimentos, os bancos se recusam a emprestar e os trabalhadores não compram a crédito porque temem perder o emprego. A ação dos governos busca restabelecer a confiança dos agentes econômicos.

Para Thadeu de Freitas, um exemplo clássico de política anticíclica bem-sucedida é a recuperação dos Estados Unidos depois da Grande Depressão, em 1929. Para outros economistas, o caso citado é um exemplo a ser evitado: as medidas adotadas na época pelos Estados Unidos embutiam uma forte política protecionista. O protecionismo agravou e prolongou a crise mundial. Atualmente, praticamente todos os chefes de Estado se posicionam contra o protecionismo, reconhecem o erro histórico dos Estados Unidos, mas acabam cedendo às pressões internas por proteção.

À primeira vista, o protecionismo parece ser uma boa medida para fortalecer a economia interna, contrapondo-se à crise: o país dificulta ou fecha a entrada de produtos estrangeiros e dá preferência ao produtor interno, que é quem dá emprego e recolhe impostos. Mas esse mesmo produtor precisa vender também para o mercado externo, porque o mercado interno não absorve sua produção. Aí surgem os inconvenientes: o mercado internacional encolheu, porque outros países também adotaram medidas protecionistas, e aquele produtor, que se beneficiou inicialmente do protecionismo em seu país, agora não consegue mais exportar seus produtos.

Esse receio faz parte da retórica dos governantes, mas não é suficiente para evitar as práticas protecionistas. O governo brasileiro, avesso ao protecionismo, chegou a restabelecer o mecanismo da licença prévia de importação, há muitos anos abandonada. Só desistiu por causa da péssima reper-

Dreamstime

cussão da medida. E limitou-se aos outros dois pilares da política anticíclica, a política monetária e a fiscal. Desde o estouro da crise, em setembro, o Banco Central brasileiro vem reduzindo o compulsório – dinheiro que os bancos são obrigados a manter no Banco Central – como forma de aumentar a quantidade de dinheiro no mercado e, assim, dar liquidez do sistema. Mas demorou muito a iniciar a redução da taxa básica de juros.

A maioria das ações, entretanto, está na área fiscal: o governo comprometeu-se a manter os investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), aumentou o valor do salário mínimo, fez reduções pontuais de impostos, e ampliou os benefícios sociais. Com essas medidas, o setor público coloca dinheiro diretamente na economia e estimula o consumo e, com isso, a manutenção da atividade econômica.

"Política anticíclica é uma espécie de sintonia fina, quando o governo, por meio de sua autoridade monetária ou de sua autoridade fiscal, procura tomar medidas de política econômica de maneira a operar a demanda agregada"

"Quando a economia está entrando em recessão, a ordem é gastar mais. Quando a economia está se expandindo muito, a tendência é reduzir os gastos. A política anticíclica funciona como uma espécie de amortecedor do ciclo econômico"

"Pelo tamanho do choque ocasionado pela crise atual, a atuação do Estado por meio da participação dos gastos públicos é inevitável e importante para o equilíbrio do mercado. Sem isso, o mercado não se sustentaria. Mas é importante frisar que a situação atual é extremamente nova. Nesse caso específico, uma maior participação do Estado é realmente importante"

Thadeu de Freitas Filho, integrante do Grupo de Conjuntura Econômica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Armadilha perigosa

Pressionados pelas consequências de uma das piores crises econômicas de todos os tempos, governos se sentem tentados a impor barreiras alfandegárias e, com isso, levar o mundo à depressão. O que se discute agora é um novo paradigma para colocar em ordem a economia, com ênfase na questão social

Por **Gilson Luiz Euzébio**, de Brasília

Ricardo Stuckert/PR

Primeiro encontro: Lula e Obama reúnem-se na Casa Branca. Em análise, medidas protecionistas, etanol, acordos bilaterais e América do Sul

A crise internacional promoveu uma espécie de volta ao passado em todo o mundo: os governos recorreram, no primeiro momento, a instrumentos clássicos, que pareciam condenados ao esquecimento, e fizeram profundas intervenções em suas economias na tentativa de diminuir o impacto da turbulência. A principal delas foi liberar recursos dos tesouros nacionais para bancos e grandes empresas, considerados os setores mais sensíveis, e que, em um primeiro momento, não produziu os efeitos esperados. Agora crescem as pressões políticas e da sociedade por medidas protecionistas, a começar pelos Estados Unidos. A política do "salve-se quem puder" coloca em xeque as relações comerciais entre as nações, em um cenário onde todos perdem. Os principais líderes mundiais sabem do risco que uma decisão destas pode provocar. Mas ainda não encontraram outro caminho para evitar a armadilha.

"Não é momento para ampliar, é o momento para persistir na derrubada de barreiras protecionistas", adverte o ministro Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. O Brasil tem defendido a conclusão da Rodada Doha de negociações, no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), como resposta à crise. O acordo, em discussão há anos, além de abrir os mercados de produtos e serviços, propõe a limitação dos subsídios à produção.

Num momento de recessão, é difícil pedir aos países para abrir mercado, pondera Marcelo Piancastelli, técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**. "O mais correto, do ponto de vista econômico, nem sempre é viável do ponto de vista político", diz. No início de março, os líderes da União Europeia, em reunião extraordinária em Bruxelas, comprometeram-se a evitar o protecionismo e a intensificar as trocas comerciais dentro do bloco.

Os Estados Unidos também têm reafirmado o compromisso político de não usar a arma do protecionismo, mas não hesitaram em incluir no pacote de estímulo da economia dispositivo de reserva de mercado aos produtores locais de insumos, inclusive o aço, no qual o Brasil é mais competitivo.

Divulgação

Nova realidade: países ricos querem impor restrições ao comércio mundial por causa da crise

"Não é momento para ampliar, é o momento para persistir na derrubada de barreiras protecionistas"

"Precisamos insistir em três temas suprimidos do debate: superação dos desequilíbrios na economia mundial, reorganização entre sistema financeiro e produção, e vínculo entre recuperação da economia e redistribuição da riqueza"

Mangabeira Unger, ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos

PRESSÕES "O que a gente está assistindo, no momento, se pode chamar de uma tensão protecionista", explica o chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores, ministro Carlos Márcio Bicalho Cozendey. Os governos têm que tomar medidas para combater a crise, com dinheiro público, e enfrentam pressões dos diversos agentes nacionais para privilegiar o produtor nacional que, afinal, é quem dá empregos aos seus trabalhadores, recolhe impostos e faz girar a economia interna.

"Tem havido preocupação em gastar esse dinheiro com as próprias empresas. Isso já gera um reflexo protecionista imediato, nem sempre na forma de barreiras clássicas, de tarifas, quotas, proibições. Na medida em que há recessão, existe sempre essa tentação", afirma Cozendey. É um perigo, principalmente, porque as normas do comércio internacional baseiam-se no respeito mútuo. "Os compromissos multilaterais de certa forma limitam o que [o país] pode fazer para dar vazão a esses instintos protecionistas. Então há certos limites, certos compromissos que têm de ser respeitados. Obviamente não existe nenhum superestado que obrigue qualquer Estado a cumprir. Isso vai funcionar enquanto todo mundo entender que é con-

Divulgação

Quase inativa: enfraquecida, a OMC nada pode fazer de concreto para evitar a onda protecionista, abrindo espaço para o jogo do salve-se quem puder

veniente cumprir [compromissos multilaterais], enquanto não houver nenhuma grande violação do sistema", ressalta.

Para Fernando Ribeiro, economista-chefe da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), à fragilidade dos compromissos internacionais soma-se o desgaste de instituições, como OMC, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (Bird). "Não temos hoje uma governança internacional, uma estrutura que dê aos países condições de trabalhar em conjunto", afirma. Antes mesmo da crise, a OMC já vinha com dificuldade para concluir a Rodada Doha. "Enfraquecida, a única coisa que a organização pode fazer é alertar que o protecionismo fere as regras do comércio internacional", diz.

"Os países passaram a dar menos importância às normas internacionais", ressalta Ribeiro, que acredita que a escalada protecionista é inevitável. "Infelizmente, a tendência é que a situação se deteriore. À medida que a recessão vai se aprofundando, vamos ouvir falar muito em protecionismo ao longo de 2009", prevê. "A retórica de todo mundo é essa [contra o protecionismo]," afirma, mas na prática predomina o senso comum de que cada país tem que defender sua economia, de forma isolada. "É errado, porque todos estão no mesmo barco."

"A Organização Mundial do Comércio, neste momento, poderia no máximo dar alguma opinião. É o salve-se quem puder, infelizmente. Vão ter que apelar para o protecionismo"

José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB)

PERDAS "A OMC, neste momento, poderia no máximo dar alguma opinião", concorda José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). "É o salve-se quem puder, infelizmente". Os países em desenvolvimento estão perdendo com a queda nos preços dos produtos agrícolas e também com o encolhimento do mercado e falta de crédito. "Vão ter que apelar para o protecionismo", acredita. A Argentina, por exemplo, não tinha saída a não ser impor restrições aos produtos brasileiros e tentar reverter o déficit comercial. "Isso vai acontecer na África, na Ásia", prevê. Castro lembra que, na época do Plano Real, o Brasil fez o mesmo com a Argentina. "O protecionismo vai voltar com mais força do que os subsídios do pass ado. Infelizmente, a tendência é essa". O fato é que todos est ão p erdendo mer cado: " O mundo todo quer exportar e ninguém quer importar."

Isso está acontecendo por causa da fragilidade das instituições multilaterais e da falta de uma nação que pudesse coordenar o processo de recuperação da economia mundial. Os Estados Unidos, que seriam o líder natural, estão "no epicentro da crise", lembra Ribeiro. A China enfrenta problemas na convergência de sua economia para os padrões internacionais de comércio. De acordo com Castro, a crise pegou a China com vultosas reservas, o que lhe permite financiar suas exportações e ganhar mercado numa época de crédito restrito: "Quem oferece crédito vende, e a China tem financiamento."

ALTERNATIVA A única esperança é que o G-20 (grupo das maiores economias mundiais) assuma a coordenação. "Eu, particularmente, acho difícil", diz Ribeiro. Enquanto isso, todos estão alertas para identificar violações das regras de comércio praticadas pelos outros. O Brasil redobrou as atenções para combater as ameaças e tem reafirmado seu compromisso com o livre comércio. Mas não resistiu à tentação: em fins de janeiro, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior baixou portaria reinstituindo o mecanismo da licença prévia de importação, uma forma de controle sobre as compras de outros países. A medida foi revogada logo depois.

Esse tipo de medida, explícita, parece em desuso. Ao analisar os conjuntos de medidas anticrise nos diversos países, a OMC constatou que não foram adotadas muitas medidas protecionistas clássicas, como elevação de alíquotas e restrições à entrada de produtos, mas os pacotes de apoio a determinados setores podem conter subsídios que distorcem o comércio internacional. "Nós temos que ter atenção não só às barreiras clássicas, mas também aos programas de apoio", comenta Carlos Cozendey. Segundo Ribeiro, tem-se, hoje, o fenômeno do "novo protecionismo", bem mais complexo de investigar. São subsídios e apoio dos governos a determinados setores que distorcem as relações comerciais. "Isso pode ocorrer também no setor financeiro: se os governos condicionarem o apoio ao banco ao compromisso de emprestar localmente, poderia haver interrupção no fluxo internacional de investimentos, principalmente para os países em desenvolvimento", explica Cozendey.

Stockxpert

Exceção à regra: a China tem vultosas reservas em caixa e pode sofrer menos com a atual crise

A maior preocupação do Brasil, segundo ele, é com a possibilidade de o comportamento de um det erminado país deflagrar uma onda protecionista, prejudicando o comércio mundial como um todo. "O ministro Amorim [Celso Amorim, das Relações Exteriores], quando critica o Buy American [proposta do presidente dos EUA, Barack Obama, para estimular a compra de produtos locais mediante o oferecimento de incentivos], não é só pelos prejuízos diretos que o Brasil possa ter, mas porque os Estados Unidos são um dos países líderes do comércio mundial. Se eles começarem a dar o exemplo, outros vão acompanhar", comenta.

RETALIAÇÃO As pessoas, quando pedem protecionismo, se esquecem do efeito retaliação: "É a medida do desespero",

Pendências transferidas para deliberação do G-20

Quase sete meses depois que o Lehman Brothers, o quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos entrou em colapso, deixando inequívoco o potencial destruidor do terremoto financeiro que vem abalando o planeta, as atenções do mundo se voltam agora, passada a expectativa do pacote bilionário de socorro dos Estados Unidos, para a reunião do G-20 — grupo de ministros de Finanças e presidentes de Bancos Centrais das 20 maiores economias mundiais — que aconteceu no início do mês I em Londres. Desde aquele tenebroso 15 de setembro de 2008, quando o Lehman Brothers pediu concordata, atolado em perdas de US$ 3,9 bilhões registradas nos três meses anteriores a agosto, muito já se falou sobre o que fazer para amenizar a recessão global que neste momento bate às portas de praticamente todos os países. Até agora, no entanto, ninguém foi capaz de mostrar a luz no final do túnel. Pelo contrário, a única certeza, para muitos, é que estamos vendo apenas a ponta do iceberg.

Mesmo sem saber, é claro, se do encontro do G-20 brotarão as sementes de uma nova era de superação econômica, o fato é que, assim como os demais países, Brasil e Estados Unidos esperavam surgir na reunião na capital inglesa um rastilho de esperança na discussão de ideias viáveis capazes de ajudar as nações a superar a maior crise financeira e econômica dos últimos tempos. Tanto é assim que o resultado mais significativo da visita oficial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a seu colega norte-americano, Barack Obama, foi o anúncio da criação de um grupo de trabalho bilateral destinado a apresentar propostas comuns para deter o terremoto. Lula foi recebido por Obama na Casa Branca em 14 de março, um sábado. Ali, na costumeira agenda do Salão Oval, quase sempre regada a troca de gentilezas, foi o próprio Obama quem sugeriu a instituição do grupo para discutir ações capazes de restabelecer o crédito internacional, aumentar a confiança no sistema financeiro e, principalmente, recuperar as economias em processo de deterioração.

Mas é bom ficar com um pé atrás no que diz respeito aos resultados concretos das conversas entre os membros dos grupos de trabalho. No primeiro encontro com Barack Obama, Lula foi claro, por exemplo, ao repetir que os Estados Unidos são os maiores responsáveis pela crise financeira global. "Essa crise surgiu no coração dos países ricos e eles tem a responsabilidade de achar saídas", disse. O presidente brasileiro também mostrou sua divergência com a posição do governo norte-americano, ao defender a nacionalização dos bancos como um dos alicerces para a solução da crise. "Aqui nos Estados Unidos falar a palavra estatização, nacionalização, é uma coisa difícil, mas concretamente precisamos fazer o dinheiro voltar ao mercado. Se o povo não acredita no atual sistema financeiro, quem pode dar solução se não o Estado?", indagou. Lula sabe muito bem o que significa o apelo para que o dinheiro volte ao mercado. Ele não se conforma com o choque provocado pela notícia de que, no Brasil, o Produto Interno Bruto (PIB) despencou em 3,6% no último trimestre de 2008 porque, entre outras razões, os bancos travaram o crédito para o comércio. "Falta crédito, principalmente para as exportações. Se o crédito não voltar a fluir, a crise pode ser aprofundar", alertou o presidente brasileiro.

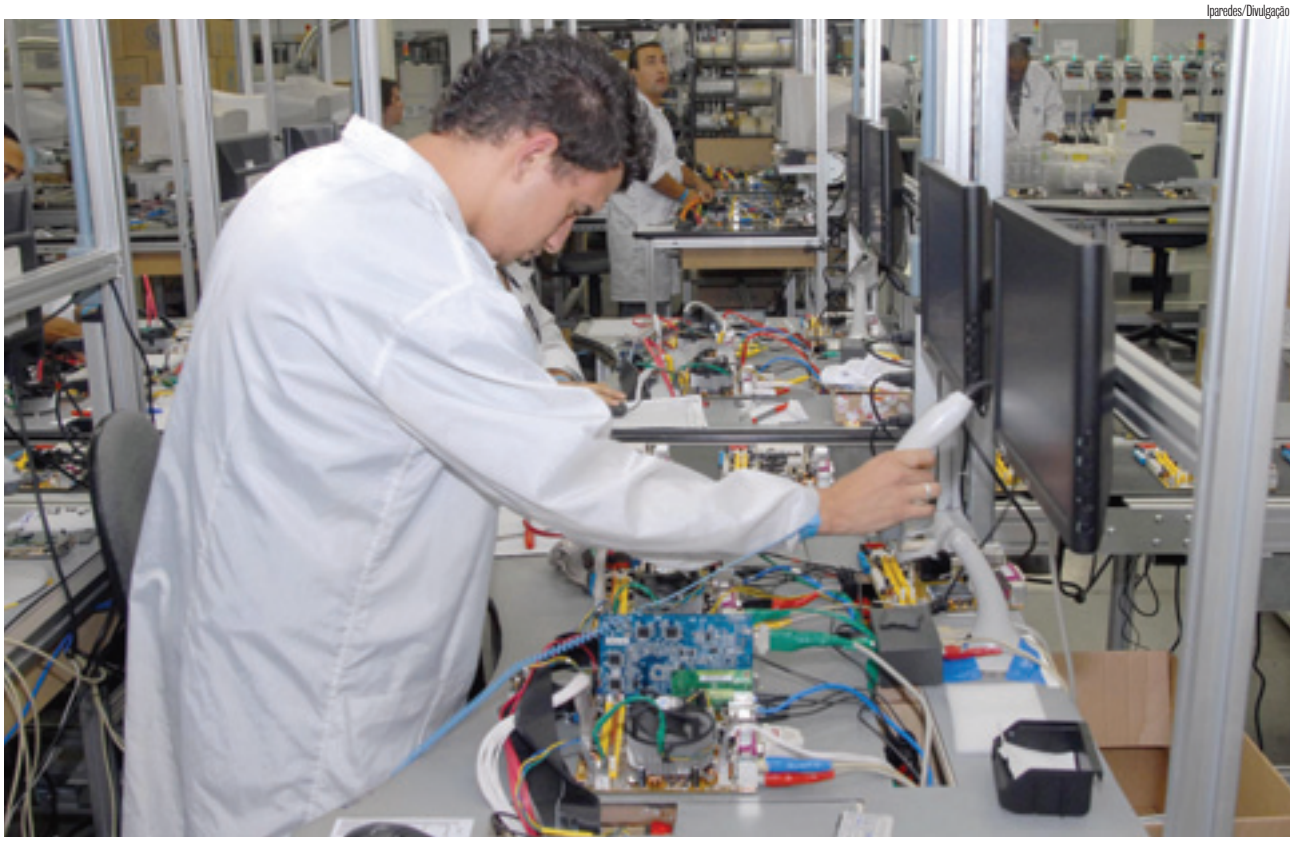
PROTECIONISMO As divergências entre Brasil e Estados Unidos sobre como alavancar a economia no mundo não se restringem ao debate semi-ideológico a respeito do monitoramento do sistema bancário. Mais prejudicial aos interesses brasileiros, a velha questão do protecionismo dos ricos ante os pobres e emergentes dominou o primeiro embate entre Lula e Obama em Washington. Durante a conversa com o presidente brasileiro, seu colega norte-americano admitiu que os dois países vivem um "ponto de tensão" por causa do etanol. Os Estados Unidos impõem uma pesada tarifa de US$ 0,54 por galão (cerca de 3 litros) ao álcool brasileiro, o que restringe a entrada do produto no mercado americano. Apesar de ser considerado um combustível menos poluente, o etanol não consegue ser vendido a distribuidores dos Estados Unidos por causa dessa alta taxação, enquanto o petróleo é importado sem tarifas.

"Isso não vai mudar da noite para o dia, mas eu acho que conforme nós continuemos a desenvolver as ideias, o comércio, a negociação em torno da questão do biodiesel, com o tempo essa fonte de tensão pode ser resolvida", disse Obama, que admitiu ser difícil falar em liberalização do comércio justamente quando os países estão preocupados em manter os empregos de seus trabalhadores.

Daí o cuidado em relação à Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), que discute, sem sucesso, a flexibilização das relações comerciais. Apesar dos exemplos que vêm de casa, no encontro na Casa Branca o presidente dos Estados Unidos chegou a condenar o aumento do protecionismo no momento de crise, porque, frisou, a medida pode ser inócua e mesmo contrária ao esperado. "É tendência natural na crise jogar o sacrifício para os outros. Mas é importante garantir a troca de bens, serviços e produtos. Vamos trabalhar junto com o Brasil nesse tema. O objetivo é, no mínimo, não andar para trás", disse Obama sobre a Rodada Doha.

Stock.xchng

Iparedes/Divulgação



A produção industrial depende do sistema internacional de trocas: nenhum país, neste mundo globalizado, consegue ser totalmente autônomo

ressalta Ribeiro. Ele e Castro lembram que os países podem também alegar riscos do comprometimento do balanço de pagamentos, o que permite a imposição de barreiras protecionistas, dentro das regras da OMC.

Num momento de crise, o protecionismo é uma arma mantida pelos governos, enquanto aguardam uma melhor definição do cenário internacional. A tendência protecionista inicial "é natural" já que os países fizeram planos de apoio à economia, mas ninguém sabe o que vai acontecer, destaca o técnico de Planejamento e Pesquisa Roberto Messenberg, coordenador do Grupo de Análise e Previsões do **Ipea**: "Isso ainda está em jogo e vai ser decidido no plano político". Todos concordam que as lições do passado não recomendam o protecionismo como remédio contra a crise. Pelo contrário, o protecionismo prolonga e agrava a doença. "Na Grande Depressão [1929], essas políticas foram contraproducentes. Essa lição está presente e ninguém é a favor do protecionismo, mas ninguém quer descartar a arma", comenta.

"Se você interrompe isso (as trocas internacionais), tem uma queda geral da própria capacidade de produzir, porque ninguém é totalmente autônomo. Hoje você tem os circuitos mundiais de produção"

Carlos Cozendey, chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores

O protecionismo na crise de 1929, segundo Marcelo Piancastelli, fez a recessão nos Estados Unidos durar dez anos. E agravou a situação de outras nações, que não puderam pagar aos Estados Unidos dívidas contraídas na Primeira Grande Guerra. A medida adotada na época provocou retaliações protecionistas de um grande número de países em todo o mundo. "O protecionismo privou os Estados Unidos de mercados antes conquistados e aprofundou a recessão. A França e a Itália impuseram tarifas para os automóveis americanos, Austrália e Índia impuseram novas tarifas para produtos americanos. O Canadá elevou suas tarifas três vezes. A Suíça boicotou importações americanas", relata Piancastelli.

"Isso é muito ruim, porque o comércio internacional é uma divisão internacional do trabalho", lembra o ministro Cozendey. A produção econômica depende das trocas internacionais, inclusive no suprimento de insumos e matérias primas para a indústria. "Se você interrompe isso, tem uma queda geral da própria capacidade de produzir, porque ninguém é totalmente autônomo", explica o chefe do Departamento Econômico do Ministério das Relações Exteriores. Além das regras da OMC, ele avalia que a própria internacionalização da economia, com a divisão internacional do

Basf/Divulgação

Efeito bumerangue: parte da produção industrial dos Estados Unidos é feita por filiais ou subsidiárias no exterior. Protecionismo pode afetar a produção local

trabalho, pode ser um freio ao protecionismo: "Hoje você tem os circuitos mundiais de produção, as empresas produzem uma peça, exportam para outro país e juntam (montam) e exportam para um terceiro. As empresas não podem simplesmente de uma hora para outra se desfazer de todos esses circuitos de produção."

OPOSIÇÃO Não foi à toa, afirma ele, que a própria associação das indústrias dos Estados Unidos, a National Association of Manufacturers, se pronunciou contra o *Buy American*. Boa parte das empresas locais e europeias incluem outros países em sua base de produção: "Planejam o produto, o desenho, fazem a logística e produzem na Ásia, Brasil, México, China" diz. A elevação de barreiras prejudicaria a produção das empresas do próprio país.

É preciso criar uma "nova arquitetura mundial", uma maior coordenação da economia internacional, para se contrapor à tendência a soluções individuais, afirma Messenberg. Na falta de coordenação, ele considera natural que cada país busque saídas isoladas e mantenha a ameaça de protecionismo como arma de negociação, já que o momento é de incertezas. Na opinião do ministro Mangabeira Unger, é preciso rediscutir questões mais profundas para criar uma nova ordem mundial. "A crise é o momento para andarmos mais com nossas próprias pernas, inclusive para a mobilização de poupança nacional privada e pública", aconselha. Ele explica: "O princípio é que o capital estrangeiro é tanto mais útil quanto menos se depende dele".

> *"Não temos hoje uma governança internacional, uma estrutura que dê aos países condições de trabalhar em conjunto"*
>
> **Fernando Ribeiro**, economista-chefe da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex)

A crise internacional é, segundo o ministro, uma oportunidade para o Brasil ampliar e democratizar sua base produtiva. O sistema industrial brasileiro foi construído no século passado em reposta à crise de 1929 e à Segunda Guerra. "Agora temos uma segunda chance, não de instaurar indústria, que já temos, mas de avançar na nossa base produtiva, ter nosso lugar na economia mundial", afirma. Para Mangabeira, o debate internacional da crise tem sido dominado por questões superficiais, o apoio e regulação do sistema financeiro e medidas fiscais e monetárias expansionistas. "É o chamado keynesianismo vulgar", diz.

A questão fundamental, segundo ele, está nos desequilíbrios estruturais da economia mundial, que divide o mundo entre economias superavitárias em comércio e poupança, como a China, e as deficitárias em comércio e poupança, como os Estados Unidos. Nas últimas décadas, o crescimento da economia mundial tem sido um acerto implícito entre

superávit e poupança chinesa e déficit e "despoupança" americanas: "Esse motor está destroçado. Nós não podemos consertá-lo. Precisamos substituí-lo".

BANCOS Outra questão fundamental é a reorganização da relação do sistema financeiro com a produção. A maior parte dos investimentos produtivos, segundo o ministro, são feitos com lucros das próprias empresas, e não com recursos do sistema financeiro. "Essa constatação suscita uma indagação perturbadora: para que então serve todo aquele dinheiro que está nas bolsas e nos bancos?" Mangabeira defende um novo desenho para o sistema financeiro, que passaria a efetivamente financiar os investimentos.

Uma nova organização da economia mundial, na visão do ministro, deve levar em conta ainda a redistribuição da riqueza e da renda para formar mercados de consumo em massa. "O mercado do consumo em massa exige a democratização do poder aquisitivo, o que requer redistribuição progressiva da renda e da riqueza", explica. Os Estados Unidos formaram um mercado de consumo em massa sem redistribuir renda, mas sustentado no endividamento das pessoas físicas tendo como garantia imóveis supervalorizados, modelo que resultou na crise econômica. "Precisamos insistir nos três grandes temas suprimidos do debate: a superação dos desequilíbrios na economia mundial, a reorganização entre sistema financeiro e produção, e o vínculo entre recuperação da economia e redistribuição da renda e riqueza", afirma.

"Não basta regular a economia de mercado, não basta contrabalançar as desigualdades geradas no mercado, recorrendo a políticas sociais. É preciso reconstruir o conteúdo institucional do mercado a serviço da inclusão e da ampliação de oportunidades", diz Mangabeira. "É isso que nos leva rumo ao novo modelo de desenvolvimento que queremos. O problema é que não está ensaiado nada que pareça com um novo modelo".

Divulgação

Faltou fazer: os EUA formaram um forte mercado consumidor. Mas esqueceram de distribuir a renda

Os países da América do Sul podem aproveitar o momento para apontar um novo caminho para o desenvolvimento, com foco na economia real e na ampliação de oportunidades. O titular da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República esteve na Argentina discutindo ações conjuntas no enfrentamento da crise, nas áreas de agricultura, política industrial, ciência e tecnologia, educação e trabalho. "Nós não devemos nos contentar com o temário superficial e devemos tentar avançar na integração na economia mundial", comenta.

Toda essa discussão deve incluir também a questão da queda persistente da participação dos salários na renda nacional dos países. "Precisamos reverter essa queda como parte do esforço de escapar da presão em que estão as economias de renda média, como a nossa, espremidas entre economias de trabalho barato e economias de produtividade alta", sugere o ministro. "É preciso reconstruir o conteúdo institucional do mercado a serviço da inclusão e da ampliação de oportunidades. É isso que nos leva rumo ao novo modelo de desenvolvimento que queremos, e a crise é um momento privilegiado para essa reconstrução". d

Rafael Moraes Pereira
Ana Paula Borba Barros

Crise e transporte urbano no Brasil

Além das incertezas e oscilações que vêm sendo vivenciadas pelo mercado financeiro no País, o próximo efeito da crise no Brasil deverá ser sentido no mercado de trabalho, com o aumento do desemprego. Tal aumento do desemprego deve desencadear uma queda da demanda por transporte público coletivo urbano, levando a uma redução das receitas tarifárias das concessionárias. Como importante parcela da remuneração dos serviços de transporte urbano se dá por meio dessas receitas, não é difícil visualizar que a sustentabilidade econômica e financeira desses serviços deverá ficar fragilizada.

A escassez de crédito gerada pela retração da economia e desconfiança do mercado, por sua vez, deve dificultar às empresas de transporte público o acesso ao crédito necessário para ampliação e renovação da frota. Caso essa restrição de crédito se concretize, o Brasil poderá observar um avanço na deterioração da frota nacional de transporte urbano com consequente queda na qualidade do serviço e penalização para os usuários. Atualmente, segundo pesquisa da Associação Nacional de Empresas de Transportes Urbanos (NTU) realizada em 132 cidades acima de mil habitantes, a idade da frota de ônibus urbanos do País é de seis anos em média, uma idade considerável, visto que, de acordo com especialistas, a idade média ideal seria cerca de três anos. Embora o BNDES esteja ampliando sua linha de crédito para compra de ônibus novos e usados, não há certeza se essa ampliação será suficiente, pois essas linhas de financiamento responderam por apenas 2,4% das operações de compra entre 2005 e 2007.

Diante da possibilidade de agravamento da crise, o gasto público já passou a sofrer maiores restrições com o corte na verba de vários ministérios. Nesse cenário há sério risco do setor de transporte urbano ser afetado pelo encolhimento no orçamento público e, com isso, ter sua sustentabilidade econômica e financeira comprometida, na medida em que importante parcela desse equilíbrio só é mantida por meio de subsídios governamentais (em especial no setor metroviário). Pois é exatamente este efeito que passa a ser sentido nos EUA, de acordo com reportagem recente do The New York Times. Apesar do aumento do número de passageiros transportados pelos sistemas de transporte coletivo em várias cidades americanas ter elevado as receitas tarifárias, esses cortes no subsídio tarifário implicam em aumento do preço de tarifa e/ou queda de oferta do serviço em termos de quantidade (com eliminação de algumas linhas) e de qualidade (diminuição da manutenção dos ônibus), com prejuízo evidente sobre os usuários dos transportes públicos.

Por fim, medidas recentemente adotadas pelo governo do Brasil visando a apoiar a indústria automobilística – como a desoneração do IPI para aquisição de novos carros particulares – podem trazer efeitos negativos sobre as condições de mobilidade nas cidades brasileiras. Se, por um lado, essa isenção tenciona manter aquecida a produção de automóveis e garantir o nível de emprego no setor automobilístico, por outro, ela aumenta o acesso ao automóvel privado e estimula a evasão dos modais de transporte público para o particular, contribuindo para o aumento da frota de carros (problemática já presente em grandes cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, etc.), o que fortalece uma tendência insustentável da mobilidade urbana e diverge da Política de Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades.

Fica claro que esses efeitos, em conjunto, comprometem as atuais condições de mobilidade nas cidades brasileiras (principalmente cidades médias e grandes) com a queda da oferta e da qualidade dos serviços de transporte público, o aumento das tarifas, a evasão do modal coletivo e o aumento do transporte individual. Evidentemente, a profundidade com que a crise afetará o setor de transporte urbano depende do seu grau de penetração na economia brasileira de uma forma geral. Nesse sentido, muito tem sido apostado no potencial do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de minimizar os efeitos da crise e agir como medida anticíclica.

Para a área de transporte urbano, o orçamento federal inicialmente previsto no PAC era de R$ 1,634 bilhões. Com a injeção de novos investimentos no programa, este número passa a R$ 2,044 bilhões, segundo dados do Balanço de dois anos do PAC. Além de corredores de ônibus e ampliações de linhas de metrô em cinco regiões metropolitanas (Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte e São Paulo) previstos no projeto inicial do PAC, o Governo Federal está incluindo dentro da rubrica do PAC as obras de extensão da linha do metrô de Porto Alegre e o projeto do trem-bala que ligaria Campinas ao Rio de Janeiro.

Percebe-se que a expansão das linhas de crédito do BNDES e os investimentos do PAC se apresentam como as principais apostas do governo para escapar aos efeitos da crise. Contudo, para que estas medidas tenham alguma eficácia persistente no enfrentamento do atual problema da mobilidade urbana, a cooperação federativa e a coerência das ações governamentais deverão constituir pontos chave.

Rafael H. Moraes Pereira é sociólogo pela UnB e mestre em Demografia pela Unicamp. Pesquisador bolsista do Programa Nacional de Pesquisa em Desenvolvimento (PNPD) do **Ipea** e **Ana Paula Borba G. Barros** é arquiteta, mestre em Transportes e doutoranda em Transportes pela UnB. Pesquisadora bolsista do Programa Nacional de Pesquisa em Desenvolvimento (PNPD) do **Ipea**

A solução pode morar ao lado

Sintomas da crise: o Brasil inicia o ano com déficit na balança comercial, o que não acontecia desde 2001. Lideranças da América do Sul retomam o debate em torno do reaquecimento do mercado regional, inclusive dispensando o dólar como moeda nas transações comerciais, com o propósito de reduzir os custos

Por **Débora Carvalho**, de Brasília

Desde o agravamento da crise financeira mundial, além dos Estados Unidos, grandes economias como Alemanha, França, Reino Unido e Japão entraram em recessão. Esse cenário abriu caminho para um círculo vicioso que contamina também países já acostumados com ritmo estável de crescimento. Em meio à estagnação econômica, as nações desenvolvidas reduzem a compra de commodities e, consequentemente, quem as produz vende menos. No cotidiano da economia real, o Brasil está entre os que perderam negócios por causa da turbulência econômica.

O ano começou com más notícias. Em janeiro, foi registrado o primeiro déficit na balança comercial brasileira desde março de 2001. Além da queda de 20% nas exportações no primeiro mês do ano, o País comprou mais e a balança comercial fechou o primeiro mês de 2009 com resultado negativo de mais de US$ 518 milhões. O resultado se reverteu em fevereiro, quando houve superavit de US$ 1,76 bilhão. Até a primeira smana de março, o Brasil acumulava saldo positivo de US$ 1,41 bilhão, de acordo com dados divulgados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Dreamstime

VIZINHOS Tanta animosidade torna mais difícil o comércio com os grandes compradores mundiais e tem feito o Brasil voltar os olhos para possibilidades na América Latina. O tema começou com o próprio ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Foi quem lançou a ideia de aquecer o comércio regional para reduzir os impactos da crise. Segundo o Ministério das Relações Exteriores, os países da América Latina e Caribe importam 26% dos produtos vendidos pelo Brasil, sendo 90% deles industrializados.

Mas a pergunta é: como fazer isso considerando variáveis que vão desde a instabilidade econômica e política de muitos vizinhos até casos recentes de protecionismo dentro do Mercosul? Para o governo é mais trabalhoso negociar, mas vale a pena. Segundo o secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Welber Barral, adaptar as características dos países vizinhos aos interesses divergentes de alguns estados brasileiros torna mais complexo o processo.

Entretanto, essa variedade de forças não chega a ser prejudicial. Tanto que hoje o Brasil tem acordos firmados com quase todos os países da América Latina, que é a saída mais importante para a produção industrial brasileira. A competitividade do que é produzido aqui aumenta ainda mais quando se consideram os custos de frete e logística. Barral explica que, apesar da preocupação com a balança comercial, neste momento, é importante para o País aumentar o comércio nos dois sentidos. Isso porque o Brasil é superavitário no fluxo comercial com quase todos os países da América do Sul, exceto a Bolívia, por causa da importação de gás natural. E, de acordo com o secretário, essa postura de superioridade absoluta na região não é exatamente positiva, porque faz crescer barreiras protecionistas em relação aos produtos feitos aqui.

A relevância do comércio local tem estimulado o governo a investir no assunto. Desde maio do ano passado, foi montado um grupo formado por agências públicas e iniciativa privada, sob a coordenação do MDIC, para aproveitar o momento e alavancar a economia nacional. Dois dos principais objetivos desse trabalho são aumentar a participação das exportações brasileiras no comércio mundial e a quantidade de micro e pequenas empresas que vendem a produção para o exterior. A meta do governo é conquistar até 2010 a fatia de 1,25% das exportações mundiais, o equivalente a US$ 208,8 bilhões. Para tanto, seria necessário um crescimento médio anual de 9,1% nas vendas externas. Além disso, planeja-se avançar 10% no número de micro e pequenas empresas exportadoras. Em 2006, eram 11.792.

Marcello Casal Jr/ABr

Proposta brasileira: Celso Amorim defende o aquecimento do mercado regional contra a crise

DESONERAÇÃO Para que tudo isso saia do papel, o governo pretende começar desonerando quem exporta. Um exemplo é a eliminação da cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) das operações de crédito do Banco Nacional

Janine Moraes /ABr

Problema à vista: Barral, do MDIC, diz que o difícil será conciliar interesses tão difusos

de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), além da redução de juros e prazos para financiamentos, entre outros. Outra alternativa, ainda em discussão, é a adoção do comércio na América do Sul exclusivamente em moeda local. A medida, que elimina a conversão cambial para o dólar, também reduz custo, pois diminui a demanda pela moeda norte-americana. Argentina e Brasil trabalham com esse sistema desde outubro do ano passado, mas o uso com outros países depende de adaptações legais e tecnológicas dos bancos centrais.

Segundo Barral, a ordem no governo para amenizar os efeitos da crise é melhorar o comércio em geral, mas a interação regional tem um diferencial qualitativo: é uma saída privilegiada para os produtos com valor agregado do Brasil, já que para grandes mercados o País exporta mais commodities agrícolas e metálicas. "O regional é importante, mas não queremos perder mercados grandes, como a União Europeia e os Estados Unidos, e também precisamos diversificar ainda mais para Ásia e África". Ainda na estratégia de lutar em várias frentes, o secretário considera um mito a afirmação de que acordos bilaterais com vizinhos atrapalham outras negociações, por exemplo, com o bloco europeu. "O problema não é o Brasil e o Mercosul, mas sim os outros blocos, como a Europa, que não querem assinar com medo da competitividade da indústria brasileira. Muita coisa não avança por isso", completa.

Especialistas concordam com o governo que aumentar exportações, independente do destino, é um bom remédio para qualquer economia. No entanto, alguns efeitos colaterais indesejáveis podem ser observados dependendo de como se faz. O professor e pesquisador Carlos Pio, do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de Brasília, explica que um caminho para diversificar os destinos da produção é o País definir que setores da economia podem ser abertos e, a partir disso, negociar contrapartidas com os parceiros. "Essa é uma maneira discriminatória, porque os privilégios são negociados politicamente e, na maioria das vezes, os acordos não se sustentam no longo prazo", afirma.

Sob essa ótica, no caso da América Latina, ficaria ainda mais complicado. Carlos Pio argumenta que a razão disso é o baixo interesse em se integrar a países que tem pouca perspectiva de crescimento como é o caso da maioria dos nossos vizinhos. "Bolívia, Argentina e Venezuela, por exemplo, têm economias mais protecionistas, menos pujantes e podem dificultar acordo com mercados mais atrativos", acrescenta o pesquisador. Se a estratégia é fazer acordos bilaterais ou regionais, para ele, o mais lucrativo seria se unir a economias com maior potencial importador.

LONGO PRAZO Na opinião de Carlos Pio, o caminho mais sustentável para o crescimento das exportações é fortalecer, em longo prazo, a produção nacional, tornando-a cada vez mais competitiva. Segundo ele, a receita seria: quanto mais eficiente, mais seriam mantidas as vendas externas, porque a escolha dos produtos brasileiros não se pautaria por acordos, mas sim pela vantagem que representaria ao importador. Um exemplo disso é a integração da China com outros países orientais. De acordo com o pesquisador, os chineses são considerados liberais no comércio, como se percebe nas taxas de importação, que não ultrapassam 3%, enquanto no Brasil chegam a 12%. Há menos regulação do governo em relação ao que as empresas compram e o comércio passou a ser pautado pelo princípio básico da eficiência.

A busca de uma receita duradoura de comércio é o que motiva ações, como a integração econômica e produtiva, com foco na especialização das cadeias produtivas. Para o presidente da Agência Brasileira de Promoção das Exportações (Apex), Alessandro Teixeira, é importante investir em transferência de tecnologia. "O Brasil é o País central da região, é visto como liderança e precisa aproveitar isso para incentivar o aumento do comércio regional", acrescenta Teixeira.

A Apex é líder de um grupo de agências de promoção de exportações da América do Sul que trabalha em cooperação para aumentar o número de missões, feiras e projetos de integrar com-

Divulgação

Estratégia: indústria calçadista brasileira implanta fábricas na Argentina, para buscar competitividade

pradores e mídias da região. Segundo a agência, a América Latina já é o segundo maior parceiro comercial do Brasil e semelhanças na estrutura produtiva, na cultura e na acessibilidade do idioma aumentam ainda mais as possibilidades. Outra vantagem é o crescimento da renda de vizinhos, como o Chile. Além disso, lembra Teixeira, o consumidor latino, em geral, tem um perfil similar, o que facilita a adaptação dos produtos em relação a clientes como a União Europeia.

CALÇADOS O setor calçadista é um bom exemplo. Um grupo de grandes indústrias está fazendo investimentos diretos para fabricar os produtos na Argentina, o que levou mais competitividade ao mercado do país vizinho. Mesmo com a crise, empresas como Vulcabrás/Azaléia e Alpargatas pretendem manter a aposta no crescimento do mercado argentino. Diferente do que acontece no Brasil, a previsão é de aumento da capacidade produtiva e do número de funcionários. O presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), Milton Cardoso, diz que a estratégia ajudou as indústrias a compensar a valorização do real frente ao dólar no Brasil, antes da crise. Isso porque o câmbio ao exportar a produção argentina era mais favorável.

500

milhões de dólares

foi quanto o setor calçadista faturou em 2008 com vendas à América Latina. Somente a Argentina comprou 18,5 milhões de pares

Mesmo com tantas vantagens e com o esforço do governo Lula para ativar cada vez mais o comércio regional, a América Latina não pode ser vista como uma ilha, imune à desaceleração econômica que tomou conta de todo o mundo, causada pela crise financeira. Em muitos casos o exportador brasileiro não tem como aumentar mais sua presença na região. É o caso das exportações de calçados, que têm como principal destino a América do Sul. Em 2008, foram 62,8 milhões de pares vendidos aos países vizinhos, o que representa 37,92% do total exportado pelo Brasil. Em termos de faturamento, a participação sul-america-

na é de 26,5%, ou seja, uma receita de quase US$ 500 milhões.

A Argentina é a principal compradora, com 18,5 milhões de pares importados no ano passado. "Com a crise, a região também passa por problemas econômicos e há também fatores como a proteção dos mercados vizinhos", lembra Cardoso. Ele ressalta o exemplo da Argentina, que impõe um limite ao volume de pares importados do Brasil para proteger o parque industrial interno. "Mesmo sendo o maior cliente, não temos como aumentar a presença nesse mercado devido às normas internas", reconhece.

Na avaliação da Abicalçados, investir no comércio regional não é suficiente. O setor, segundo a entidade, está pressionado pela concorrência dos produtos asiáticos, principalmente chineses, que reduzem custos, por meio de relações de trabalho precárias, subsídios à produção de manufaturas e taxas de câmbio administradas. Segundo o presidente da entidade, com a crise, a situação tem se agravado e a indústria brasileira corre sério risco também no mercado interno. "Isto afetará grandemente as exportações, pois são os negócios do mercado interno que geram escala e competitividade para as vendas externas", alerta.

Para frear a perda de mercados, a sugestão da Abicalçados ao governo é reforçar a atenção à redução da carga tributária sobre o emprego industrial. A proposta é que os gastos pela indústria de transformação com salários e encargos sejam deduzidos do valor agregado para efeitos de tributação de PIS e Cofins. Para Cardoso, essa medida devolveria à manufatura o aumento de carga tributária causado pela alteração desses impostos, os quais, apenas para a indústria de calçados, representaram acréscimo de quatro pontos percentuais sobre a receita.

CETICISMO A crise tem estimulado também uma onda de ceticismo em relação ao desenvolvimento econômico da Amé-

Setor automotivo depende dos *hermanos*

Um dos setores mais afetados pela crise, tanto no mercado interno quanto nas exportações, a indústria de automóveis defende os acordos bilaterais e o investimento em infraestrutura, como saídas para a turbulência. Em novembro de 2008, a queda na venda de automóveis chegou a 25%. Na mesma época, começaram as demissões e o número de empregados do setor recuou 4%, ante outubro de 2008. A maioria das montadoras adotou as férias coletivas para controlar a produção sem demitir, em janeiro foram cortadas 1.858 vagas, entre montadoras de veículos leves, caminhões, ônibus e máquinas agrícolas.

Pressionado pelos empresários e pelo risco de escalada do desemprego, em dezembro, o governo anunciou o desconto do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) até 31 de março, agora prorrogado por mais três meses. Com isso, as vendas ganharam fôlego novo e começaram a reagir nos primeiros meses de 2009. Segundo números da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), a média diária de produção passou de 4,6 mil unidades em dezembro para 8,9 mil em janeiro.

O comércio é uma das principais preocupações da indústria automobilística. Responsáveis por 60,7% das vendas externas de veículos brasileiros, em 2008, os vizinhos da América do Sul têm importância estratégica para o setor. Em termos de Mercosul, a dependência é ainda maior: 53,7% das unidades exportadas no ano passado foram para países do bloco. E, no caso das montadoras, 23% do que é produzido têm como destino outros países.

DOIS MERCADOS O diretor de Relações Institucionais da Anfavea, Ademar Cantero, admite que os mesmos problemas que vêm atingindo as vendas de automóveis no mercado interno, também têm efeitos sobre os parceiros comerciais do Brasil. "Quando falamos em recuperação, portanto, devemos estar atentos aos dois mercados: o interno, fundamental para dar lastro e economia de escala ao setor, e o dos países parceiros para os quais exportamos", explica.

Nesse sentido, o representante das indústrias defende a adoção de acordos bilaterais, na tentativa de estimular o comércio regional. Para o setor, negociar preferências tarifárias é um bom caminho. "São (os acordo bilaterais) institutos relevantes ao desenvolvimento de nossa capacidade competitiva no exterior, mais ainda nesse momento em que praticamente todos os mercados de veículos estão em queda", afirma Cantero.

Mas manter a competitividade brasileira no exterior em tempos de crise depende de mais fatores. As indústrias cobram do governo evolução na infraestrutura brasileira e desoneração de investimento e da produção, além da completa retirada de tributos que incidem sobre exportações, como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). "É fundamental para o País manter a nossa competitividade, em razão do peso do setor na balança comercial brasileira. As exportações automotivas são da ordem de US$ 24 bilhões por ano", acrescenta o representante da Anfavea.

Mauricio Pavan/GM/Divulgação

Mais de 60% das exportações brasileiras de automóveis foram para a América do Sul: montadoras temem perder espaço com a crise e buscam alternativas para manter o quadro

rica Latina. Um dos maiores bancos canadenses, o Scotiabank divulgou uma avaliação pessimista diante da crise, estimando que a redução no comércio internacional vai esvaziar a contribuição internacional às vendas externas da região e que a fuga de investimentos estrangeiros será um baque para as economias abaixo da linha do equador. Como as commodities são a maior força da balança comercial dessas nações, os ganhos de países latinos vão depender dos preços internacionais desses produtos.

O consultor em análise de risco latino-americano e pesquisador do Centro de Política Exterior de Londres, Thiago de Aragão, também alerta para o potencial limitado da região, que, com a crise, pode ser ainda menor do que o esperado. "Falta demanda. Há incongruências muito grandes entre países com capacidades econômicas diversas", diz.

Valter Campanato/ABr

Cozendey, do Itamaraty: governos optam pelo protecionismo na tentativa de salvar empregos

CAUTELA Os especialistas concordam que a turbulência econômica combinada com a desorganização interna de muitos países vizinhos se transforma em solo fértil para práticas protecionistas no comércio local. Isso já vem acontecendo entre Brasil e Argentina. A partir dos primeiros dias deste ano, o governo argentino decidiu investigar uma denúncia de que o Brasil estaria vendendo alguns eletrodomésticos a preços abaixo do custo de produção, prática chamada de dumping. Além disso, foram adotadas licenças não-automáticas para importação de cerca de 150 produtos brasileiros. Ou seja, para entrarem na Argentina essas importações precisam de licença do governo local. A postura argentina foi classificada por diversas autoridades brasileiras, inclusive o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como protecionista, e se falou até em recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra os vizinhos.

Segundo levantamento da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), com base em dados do governo federal, mais de 40% do recuo nas exportações brasileiras em janeiro foi resultado da desaceleração do comércio na América Latina. Só as vendas para a Argentina caíram pela metade em relação ao mesmo período do ano passado, por causa da diminuição da importação de automóveis. Em janeiro de 2008, mais de 27% das vendas externas brasileiras tinham como destino países da América Latina e Caribe, mas em 2009 essa participação caiu para 21%.

E a tendência protecionista ultrapassa a fronteira regional. Ao lançar o pacote de US$ 787 bilhões para socorrer a economia norte-americana, o presidente Barack Obama inclui uma medida que obriga as empresas que se beneficiarem com a ajuda a comprar apenas de fornecedores norte-americanos, a chamada cláusula *Buy American*. O chefe do Departamento Econômico do Itamaraty, Carlos Márcio Cozendey, explica que em nível mundial há uma tensão protecionista, motivada pela preocupação dos governantes em defender os empregos. Ele concorda que o momento de crise dificulta ainda mais o comércio regional. "Em longo prazo depende de desenvolver um movimento forte de demanda interna", completa. Para ele, o fechamento da Rodada Doha, a agenda de negociações que visa liberalizar o comércio mundial, é ainda mais importante agora. "Reforçaria o sistema multilateral, que é a forma como a produção mundial se organizou na última década. Além de ter status político diferente, podendo dar mais confiança diante das incertezas da crise", argumenta Cozendey.

"Protecionismo é uma doença que se alastra e pode gerar efeitos danosos, principalmente, quando há retaliação. É ruim para todos."

Welber Barral, secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)

Sobre o assunto, o secretário de Comércio Exterior do MDIC, Welber Barral, é taxativo quanto à postura brasileira de combate ao protecionismo. "É uma doença que se alastra e pode gerar efeitos danosos, principalmente, quando há retaliação. É ruim para todos".

O Brasil está no Centro da Inovação para o Desenvolvimento Econômico

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em colaboração com o Maastricht Economic and social Research and Training centre on Innovation and Technology (UNU-Merit), anuncia a Third Conference on Micro Evidence on Innovation in Developing Economies (Meide), que será realizada no Rio de Janeiro entre os dias 10-12 de maio de 2009. O objetivo da conferência é por em contato pesquisadores de todo o mundo para discutir a importância e as diferentes dimensões da inovação e sua relação com o crescimento econômico e o desenvolvimento. Contribuições baseadas em microdados de empresas ou de famílias, estudos de caso e análises comparativas de países são especialmente bem-vindas.

Third Conference on Micro Evidence on Innovation in Developing Economies
10 a 12 de maio de 2009 - Hotel Pestana Rio Atlantica - Rio de Janeiro - Brasil

Para mais informações, acesse :
http://www.merit.unu.edu/MEIDE/
http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/meide

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Secretaria de Assuntos Estratégicos

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL

O Conselho de Desenvovimento Econômico e Social promove seminário interncional: em debate, o papel do Estado e das instituições financeiras diante da crise econômica

Josemar Gonçalves

Por uma nova ordem mundial

Lula diz que a crise econômica global mostrou que é hora de mudar a lógica sobre o papel do Estado e defende ampla reforma dos organismos internacionais

Por **Pedro Henrique Barreto**, de Brasília

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), órgão consultivo da Presidência da República, organizou, no início de março, o Seminário Internacional sobre Desenvolvimento. O objetivo foi discutir a regulação do sistema financeiro e o papel do Estado e das instituições financeiras diante da atual crise econômica mundial.

Ministros, economistas, empresários e intelectuais estiveram em Brasília para o encontro. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu o seminário e criticou o liberalismo que tomou conta do mundo financeiro nas últimas décadas – segundo ele, o grande responsável pelo estouro da crise. "Por mais injustas que sejam, como de fato são, as consequências dessa crise para os países em desenvolvimento, ela coloca um ponto final em um ciclo de mais de duas décadas de equívocos e fraudes em nome do 'deus mercado'", afirmou.

Lula repreendeu o modelo econômico que vinha dando ao Estado um papel coadjuvante no sistema financeiro. Atacou a especulação que mergulhou países ricos, em desenvolvimento e, principalmente, os mais pobres, em um dos maiores colapsos de toda a História. "Aqueles que sabiam tudo até essa crise, ficaram sem saber nada. E foi exatamente o Estado, que foi negado a vida inteira, que foi chamado para salvar aqueles que até então pareciam os deuses da verdade".

E acrescentou: "Ninguém sabe até hoje quantos trilhões de dólares atravessavam os oceanos sem passaporte e sem nada e, depois da crise, sumiram. Os bancos, que apareciam nas pesquisas e nos estudos da importância dos PIBs como uma grande pizza, hoje são uma minipizza. E não existe outra explicação a não ser aquela de que o sistema financeiro esteve totalmente divorciado e dissociado do setor produtivo das nações."

BRASIL O presidente lembrou que o desenvolvimento estratégico da economia brasileira nos últimos anos permite que hoje o País enfrente a crise com autoridade. Após décadas de recessão, de alta inflação e de salários com poder de compra reduzido, o panorama atual coloca o Brasil entre um dos mais bem preparados para lidar com os efeitos dessa turbulência.

Josemar Gonçalves

"Por que o dólar tem que ser a moeda de troca com a Bolívia, com a Argentina, com o Paraguai, com a China? Por que não podemos trocar nas moedas dos nossos países?"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

De acordo com Lula, não há dependência de dinheiro externo, as reservas cambiais giram em torno de US$ 200 bilhões e o sistema de bancos estatais está sólido, o que significa segurança para aquecer o mercado interno. Além disso, a coordenação de políticas públicas, principalmente com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), vem garantindo investimentos da iniciativa privada e avanços sociais às camadas mais necessitadas da população.

"Para o Brasil, felizmente, não se trata de um desafio estranho às prioridades adotadas pelo governo nos últimos anos. Para 2009, o BNDES (Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) terá aportes adicionais de R$ 100 bilhões para assegurar o crédito necessário ao investimento, ao capital de giro das empresas e aos grandes projetos de infraestrutura. Para o PAC, o que fizemos foi aumentar o total de investimentos previstos. Eles somam agora mais de R$ 1 trilhão, em relação aos R$ 693 bilhões originais, até 2015", lembrou o presidente.

No âmbito das políticas sociais, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, destacou a diversificação de investimentos para impedir que a crise atinja de forma mais severa as famílias mais pobres. Segundo ela, o foco na redução das disparidades regionais vem se baseando no estímulo ao emprego e na valorização do salário mínimo.

Ela citou programas como o Bolsa Família, Luz Para Todos, Territórios da Cidadania e o Plano de Desenvolvimento da Educação. Também falou do PAC, que, segundo ela, é a engrenagem que coloca Estado e iniciativa privada com o mesmo objetivo: crescer e proteger o País do abalo econômico global. "É o eixo que integra diversas políticas que abrem o País para um novo modelo de desenvolvimento. Pretende resolver gargalos de infraestrutura, impulsionar serviços públicos e garantir que os investimentos não parem."

Dilma aproveitou a ocasião para detalhar um novo pacote de habitação do governo federal: 1 milhão de casas populares para aqueles na faixa de zero a dez salários mínimos. O plano prevê subsídio, fundo garantidor e redução nos componentes de seguro nas prestações. Além disso, a expectativa é de que o pagamento só comece quando o beneficiário entrar na moradia. "Temos um grande déficit habitacional no País e este é um dos passos para começarmos a solucionar esse problema", disse.

COOPERAÇÃO Diante das consequências da crise em escala global, o presidente Lula se disse convencido de que só há um rumo a ser seguido para que os países voltem a ter um crescimento sustentável: a ação cooperativa multilateral. Ele afirmou que é necessária uma nova lógica sobre o papel do Estado e seus líderes, tanto na condução de políticas internas como nas relações comerciais com outras nações.

"Consolida-se um novo idioma político, que fortalece a luta por uma sociedade cada vez mais democrática e justa. Por que o dólar tem que ser a moeda de troca com a Bolívia, com a Argentina,

Governança global ficou comprometida

O presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**), Marcio Pochmann, participou do seminário promovido pelo CDES. Ele afirmou que a crise econômica deixa claro que os atuais preceitos da governança global estão comprometidos e desperta um novo padrão de civilização, que exige dos países respostas rápidas e integradas quanto aos desafios do desenvolvimento mundial.

Pochmann foi um dos integrantes da mesa-redonda *O papel do Estado no mundo pós-crise e os desafios do Estado brasileiro*. Para ele, não basta uma reforma, mas sim uma refundação do Estado e de suas atribuições na esfera político-econômica. "Achava-se que quanto mais Estado, menos mercado. Hoje, sabe-se que quanto menos Estado, menos mercado. Antigamente, Estados possuíam empresas. Hoje, empresas possuem Estados, com todos os efeitos que isso acarreta", afirmou, lembrando que três das maiores corporações do planeta têm faturamento superior ao Brasil, hoje a nona economia do mundo.

O economista argumentou que, nas últimas décadas, o mercado financeiro impôs um modelo de financiamento, de produção e de consumo que se mostrou fracassado. Cooperação econômica, bem-estar social e sustentabilidade ambiental ficaram em segundo plano, e este acordo pela refundação do Estado, segundo ele, é a trilha para mudar esse cenário.

O presidente do **Ipea** falou também sobre o acesso à educação e jornada de trabalho. "Não há mais razões técnicas para uma jornada superior a 12 horas semanais. O trabalhador hoje está plugado, disponível para trabalhar a qualquer tempo e hora, isto já está em discussão no mundo e precisa ser regulado por esse novo modelo econômico que estamos discutindo para o mundo pós-crise."

Segundo ele, o que permitirá essa mudança na estrutura trabalhista é o crescimento do gasto público. Pochmann detalhou que na época agrária e colonial brasileira, no final do século 19, esses gastos representavam 5% do Produto Interno Bruto (PIB). No início do século 20, com a expansão industrial, ficaram entre 35% e 55% do PIB. "Nessa nova era de inovações tecnológicas, esse gasto representaria dois terços do PIB. Tecnicamente, é possível. Basta um pacto político firme, que tenha em mente nossos objetivos em longo prazo", disse.

Pochmann encerrou a apresentação avaliando a crise financeira como a oportunidade para que o País atinja um novo patamar de desenvolvimento e de distribuição de riquezas. "Muito antes de nós já se via essas mudanças como o Brasil, o país do futuro. O futuro chegou. Façamos a nossa parte."

A mesa *O papel do Estado no mundo pós-crise e os desafios do Estado brasileiro* teve a participação do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho; do economista Ignacy Sachs, diretor do Centro de Estudos Sobre o Brasil Contemporâneo na França; do economista James Galbraith, professor da Lyndon B. Johnson School of Public Affairs, Universidade do Texas (EUA); e do consultor independente Jan Kregel, que foi chefe da Área de Desenvolvimento e Análise de Políticas no Departamento de Economia e Assuntos Sociais da ONU.

Gustavo Granata /Ascom/Ipea

Pochmann, presidente do Ipea: modelo imposto pelo mercado financeiro fracassou

com o Paraguai, com a China? Por que não podemos trocar nas moedas dos nossos países?", Lula questionou. No entanto, ele deixou claro que o protecionismo não deve ser a válvula de escape para a retomada do crescimento. "Não podemos passar do vale-tudo do mercado financeiro para o vale-tudo do protecionismo, para evitar uma crise pior que a da Segunda Guerra", disse.

O presidente da República salientou que uma das preocupações imediatas dos chefes de Estado deve ser o restabelecimento do crédito, como condição indispensável para a volta deste crescimento econômico. "Será que os países ricos vão continuar apenas colocando dinheiro com o intuito de salvar bancos, ou será que alguns países terão coragem, sem medo da palavra, de estatizar os bancos, recuperá-los, fazer voltar o crédito e depois, se quiserem, entregar os bancos a quem eles entenderem que devam entregar?"

Outro ponto urgente, segundo Lula, para que esta nova dinâmica econômica saia do papel, é a reforma dos organismos internacionais. Ele defendeu que o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), bem como as agendas do G-20 e da Organização Mundial do Comércio (OMC) incorporem a nova geopolítica que emerge com a atual turbulência.

De acordo com o presidente, é imprescindível que estes organismos compreendam que a reordenação mundial imposta pela crise não está atrelada a respostas unilaterais. "Não se trata mais da vontade de um ou de outro chefe de Estado, de um ou de outro grupo de pressão, deste ou daquele organismo multilateral. A economia não pode mais se divorciar da voz da democracia, tampouco ignorar o comando da justiça social na condução do desenvolvimento no século 21."

"PAÍS ESTÁ PREPARADO" O ministro da Fazenda, Guido Mantega, analisou, durante o seminário promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), as consequências imediatas da atual crise na economia global. Ele apresentou indicadores sobre a queda da produção industrial e do comércio entre os países, fatores que provocaram redução acentuada no Produto Interno Bruto (PIB) mundial nos últimos meses. O ministro falou também sobre a grande desvalorização dos ativos bancários no mercado. As perdas, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), já estão em US$ 792 bilhões e podem chegar a US$ 2 trilhões.

No entanto, Mantega ressaltou que, apesar da deterioração da economia mundial, o Brasil reúne condições para ser um dos primeiros países a deixar a crise para trás. "Estamos bem preparados. Temos o crédito imobiliário pouco alavancado, sistema financeiro capitalizado, bancos públicos e moeda estáveis, déficit externo negativo, solidez fiscal e reservas de US$ 200 bilhões, US$ 30 bilhões na linha swap

Josemar Gonçalves

"O Brasil foi um dos últimos a entrar na crise e pode ser um dos primeiros a sair dela. Com solidez macroeconômica, o País pode adotar medidas contracíclicas, como afrouxamento da política monetária, amortecendo o impacto da crise"

Guido Mantega, ministro da Fazenda

Ipea prevê crescimento do PIB para 2009

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) prevê que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deverá chegar, ao final de 2009, com crescimento acumulado em torno de 2%, com intervalo de 0,5 ponto percentual para cima ou para baixo, como indica a *Carta de Conjuntura* divulgada em março. Este resultado será decorrência de uma trajetória de recuperação ao longo do ano, com crescimento mais expressivo a partir do segundo semestre.

O **Ipea** aponta para um avanço das taxas trimestrais de crescimento de 0,2%, 1,6%, 2,5% e 3,1%, ao longo de 2009. As projeções estão condicionadas à hipótese de que o pior da crise financeira internacional já foi superado. "Acreditamos que a economia mundial, ainda que de forma lenta, apresentará uma melhora gradual no decorrer dos próximos anos, em resposta às medidas de política econômica adotadas por diversos governos", prevê o documento.

As projeções do PIB brasileiro estão baseadas no aumento dos investimentos referentes às obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); no lançamento do programa habitacional do governo, ocorrido no final de março; no aumento da renda disponível devido à criação de duas novas alíquotas do Imposto de Renda Pessoa Física; nos efeitos defasados da política monetária de redução da taxa de juros básica da economia; no aumento real do salário mínimo, que começou a ser pago em março; na ampliação do Bolsa Família para mais 1,3 milhão de beneficiados; no crescimento de créditos direcionados, especialmente concedidos pelas instituições financeiras públicas; e a manutenção do bom desempenho para o consumo da administração pública.

Para o coordenador do Grupo de Análise e Projeção do **Ipea**, Roberto Messenberg, o que barra o crescimento brasileiro sempre foi o balanço de pagamentos ou uma crise energética, problemas que não existem no cenário atual. "O que existe exatamente é um crédito bloqueado, porque não existe confiança, mas existem instrumentos, como os bancos públicos que podem ser usados como mecanismos compensatórios", disse. Para ele, o principal fator para garantir o crescimento é a recuperação da confiança. Também defendeu o papel do Governo na coordenação da decisão de investimento, por meio dos programas já previstos no Orçamento Geral da União.

"As soluções para a crise internacional já foram encaminhadas por meio de várias medidas coordenadas entre o Tesouro e o banco central (FED) americanos, como os leilões das contas de títulos de longo prazo, que tiveram repercussão muito boa no mercado e injetou liquidez e a decisão do Tesouro de desintoxicar as instituições financeiras dos ativos podres. Eu acho, de fato, que o pior vai ficar para trás. Além disso, vários sinais nítidos de que na margem as coisas estão melhorando", ressalta Messenberg.

Gustavo Granata /Ascom/Ipea

Messenberg (E) e Siscú: crescimento será maior a partir do segundo semestre do ano

O governo brasileiro tem que atuar com responsabilidade fiscal, mas o fundamental nesse momento é lutar contra o desemprego e a desaceleração do ritmo de investimento

João Siscú, diretor de Estudos Macroeconômicos do **Ipea**

O instituto prevê ainda que o saldo de transações correntes será negativo em 2009 — entre US$ 18 bilhões e US$ 25 bilhões. "A retração dos níveis de comércio, juntamente com a redução dos preços internacionais, especialmente das commodities, terão como consequência direta a redução dos níveis de exportações e importações", destaca a *Carta de Conjuntura*.

A taxa de inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) deverá ficar entre 3,7% e 4,7% em 2009, podendo ficar ligeiramente abaixo da meta de 4,5%, definida pelo Conselho Monetário Nacional. Para o instituto, o desaquecimento da atividade econômica e as previsões de bons resultados em relação às safras agrícolas, apontam que este ano a inflação não será um problema. "Um fator que poderia pressionar os preços está associado à depreciação ocorrida na taxa de câmbio, a partir de outubro de 2008", diz a Carta, mas ressalta que esse efeito deverá ser amortecido pela queda dos preços internacionais.

O diretor de Estudos Macroeconômicos (Dimac), João Sicsú, prevê ainda uma estabilidade no câmbio, com uma ligeira valorização, caso seja mantida a mesma tendência da política monetária tal como está agora. "O governo brasileiro tem que atuar com responsabilidade fiscal, mas o fundamental nesse momento é lutar contra o desemprego e a desaceleração do ritmo de investimento", disse.

Sicsú apresentou também as justificativas de erros e acertos da previsão do **Ipea** para o crescimento do PIB no ano passado, avaliado entre 4,2% e 5,2%, contra a realização de 5,1% apurado no final de 2008. "Nossa previsão se mostrou acertada, mas se o quarto trimestre não tivesse sido tão ruim (queda de 3,6%), teríamos errado porque subestimavam o que a economia brasileira vinha evoluindo ao longo de 2008", disse.

Segundo Sicsú, o **Ipea** já esperava uma desaceleração no quarto trimestre, em função das restrições da política monetária, mas não tão forte como de fato ocorreu, dado que a crise internacional agravou todos os motivos que já existiam para uma desaceleração da economia.

[troca]", afirmou. O ministro salientou que os investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) serão responsáveis por aquecer o mercado interno. "Temos estabilidade política e institucional para marchar contra os ventos da crise", completou.

Mantega lembrou que, em turbulências anteriores, a própria condução econômica brasileira agravava a situação do País. Na sua avaliação, os juros subiam, a dívida pública aumentava e os investimentos eram cortados, o que expunha a fragilidade brasileira. "Agora, tomamos medidas na direção correta, como a redução de compulsório, financiamento para produção e exportações, facilitação para empréstimos nos bancos públicos, fortalecimento dos investimentos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que serão de R$ 100 bilhões, cerca de 3,5% do PIB, para 2009."

Mesmo assim, o ministro admite que ainda há obstáculos a serem superados, como a falta de crédito no mercado e o elevado custo financeiro para estimular as empresas, principalmente as pequenas e médias. Mas Mantega se disse confiante na recuperação do País, principalmente após as melhorias constatadas no setor produtivo no início de 2009. "A evolução do nosso mercado de trabalho nesses primeiros meses do ano tem sido melhor que em outras nações. Esse é nosso grande objetivo: proteger os postos de trabalho até que a economia volte a crescer sustentavelmente."

CORTE Já o presidente do Banco Central (BC), Henrique Meirelles, traçou um perfil da crise, que começou no início do segundo semestre de 2008. O epicentro, explicou, foi o mercado imobiliário nos Estados Unidos. Tomado pelo crescente endividamento da sociedade e pelo aumento do custo do crédito no sistema bancário, o preço das residências caiu de forma generalizada. Em pouco tempo, o valor de mercado dos bancos americanos (e depois europeus) despencou, puxando toda economia mundial para baixo.

Josemar Gonçalves

"Vamos crescer menos, mas mais que a média mundial. Com a inflação sob controle, vamos nos fortalecer"

Henrique Meirelles, presidente do Banco Central

De acordo com Meirelles, a crise tem imposto um sério risco de 'default soberano' (calote) em economias que estavam em desenvolvimento, principalmente no leste europeu. "São países que não detêm reservas para suportar esse colapso. Hungria, Letônia, Bielorrússia, entre outros, estão tomando crédito junto ao FMI", disse.

No caso brasileiro, Meirelles detalhou as medidas que vêm sendo tomadas pelo Banco Central para que a economia retome a trajetória de crescimento. "Temos tido a preocupação de diminuir a dependência de recursos externos para o crédito doméstico. Também foram adotadas resoluções para injetar liquidez no mercado cambial e garantir empréstimos para a rolagem de dívida extrema", explicou. O nível de capital dos bancos brasileiros, segundo ele, é uma das alavancas que vai permitir ao País superar a crise com mais rapidez.

Uma constante reclamação do setor empresarial e produtivo nacional, a taxa Selic, que regula os juros básicos da economia, caiu para o menor nível da história: 11,25% ao ano. A decisão foi anunciada pelo Comitê de Política Econômica (Copom) do Banco Central na segunda semana de março. O corte de 1,5% é o maior desde novembro de 2003. d

Artur Henrique da Silva

Desenvolvimento com equidade

Como membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES da Presidência da República, tive a oportunidade de coordenar e relatar o debate sobre o tema Desenvolvimento com Eqüidade e Responsabilidade Ambiental ao longo do ano de 2008 , enquanto o Brasil ocupava a presidência da Associação Internacional de Conselhos Econômicos e Sociais e Instituições Similares (AICESIS). O relatório consolida as principais contribuições dos 60 conselhos, de todos os continentes, que compõem a AICESIS. O objetivo do documento - tendo em conta a vocação da Associação Internacional para abordar questões que contemplam o conjunto dos povos e seu potencial para contribuir com um esforço mundial coordenado, na direção da busca de soluções para problemas, com respaldo das sociedades civis organizadas, é debater e gerar recomendações sobre o tema, tendo como foco a energia e suas relações com o desenvolvimento e o meio ambiente. A comissão relatora, composta por seis conselhos: Brasil, Itália, China, Argélia, o Comitê Econômico e Social Europeu (CESE) e a União dos Conselhos Econômicos e Sociais da África (UCESA) , alcançou consenso em torno da importância de cinco tópicos para a abordagem do tema e apresentação de recomendações ao debate mundial: i) sustentabilidade e prioridades do desenvolvimento; ii) questões de segurança alimentar e trabalho decente; iii) questão energética (produção, consumo, segurança energética e os caminhos para as energias renováveis); iv) transferência de tecnologia assegurando o acesso dos mais pobres a conhecimentos de ponta e a necessidade de novas regras internacionais que disciplinem a questão da propriedade intelectual; v) gestão e o monitoramento dos impactos e custos econômicos, sociais e ambientais dos modelos de desenvolvimento. Como eixo transversal, o relatório da AICESIS pactuou que a defesa intransigente da promoção da eqüidade inter e intra países e na economia global deve permear todos os debates e recomendações.

Ao longo das discussões realizadas em torno do relatório, chegamos a um consenso em torno da necessidade de se repensar: as relações econômicas e financeiras internacionais; o pensamento econômico dominante e os modelos de desenvolvimento dele decorrentes; a governança internacional; e a humanização da globalização, que se tornou uma questão essencial dentro de um mundo de mercados livres com especulação crescente e descontrolada na maioria deles.

A conjuntura aponta para uma perspectiva mais abrangente do debate, dado que na segunda metade da primeira década do Século XXI o mundo tem vivenciado uma sucessão de crises. Para além de uma crise mundial de alimentos e dos problemas decorrentes das oscilações nos preços do petróleo e commodities, estamos inseridos em uma crise global que compromete segmentos financeiros – bancos, bolsas de mercadoria e valores, agências de fomento e instituições similares – e economias reais em todos os continentes.

É possível afirmar que atualmente vivemos uma crise do modelo global de produção e consumo que se tornou insustentável e que se manifesta de várias formas, colocando em risco a segurança e soberania alimentar e nutricional dos povos. Este momento pelo qual o mundo passa, exige de todos nós uma profunda reflexão acerca das causas e dos impactos da crise econômica global e de alternativas para superá-la. Temos convicção de que a comunidade internacional precisa rever, com urgência, suas prioridades e perspectivas e isso passa pela rediscussão dos seus atuais modelos de produção e consumo.

Na última reunião do G-20, em novembro de 2008, em Washington, os chefes de governo presentes decidiram agir de forma coordenada e solidária para reverter o caos financeiro e evitar danos maiores para a economia mundial reconhecendo a gravidade do momento. Uma nova configuração do sistema econômico mundial parece estar sendo gerada neste momento. A AICESIS considera que todos os países devem ser convocados a participar do processo decisório uma vez que todos somos direta ou indiretamente afetados pelos impactos das turbulências internacionais – sociais, econômicas e ambientais.

Por fim, concluímos que é fundamental a participação da sociedade civil organizada em posição de liderança no debate sobre a viabilidade de construção dessa nova forma de Desenvolvimento com Eqüidade e Responsabilidade Ambiental, influenciando a consciência pública e os governos na proposição de soluções de vanguarda para os desafios, riscos e oportunidades que se apresentam no processo de geração desse modelo, que deve contemplar uma matriz energética mundial mais limpa como condição necessária para a inserção dos países menos desenvolvidos na economia global em um contexto de maior eqüidade na distribuição dos benefícios de um crescimento econômico mais equilibrado em seus múltiplos aspectos: social, econômico e ambiental.

Artur Henrique da Silva Santos é presidente da Central Única dos Trabalhadores e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República.

Avanços e possibilidades

O apoio a arranjos produtivos locais (APLs) ganhou espaço significativo na agenda de desenvolvimento local, produtivo e tecnológico no Brasil a partir do final dos anos 1990. A ampla aceitação do conceito em nível nacional, estadual e municipal foi realmente extraordinária. As análises realizadas pela rede de pesquisadores que desenvolveram este conceito - RedeSist - mostram que avanços expressivos resultaram desta experiência. O primeiro é o significativo processo de aprendizado posto em marcha ao colocar em prática esta nova abordagem. Os conhecimentos acumulados beneficiaram todos os atores envolvidos no processo, descortinando uma série de possibilidades para o aperfeiçoamento das políticas. Esta experiência mostra-se ainda mais estratégica face à crise internacional, a qual reforçou a necessidade de pensar e implementar novas políticas que estimulem a diversidade produtiva brasileira. A mobilização de APLs pode contribuir para tal, ampliando as condições do desenvolvimento - enraizando-o e tornando-o mais coeso - e ajudando o país a fortalecer sua capacidade de resistir a esta e a novas crises.

As avaliações do apoio a APLs demonstram a grande importância de implementar políticas que levem em consideração e, se possível, abarquem o arranjo produtivo como um todo; e que sejam discutidas e pactuadas com atores locais. As vantagens resultantes incluem a melhor compreensão do ambiente local e dos desafios de seu desenvolvimento, a proposição de ações apropriadas e a mobilização de comprometimentos. Somam-se as vantagens da promoção integrada do desenvolvimento econômico, social e ambiental em seus diferentes níveis local, regional e nacional, evitando as armadilhas de sua dissociação.

As análises mostram também que a grande maioria dos organismos de política captou a importância e significado da perspectiva de APLs, mas ainda persiste uma grande variação no entendimento e uso deste conceito, assim como no uso de mecanismos tradicionais de ação padronizados, descontextualizados e voltados a atores individuais. A plasticidade é um dos atributos do enfoque. No entanto, algumas definições de APL mostraram-se restritas e superficiais. O novo conceito foi assimilado muitas vezes como sinônimo de outros mais antigos. O entendimento de APL como aglomeração produtiva (cluster) é um exemplo. Isto levou a uma série de deformações e a ações excludentes, reforçadoras de desigualdades e incapazes de aproveitar grande parte das vantagens que o novo enfoque oferece. Adicionam-se os problemas derivados das ações que ignoram a história, a geografia e as especificidades locais, e cuja orientação continua de fato sendo setorial. Desconsideram que as dinâmicas e os requerimentos de APLs de um mesmo setor podem ser absolutamente distintos e desperdiçam as vantagens da visão sistêmica e, em muitos casos, até da noção básica de cadeia produtiva. A eficácia destas políticas é apenas marginal e as ações pontuais, descontextualizadas e excludentes chegam a desequilibrar, e até destruir, a estrutura produtiva original. Assim, a análise do fracasso das políticas aponta maiormente para o não entendimento completo do enfoque e a seu emprego superficial e como panacéia.

A incorporação de novos conceitos, modelos e instrumentos de política não é trivial e demanda importante processo de aprendizagem, por parte de pesquisadores e principalmente das agências e indivíduos encarregados de desenvolver, planejar, implementar e avaliar políticas. Conhecimento e competências significativos são indispensáveis para escolher entre os modelos disponíveis, os mais úteis e adequados ao quadro em questão. Mais importante ainda é saber usar tais modelos e instrumentos a eles relacionados. Quanto maior o conhecimento acumulado, maior a possibilidade de utilização dos conceitos em toda a sua densidade. O conhecimento pode ser usado como antídoto de políticas enviesadas e de ações destrutivas.

Há muito que avançar e o país possui bases sólidas para isto. Além das possibilidades de avanço derivadas do processo de experimentação e aprendizado das próprias agências de política, destacam-se os esforços realizados pela Redesist, que reúne especialistas em políticas de diferentes regiões brasileiras, os quais têm certamente contribuído para aprofundar o conhecimento sobre APLs e ações para sua promoção. Aponta-se ainda o estudo recém encomendado pelo BNDES, a pesquisadores de 22 estados, para avaliar as políticas implementadas de apoio a APLs no Brasil. Busca-se promover um amplo processo de reflexão sobre as possibilidades de refinamento das políticas, o qual visa envolver os organismos que operam em nível nacional, regional, estadual e municipal. Estão todos convidados desde já a participar.

Helena M. M. Lastres é assessora da Presidência do BNDES e chefe da Secretaria de Arranjos Produtivos e Desenvolvimento Regional

Quem tem medo dos APLs?

A forma como, em muitos casos, se trata os APLs no Brasil certamente nos dá medo. O medo porém não é paralisador e não reflete uma desconsideração à política de incentivo aos APLs que é vigente no Brasil. Ao contrário, é um cuidado que nos faz refletir sobre a real possibilidade de agirmos sobre os APLs.

Em primeiro lugar, uma das questões mais importantes para as análises de desenvolvimento regional tem sido a localização nas regiões das atividades econômicas e dos procedimentos institucionais envolvidos. É também tradicional o reconhecimento da relevância das aglomerações econômicas. A referência mais importante é a de Marshall quando ele introduz, como elemento de análise, a importância da "ambiência" industrial. Igualmente importante, porém, é a questão da escala em economia.

Em segundo lugar, já desde os anos oitenta do século passado que o conceito de firma incorporou a sua dependência de vários agentes e elementos que estão fora dela. Ou seja, o sucesso da firma depende dos seus trabalhadores, dos seus consumidores, dos seus fornecedores, das Universidades, laboratórios de pesquisa, da ação do Governo através de suas políticas públicas bem como da ação social do Estado e da própria sociedade na qual tal atividade está inserida, tal como indicam as análises dos sistemas nacionais e regionais de inovação. Não sem razão, a des concentração industrial que aconteceu a partir da região metropolitana de São Paulo beneficiou fortemente o próprio interior de São Paulo, ou seja, a descentralização beneficiou-se das vantagens locacionais já construídas. Entretanto, o sucesso relativo de um dado local não garante o transplante dessa experiência para um outro local. Se não fosse assim, os famosos distritos italianos teriam sido transportados, com sucesso, para o sul italiano até hoje relativamente empobrecido.

No nosso país, vem sendo atribuído um peso significativo às aglomerações produtivas no espaço. A evidencia disto é a metodologia aplicada pelo MDIC que identificou 955 APLs no País. Certamente aqui estão contemplados aglomerações em diferentes estágios de desenvolvimento, de importância produtiva e de possibilidades de continuidade exitosa. O caso da confecção chama atenção. Em todos os estados brasileiros há APLs de confecções. Neste caso, o adequado seria tratar tais aglomerações como APLs ou pensar-se numa política setorial? É prudente atender a todos os estados com demandas diferenciadas ou gerir-se uma política que acompanhe os avanços tecnológicos que atingem tal atividade, acompanhe os mercados mundiais de tecidos, trace também um mapa de competências regionais de produtos etc?

É importante reconhecer que houve uma rápida construção de institucionalidades para dar guarida aos APLs. A política pública no nível dos estados e da federação respondeu rapidamente a esse desafio. Esse é um fato importante pois mobiliza a sociedade e os agentes envolvidos. Mas também é relevante lembrar que este fato ocorreu num momento no qual o país não possuía qualquer política de desenvolvimento regional coordenada nacionalmente em vigor. O que tínhamos era a guerra fiscal e a luta intestina entre os estados para atrair investimentos. A nosso ver, esse fato criou uma grande expectativa quanto ao êxito dos APLs. A nosso ver, crença exagerada.

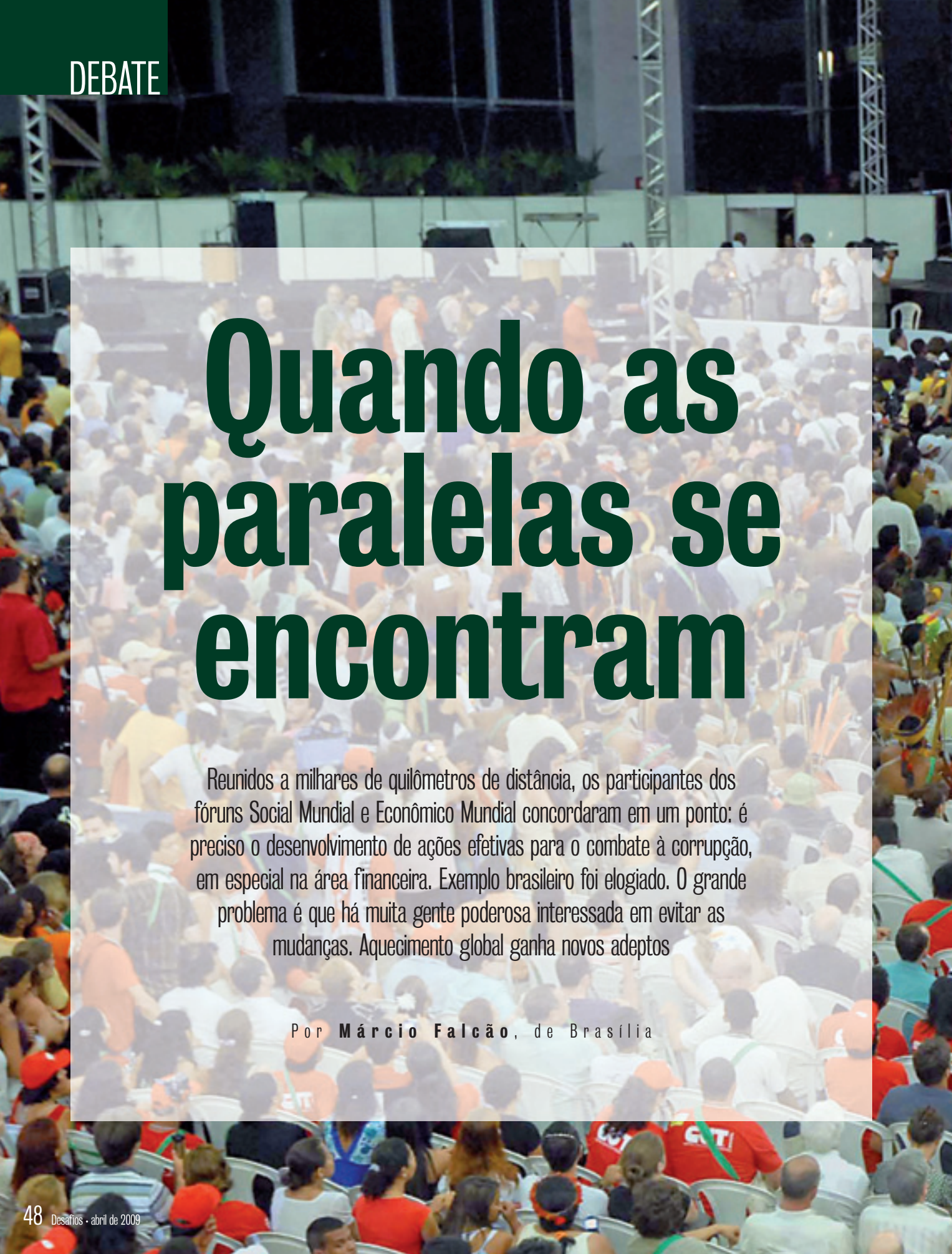
É importante também definir-se a partir de qual ponto de vista estamos falando de APLs. Isto porque para o prefeito de um dado município é importante que as atividades desempenhadas em seu município sejam identificadas pela política pública como APLs. Do mesmo modo, para o protagonista, ou seja, para o pequeno empresário que produz naquela aglomeração é importante que a sua atividade seja vista como pertencente a um APLs e, portanto, "visível" para os recursos públicos.

No entanto, do ponto de vista do pesquisador que busca identificar fenômenos relevantes e do formulador da política pública que vai agir sobre aquela realidade, as visões não podem ser as mesmas.Para o pesquisador, se toda atividade produtiva que produza alguma aglomeração no espaço, até sem regularidade no tempo (lembremos que uma das características mais relevantes da atividade econômica é a sua continuidade) pode ser enquadrada como APL, o próprio conceito perde validade; do ponto de vista do formulador da política pública é necessário que essa ação seja conectada com as demais que visam o mesmo objetivo, ou seja, o desenvolvimento de uma dada região ou de um dado território. Estes cuidados dão mais consistência ao financiador (banco público ou não) dos APLs, reduzindo o caráter errático ou sazonal da política, no sentido de que seja uma ação que esteja sendo implementada apenas num momento por uma razão de afinidade ou preferência do governante mas que, provavelmente, não terá continuidade quando o governante não for o mesmo.

Assim é importante que os APLs estejam ancorados em políticas de desenvolvimento regional com estratégias definidas. Ou seja, a escala do APL é o regional e não municipal ou o local como tem ocorrido inúmeras vezes entre nós. Os APLs precisam também estar ancorados em cadeias produtivas definidas, auxiliando assim o adensamento concreto de atividades produtivas nos territórios e nas regiões. Ademais, o desenvolvimento dos APLs precisa beneficiar-se da ação da UFT(antigos CEFETs) por todo o país, do conhecimento produzido nas Universidades públicas brasileiras e ainda das incubadoras tecnológicas que desenvolvem processos e produtos.

Numa situação de crise econômica, toda e qualquer atividade geradora de empregos e renda precisa ser preservada exatamente para que não ampliemos as desigualdades regionais ainda tão significativas no nosso País. Certamente, a ausência de alguns aspectos considerados como necessários neste artigo para a condução dos APLs no Brasil farão falta neste momento.

Liana Carleial é economista, professora titular da Universidade Federal do Paraná, pesquisadora do CNPq e, atualmente, diretora de Estudos Regionais e Urbanos do **Ipea** e **Isabel Marques** é economista, mestre em economia pela Universidade Católica de Brasília e bolsista PNPD do **Ipea**



Quando as paralelas se encontram

Reunidos a milhares de quilômetros de distância, os participantes dos fóruns Social Mundial e Econômico Mundial concordaram em um ponto: é preciso o desenvolvimento de ações efetivas para o combate à corrupção, em especial na área financeira. Exemplo brasileiro foi elogiado. O grande problema é que há muita gente poderosa interessada em evitar as mudanças. Aquecimento global ganha novos adeptos

Por **Márcio Falcão**, de Brasília

Fábio Rodrigues Pozzebom/ABr

Por um mundo melhor: reunidos em Belém, integrantes do Fórum Social Mundial propuseram medidas com o objetivo de combater os crimes financeiros, que provocaram grandes prejuízos entre as nações

Convergência nunca será a palavra a definir dois dos eventos internacionais que evidenciam as faces da sociedade capitalista atual. Os fóruns Social Mundial, realizado este ano no Brasil, e o Econômico Mundial, na Suíça, apresentaram nesta versão, no entanto, pelo menos um ponto em comum – ainda que sob diferentes perspectivas: o combate à corrupção.

No Fórum Econômico Mundial, em Davos, os participantes, liderados por multinacionais e entidades como a Transparência Internacional e o Banco Mundial, lançaram a ideia de criar uma espécie de laboratório de estratégias de combate à corrupção. O Brasil seria o alvo preferencial para proliferar as experiências, não só pela tradição de terreno fértil para práticas ilícitas, mas principalmente pelas recentes medidas adotadas para coibir a lavagem de dinheiro. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) mais que dobrou de 2007 para 2008 o número de rastreamento em operações financeiras suspeitas. O sistema que permite cruzar dados para análise de atividades ligadas à lavagem de dinheiro credenciaria o País a capitanear a campanha de combate à corrupção nos próximos anos, segundo os debates em Davos.

Longe da Europa, no Fórum Social Mundial, realizado em Belém, no Pará, a iniciativa foi propor a criação da Rede Mundial de Combate à Corrupção. A troca de experiências será feita entre organizações não-governamentais de seis países: Brasil, México, Quênia, Índia, França e Itália. O fator mobilizador seria a maior participação da sociedade civil organizada. O monitoramento constante do Estado não garantiria o fim das práticas de corrupção, mas aumentaria a qualidade dos agentes públicos e da intervenção política no controle de mercado, segundo as teses discutidas em Belém.

DESCONEXOS Os debates dos dois eventos, porém, não mostraram conexão entre si. Segundo o técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento (Dicod) do **Ipea**, Emilio Chernavsky, até faz sentido a preocupação com o combate à corrupção na roda de debates dos dois fóruns, justamente com a crise econômica levantando a necessidade de impedir avanços de paraísos fiscais, mas nada que resulte em ações concretas ou cooperação entre os grupos que se reuniram em dois continentes. "O momento de crise é uma oportunidade de mexer na estrutura atual de combate à corrupção, mas a corrente não vai ser quebrada automaticamente com as intenções surgidas nas rodadas de Davos ou Belém. Há o interesse de conter a invasão de capital ilícito, mas outras forças ainda estão por trás da manutenção dos esquemas ilegais", avalia.

Doutorando em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), Chernavsky afirma que o viés do Fórum Econômico Mundial foi mesmo o redesenho do mundo pós-crise. E lembrou que o evento ocorreu diante de um panorama econômico em rápida deterioração e com a percepção generalizada de que o mundo se encontra na pior recessão global desde os anos 1930. "A crise internacional esteve no centro dos debates, mas não resultou do encontro uma avaliação clara das causas ou da profundidade dos efeitos da crise nem tampouco foram definidas respostas conjuntas a ela", define.

Se um outro mundo é possível, nem Davos, nem Belém mostraram concretamente. Resultados foram buscados nas discussões, debates e assembléias realizados, mas a tônica dos líderes na Suíça evitou uma caça às bruxas ao culpado pela crise internacional. Durante os debates, com o Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciando um crescimento global de 0,5%, o mais baixo desde 1945, a principal preocupação demonstrada pelos participantes era de quanto tempo durará a crise e quais serão as suas consequências sociais e políticas.

"Apesar de não ser explícito em função da ideologia do Fórum Econômico, aplaude-se a intervenção estatal (...). Existe uma chamada para a formulação de políticas públicas contra a crise"

Emilio Chernavsky, técnico da Diretoria de Cooperação e Desenvolvimento do **Ipea**

MERCADO Para alguns analistas, a confiança absoluta na desregulamentação do mercado e a generalizada indiferença com relação aos sinais de alerta emitidos por alguns poucos analistas econômicos – estigmatizados por seu suposto catastrofismo – são os principais motivos para os protagonistas de Davos deixarem de apontar o verdadeiro estopim da crise. Em contrapartida, os participantes da reunião no coração da Amazônia brasileira sabiam de onde vinha o responsável pela turbulência financeira: das políticas adotadas pelos integrantes do Fórum Econômico Mundial em Davos.

A nona edição do Fórum Social Mundial – de volta ao Brasil após três anos – tentou se descolar da coincidência com a data de Davos, mas foi contaminado pela crise. No começo dos debates, o tom era de que possíveis soluções nasceriam a partir de Belém. O menosprezo aos temas propostos pelo Fórum Econômico Mundial, no entanto, não frutificou em idéias concretas sobre um novo modelo de gestão das Nações.

A falta de um documento final do encontro social evidenciou ainda mais a ausência de soluções para os problemas discutidos. O mestrando em Ciência Política da Universidade de Brasília, Paulo Eduardo Milan, 27 anos, saiu das tendas de atividades desnorteado em relação aos rumos propostos. "As idéias não sintetizadas em ações possíveis deixaram no ar o cheiro de contradição, de discussões vagas sobre um futuro in-

Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr

Vozes da floresta: reunidos em Belém, integrantes do Fórum Social responsabilizaram o neoliberalismo dos países ricos pela crise que o mundo enfrenta

certo. A crise econômica ou o desprezo por Davos não fomentaram ações concretas de um grupo que rebate a tese do atual sistema capitalista."

FLORESTA A localização do evento este ano foi, contudo, determinante para o teor dos debates. A capital do Estado do Pará, na Amazônia, trouxe o som dos povos indígenas e da floresta. A inspiração ficou clara nas respostas de que o futuro tem como base a preservação do meio ambiente acima do desenvolvimento econômico. Um novo sistema, uma alternativa ao capitalismo. Idéias não sintetizadas unindo o respeito aos ecossistemas às redes solidárias de sustentabilidade.

Vozes essas que constituíram o mais próximo do que se pode chamar de segundo ponto de convergência entre os dois fóruns distintos. A visão de integrar nas soluções pós-crise o desafio de preservar o meio ambiente foi novidade no Fórum Econômico Mundial.

O técnico Emilio Chernavsky desconfia que o debate sobre os outros problemas globais, com ênfase nas mudanças climáticas, possa ser apenas retórica dos países desenvolvidos, mas ainda assim não desqualifica o ineditismo da preocupação ambiental. "Lideranças públicas e privadas de países como Inglaterra e Dinamarca levantaram o desafio de controle do aquecimento global e do desequilíbrio ecológico, com apoio não formal dos Estados Unidos na figura do ex-vice-presidente democrata Al Gore. Resta saber o quanto isso tem de retórico, mas é um debate que não acontecia nas edições anteriores em Davos".

O principal alvo dessa iniciativa será a reunião do G-20 dos países industrializados, marcada para abril, em Londres, que acontecerá em meio à crescente crise econômica global. De qualquer forma, o eco dos debates de Davos, eloquente ou não, se fez ouvir em Belém, com os integrantes do Fórum Social pressionando por uma drástica mudança na balança política mundial e medidas urgentes para interromper as alterações climáticas.

Lindsay Beyerstein

Na mesma tecla: em Davos, Al Gore reitera os riscos do aquecimento global aos dirigentes dos países ricos

No ar úmido e quente do norte do Brasil, o que se respirou foi a pretensão de passos de gigantes, na definição de um dos fundadores do Fórum Social. O sociólogo Cândido Grzybowski, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) repetiu o lema de outro mundo possível e necessário e ao final do encontro teve de ouvir que a curto ou médio prazo "é necessária uma radicalização da imaginação por um mundo melhor". Ainda assim, avalia, há planos e metas a serem seguidos. As assembleias dos povos indígenas contra a mercantilização são citadas como exemplo das várias propostas que frutificaram durante os seis dias do evento. Na opinião de outros participantes do Fórum Social, o problema de Davos e da crise econômica mundial estava no fato de que a política de enfrentamento para as turbulências era produzida pelos criadores da instabilidade.

MUDANÇA Outra constatação de Grzybowski é a de que agora é Davos quem deve fazer a contraposição ao Fórum Social Mundial. A mudança de data seria mais um ingrediente do descolamento entre os dois grupos. Socialização e neoliberalismo, que antes já demarcavam claramente os territórios dos dois eventos, hoje ainda se constituem diferenças, mas em contornos mais suaves em cada

WEF/Divulgação

Nada por escrito: participantes do Fórum Econômico Mundial cumpriram toda a programação. No entanto, deixaram a Suíça sem o tradicional documento final

lado de militantes. O clima confiante no sistema de consumo já não era tão entusiasmado na Suíça e na Amazônia também faltou animação para a radicalização dos movimentos antiglobalização.

O Fórum Econômico amenizou a defesa do atual modelo de economia de mercado em fa vor da co operação e coordenação internacional que ajudem a impedir futuras crises, incluindo maior participação de governos no encontro. Na percepção de Emilio Chernavsky, o Estado veio à tona para contrabalançar a confiança abalada dos mercados financeiros. "Apesar de não ser totalmente explícito em função da ideologia que norteia a preparação do Fórum Econômico, aplaude-se a intervenção estatal e a coordenação intergovernamental. Existe uma chamada genérica para a formulação de políticas públicas contra a crise e para a construção ou reformulação de instituições".

Gervasio Baptista/ABR

Grzybowski, do Ibase: "É necessária a radicalização da imaginação por um mundo melhor"

A sintonia dos dois fóruns também ficou clara em discursos dos participantes. Em Davos, o Fórum ocorreu sem a presença de algumas figuras importantes de governos, das finanças e de corporações privadas. Mesmo assim, durante os cinco dias de debates estiveram presentes 40 chefes de Estado, 15 ministros de Finanças, 20 presidentes de bancos centrais e dezenas de dirigentes empresariais e de organizações não-governamentais. Especialistas alertam, no entanto, que dificilmente pode-se dizer que esse relativo esvaziamento constitui uma tendência que se manterá no futuro. Por lá, os dirigentes chineses, japoneses e russos, e até os europeus, arriscaram críticas à derrocada econômica americana e defenderam um multilateralismo econômico. A chanceler alemã Ângela Merkel, chegou a recomendar a criação de um conselho de segurança para a economia mundial.

CRÍTICAS Belém também manteve críticas aos Estados Unidos e foi o palco para questionamentos e ataques de presidentes latino-americanos que fizeram questão de marcar presença. Ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez; da Bolívia, Evo Morales; do Equador, Rafael Correa, e do Paraguai, Fernando Lugo, mostraram entrosamento com o Fórum Social.

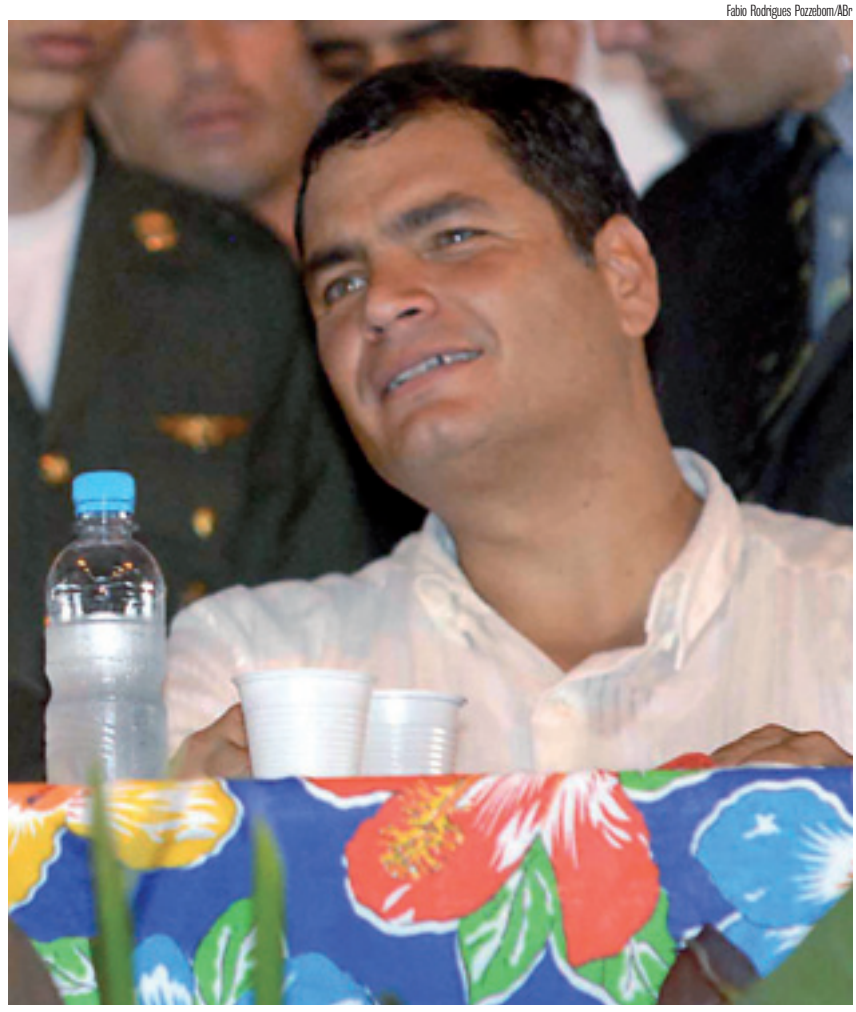
O presidente equatoriano, economista, foi mais audaz e sustentou que a resposta para a crise seria o socialismo, com o controle popular de organismos econômicos, políticos e sociais, amparados por um Estado comprometido em tornar-se um canal descentralizado para a participação democrática.

Com discurso duro, Lula transformou suas palavras em artilharia contra medidas protecionistas americanas para tentar recuperar a economia. O presidente afirmou que a solução e as principais ações de combate à crise financeira estavam no comportamento dos países ricos. "Eu li que o presidente [dos Estados Unidos, Barack] Obama tomou uma decisão de que os novos investimentos deles devem usar só aço das siderúrgicas americanas. Se isso for verdade, é um equívoco. O protecionismo nesse momento vai agravar a crise, não resolvê-la. É importante que os países ricos não esqueçam nunca que foram eles que inventaram essa história de que o comércio poderia fluir livremente pelo mundo. Não é justo que agora, que eles entraram em crise, esqueçam o discurso do livre comércio e passem a ser os protecionistas que nos acusavam de ser", criticou.

Lula disse ainda que os países ricos estão perdidos diante da instabilidade financeira mundial, além de reforçar que acredita na movimentação das grandes potências econômicas do mundo para recuperar a economia e "não permitir que os países pobres paguem por uma crise que não criaram". Além de criticar o protecionismo, defendeu medidas para a regulamentação do mercado futuro e do sistema financeiro como caminhos para superar a crise.

Longe de Davos, a integração latino-americana soou como uma das principais forças para superar as turbulências e direcionar o caminho de retorno à estabilidade e tranquilidade de mercado. O otimismo, no entanto, teve que ser reformulado diante das incertezas que o outro lado do mundo inspira, fazendo com que também os debatedores de Davos reduzissem a autoconfiança como celeiro de respostas anticrise. O choque de realidade atingiu os dois fóruns, com expectativas de novos rumos para as edições futuras. d

Fabio Rodrigues Pozzebom/ABr



A mensagem do presidente Rafael Correa em Belém: o socialismo é a melhor solução para a atual crise

Desenvolvimento sustentável

Assistência técnica à agricultura familiar melhora produtividade das pequenas propriedades. Inspirada em Paulo Freire, metodologia utilizada procura aliar a moderna tecnologia com conhecimento empírico do produtor. Processo foi interrompido nos anos 1990, retomado em 2003 e já dá reultados

Por **Débora Carvalho**, de Brasília

Rosemar Firmino de Lima tinha apenas 15 anos quando o pai decidiu largar a vida de meeiro nas lavouras de feijão do município de Ceres, em Goiás, e seguir para a região do Distrito Federal, em busca de terra e melhores condições de vida. Durante quase uma década, a família não viu muita diferença das dificuldades com que já estavam acostumados. Vinte e sete anos depois, dentro da propriedade de cinco hectares, em fase de regularização fundiária, Rosemar lembra como os técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF (Emater-DF) foram importantes para a adaptação no novo local.

"Sem eles teria sido bem mais difícil. Quando eu comecei a tomar as decisões, tive orientação e pude plantar o que era melhor para mim na época certa", conta. Depois de sete décadas de história e muitas mudanças, hoje, a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no Brasil tenta se desvencilhar das práticas e conceitos iniciais de modernização do campo e produtividade a qualquer custo, em busca de um paradigma mais amplo, complexo e moderno: o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

Ao lado do pai, o pequeno agricultor do DF presenciou algumas fases da história da assistência técnica e extensão rural. O serviço foi criado no final da década de 1940, dentro das políticas de industrialização do País, para apoiar o processo de modernização da agricultura. O modelo paraestatal permitia que a responsabilidade fosse divida entre entidades públicas e privadas. Só no governo Ernesto Geisel, em meados da década de 1970, a ATER seria incorporada ao governo, com a criação do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (Sibrater), por meio da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Rural (Embrater).

MDA/Divulgação

Rosemar em sua propriedade de cinco hectares na periferia de Brasília, destaca o apoio da Emater: "Quando eu comecei a tomar as decisões, tive orientação e pude plantar o que era melhor para mim na época certa"

A importância do Estado aumentava à medida que boa parte do dinheiro para custear o serviço vinha dos cofres públicos. O financiamento estatal chegou a representar 40% dos recursos das Emater. Em alguns estados esse volume chegou a 80%. A oferta do serviço também teve um salto nessa época. Segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em 1960, apenas 10% dos municípios do Brasil contavam com ATER. Nos anos 1980, o alcance ultrapassava 77% das cidades.

NACIONALISMO Durante a ditadura militar, era Geisel foi marcada pelo nacionalismo e pelo investimento econômico, mesmo com a escalada de dois problemas históricos da economia brasileira: a dívida externa e a inflação. A ideia era superar o atraso na agricultura, educar o povo para que o meio rural começasse a adquirir equipamentos e insumos industrializados, e assim, permitir um manejo mais moderno e eficiente. Esse modelo tecnicista queria trazer o homem do campo para a lógica de mercado e, para tanto, privilegiava a produtividade a qualquer custo. Foi a chamada "revolução verde".

"Antigamente, nosso trabalho era apenas dizer que para produzir mais tem que usar esse tipo de adubo ou aquele fertilizante. O trabalho era só dentro da porteira", lembra Sérgio Orsi, técnico da Gerência de Programas e Orçamento da Emater-DF, há 21 anos na carreira de extensionista. Para ele, a grande competitividade que o País tem no agronegócio em todo o mundo é fruto do trabalho de extensão baseado nos conceitos da "revolução verde" e, talvez por isso, seja difícil para a ATER abandonar esse modelo e seguir uma abordagem multidimensional.

Na década de 1980, influenciada pela pedagogia de Paulo Freire, começou a se delinear o paradigma que, em parte, ainda hoje é perseguido pela ATER. A intenção era criar um planejamento participativo, integrando o conhecimento técnico ao saber tradicional do agricultor. Mas nos anos 1990, o então presidente Fernando Collor de Mello foi o responsável pelo maior baque já sofrido pela ATER na história. A Embrater foi extinta e com ela o sistema nacional. Os esforços da Embrapa e do Ministério da Agricultura na tentativa de coordenar o serviço não foram suficientes para evitar que a ATER ficasse unicamente sob responsabilidade dos governos dos estados, pautada por interesses locais, sem uma coordenação nacional.

MDA/Divulgação

Novos tempos: Martins, do MDA, diz que agricultor terá mis informações para melhorar sua atividade

RECOMEÇO A estrutura e o modelo de extensão rural brasileiros viram a luz novamente em 2003. Quando o governo federal, já sob o comando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, decidiu passar ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a responsabilidade de gerir e distribuir recursos para a ATER. Instaurada a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Penater), o objetivo principal do serviço passou a ser o desenvolvimento socioeconômico rural. "Além da difusão de tecnologias, começamos a trabalhar em outros eixos, na articulação de políticas públicas", afirma o diretor do Departamento de ATER do MDA, Argileu Martins. Segundo ele, essa é a essência da nova abordagem, que preconiza uma relação dialética com o agricultor, que deixa de ser observador, para contribuir com o sucesso da família rural.

Outra característica importante é que, a partir dessa política, o serviço de extensão rural sai da porteira e começa a se preocupar em levar ao agricultor tudo o que ele precisa saber para se beneficiar e ajudar a comunidade. "Hoje, a ATER fornece informações sobre acesso ao crédito, a programas como Luz para Todos, que melhoram a vida no campo, ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, que ajuda a comercializar a produção. Tudo isso revigora e reorienta o produtor familiar. O objetivo maior é reduzir a desigualdade no campo", explica Martins.

Para o agricultor Rosemar Firmino, o serviço funciona. "Sempre fui bem atendido pela Emater. Sempre me ajudaram a fazer os projetos, me orientando sobre os financiamentos e a melhor escolha para plantar", conta. Em julho do ano passado, quando o governo federal

MDA/Divulgação

Cautela: o pequeno produtor tem medo de contrair dívidas e não poder honrá-las. Por isso, procura orientações técnicas. Na dúvida, desiste do empréstimo

lançou o programa Mais Alimentos, que facilitava a compra de tratores novos para a agricultura familiar, Rosemar ficou animado com a oportunidade. Mas depois de, junto com um extensionista, fazer alguns cálculos, percebeu que poderia contrair dívidas muito além da capacidade da renda da família.

"Tenho muito medo de dívida e a maioria dos técnicos pensa no bem-estar da gente, quer que a família se desenvolva, sem dívida, sem problema", reconhece Rosemar. Ele diz ainda que de uns anos para cá o atendimento melhorou, porque o técnico vai mais à propriedade, aconselha manejo e cria uma parceria com o produtor. "A gente vê que o objetivo deles é ajudar mesmo, não tem interesse econômico, ficam satisfeitos de ver a gente se beneficiar. E, no dia a dia vira amigo de tanto vir na casa da gente", comemora.

OUTRO LADO Mas nem todos os agricultores familiares do Brasil têm a oportunidade de Rosemar. Segundo o técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** Fábio Alves, a realidade é bem diferente em outras regiões, como o Nordeste, onde a agricultura familiar é pobre e a carência por um bom serviço de ATER é cada vez maior. Ele questiona a qualidade do atendimento, pois em muitas localidades o técnico da Emater visita o agricultor familiar apenas uma vez por ano para elaborar o projeto de acesso aos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

"Não se pode dizer que isso é um atendimento adequado, porque não tem acompanhamento", completa Alves. Ele reconhece o caráter positivo da mudança para a abordagem de desenvolvimento sustentável. Para ele, o maior avanço da nova ATER é trocar o pacote tecnológico tradicional pelo manejo agroecológico sustentável. Para ele, é fundamental privilegiar a conservação ambiental em detrimento da concepção anterior de uso desenfreado de agrotóxicos e desmatamento em busca de aumento na produção. No entanto, o pesquisador critica a falta de controle e monitoramento dos recursos repassados pela União aos Estados.

"O trabalho de gestão se resume ao repasse de dinheiro. Hoje, o governo não avalia a qualidade do serviço, porque está muito envolvido com serviços burocráticos e não tem novos projetos", pondera. Alves diz que a demanda pelas assinaturas de convênios e transferência de recursos ocupa, de forma quase integral, a equipe do governo. Outro pro-

blema é o atraso na liberação dos recursos, o que torna mais difícil ainda a chegada do extensionista ao produtor na época certa.

O governo admite algumas dificuldades, entre elas o contingenciamento dos repasses da União aos estados e às mais de 180 en tidades não-governamentais que atuam na área, por meio de convênios com o MDA. O orçamento anunciado para a ATER, no Plano Safra da Agricultura Familiar de 2008, foi de R$ 397 milhões, mas desse montante foram efetivamente liberados apenas R$ 197 milhões. Segundo o MDA, para este ano, a expectativa é de R$ 256 milhões. Na opinião do diretor do Departamento de ATER do MDA, o desafio do governo atualmente é consolidar o novo paradigma.

"Por meio de parcerias com os governos estaduais vamos ampliar o serviço e fazer com que realmente chegue aos agricultores para gerar renda e melhoria da qualidade de vida", afirma Argileu Martins. Em 2007, foram atendidas 1,34 milhão de famílias. A meta para 2009 é chegar a 2 milhões.

ALTERNATIVA Uma saída para o problema da falta de recursos pode ser criar uma dotação fixa, pré-estabelecida no Orçamento da União, para garantir aos estados custeio e investimento em ATER. Dessa forma, a quantidade de recursos não seria decidida a partir da importância que cada governante confere ao serviço. Depois de 14 anos de profissão, o extensionista, Hélio Dias Lopes também concorda que hoje a ATER cumpre melhor o papel de ajuda ao produtor rural. "Agora, me sinto mais recompensado, porque atendo quem realmente precisa de ajuda", conta.

Segundo Lopes, se a assistência técnica tivesse continuado como na década de 1990, o cenário para a agricultura familiar seria bem pior, com o aumento do número de agricultores que, sem perspectiva, sairiam do campo para as cidades. Ele explica que para melhorar a qualidade do trabalho é preciso investir mais, principalmente no que diz respeito à renovação de pessoal. "Com o tempo vão se perdendo os profissionais e não há concursos novos para repor", completa.

Para ele, são necessárias muitas qualidades para formar um bom extensionista. O profissional não pode ser apenas técnico. Precisa estar atento às oportunidades e alternativas para, por exemplo, melho rar a r enda da fa mília ao transformar a produção de matéria-prima em produtos semi-processados. Ou seja, agregar valor e criar dentro da propriedade uma pequena agroindústria. "Tem que ter paixão, satisfação e compromisso em ver o pequeno produtor e a família conseguindo uma vida melhor", acrescenta Lopes.

O técnico Fábio Alves alerta sobre a importância de capacitar os funcionários das Emater para garantir um bom processo de transição entre a visão predominante na "revolução verde" e o atual paradigma do desenvolvimento sustentável. Uma das ressalvas de Alves em relação à política nacional de ATER é de que a no rma não p revê a inc lusão de princípio, por exemplo, da agroecologia no conteúdo obrigatório das escolas técnicas de formação dos extensionistas.

FORMAÇÃO Para amenizar esses problemas, desde 2003, o MDA mantém o Programa de Formação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural, que tem como objetivo formar quadros de pessoal para contribuir na qualificação dos agentes da ATER, de acordo com a nova abordagem. Parcerias com universidades públicas têm ajudado na criação de mais de

MDA/Divulgação

Mais apoio: MDA está formando profissionais para aumentar a assistência ao pequeno produtor

256

milhões de reais

foram incluídos no orçamento do MDA deste ano para ações de extensão rural. Maior objetivo é consolidar o novo paradigma

Comercialização da safra precisa de maior apoio

A técnica de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** Junia Conceição lembra que para consolidar o novo paradigma do extensionismo é necessário, também, mudar a cultura no campo e dar suporte à comercialização dos produtos da agricultura familiar. "O modelo é mais justo e ambientalmente correto, mas na hora de vender as leis de mercado predominam. Então, é preciso apoiar o produtor para explorar o nicho de mercado desses produtos", argumenta. Para ela, a extensão rural sozinha não é capaz de modificar a condição do agricultor familiar. É importante que o governo invista nos pequenos como tem feito com a produção agrícola empresarial. "Uma saída é a agregação de valor aos produtos", acrescenta Junia.

Hoje, é possível ver nas grandes redes de supermercados seções inteiras dos chamados produtos orgânicos, que são vendidos a preços mais altos que os convencionais. A motivação para isso é a busca dos consumidores com maior poder aquisitivo por alimentos e hábitos de vida mais saudáveis. O que não se obtém pelos processos tradicionais de agroindustrialização.

Sérgio Orsi, da Emater-DF, explica que no entorno da capital federal a agroecologia e a produção de alimentos orgânicos tem estimulado a agregação de valor dentro de muitas pequenas propriedades. O extensionista Hélio Dias Lopes conta que há cinco anos acompanha uma família, que começou trabalhando a roça e apenas revendendo as hortaliças em feiras e mercados. "Com orientação correta e crédito certo eles começaram a agregar valor, foram desenvolvendo a produção e hoje a agroindústria tem cerca de 100 funcionários. Dessa forma, mudamos a vida de muita gente, gerando renda e empregos", relata.

Divulgação

Turismo rural: boa oportunidade de lucro para o agricultor que vive perto das grandes cidades

TURISMO Outra oportunidade de lucro para a agricultura familiar, principalmente no entorno de grandes centros urbanos, é o turismo rural. "As pessoas da cidade estão buscando o contato com o campo, com as raízes. Hoje é chique tomar cachaça e comer comida caipira", explica Orsi. Para ele, é uma evolução trabalhar com a prestação de serviços, por isso é preciso orientar e preparar os agricultores. Muitas vezes as comunidades precisam se organizar para cobrar das autoridades locais condições mínimas de infraestrutura, segurança, transporte, saneamento básico e energia elétrica.

Essa foi uma das motivações para a Emater-DF criar um projeto que, por meio de indicadores, mede o Índice de Desenvolvimento Comunitário Rural. Dessa forma, são mapeadas das vulnerabilidades e potencialidades da região, para que os extensionistas possam reunir a comunidade e orientar na busca por soluções para os problemas. "O mais importante da nova ATER é dar poder e capacidade de discernimento ao agricultor para que ele busque o próprio desenvolvimento. Isso é dar liberdade e qualidade de vida".

1 mil vagas, em 31 cursos de qualificação, resultado de um investimento de R$ 1,2 milhão do governo federal. Entre os principais temas dos treinamentos estão a ação participativa, sistemas agroflorestais, agroecologia e produção de base ecológica, cadeias produtivas; arranjos produtivos locais; comercialização e da prática de ATER em comunidades de pescadores e quilombolas.

Além da qualificação de quem já está em campo, é preciso também investir para aumentar o número de extensionistas. Há locais no Brasil, onde um agente é responsável por cerca de cinco municípios. Para Fábio Alves, uma alternativa seria a União incentivar os estados a investir em ATER, via da desoneração tributária, vinculada à obrigação de destinar recursos para essa área. Outra possibilidade seria a maior integração entre ONGs e Emater. Dessa forma, as experiências locais poderiam ser reaproveitadas em outras regiões dentro do mesmo Estado.

O especialista ressalta ainda o papel fundamental da ATER na reforma agrária. "Há uma busca desenfreada por volume de famílias assentadas em áreas de reforma agrária, mas sem qualidade de assentamento", completa. Ele explica que o agricultor precisa de apoio para se manter na terra e dela conseguir obter renda suficiente para o sustento da família.

BANDEIRA A permanência do agricultor no campo, seja por meio de reforma agrária ou não, é uma das principais razões da luta dos movimentos sociais pela universalização da extensão rural no Brasil. Desde 1996, liderados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, (Contag), os sindicalistas reivindicam melhorias no sistema de ATER pública. O secretário de Política Agrícola da entidade, Antoninho Rovaris, lembra que, na década de 1980, a extensão rural era feita do balcão do escritório das Emater. "Não tinha essas coisas de ir ao campo, atender diretamente o agricultor", recorda.

Segundo ele, desde essa época já se

Marcello Casal JR/ABr

Mobilização: Contag quer aproveitar o "Grito da Terra" deste ano para cobrar planejamento estratégico por Estado, que incluiria uso correto de agrotóxicos

avançou consideravelmente e, hoje, boa parte das Emater já começam a trabalhar de acordo com a abordagem de desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. Mas, para a Contag, ainda predomina no Brasil a cultura de que o extensionista é apenas uma ponte entre o produtor e o crédito oficial.

Diante dessa realidade, organizações sindicais e movimentos sociais trabalham para montar uma estrutura paralela de ATER para atender agricultores e comunidades. A iniciativa é custeada com recursos das entidades sindicais e dos governos. Segundo Rovaris, a intenção é mostrar para o poder público que é possível ter uma extensão rural efetiva e mais barata. A avaliação feita pela Contag é que na região Norte do País a questão geográfica e a dificuldade de acesso às comunidades dificultam a capilaridade do serviço de ATER.

"A situação é precária. Precisa melhorar muito para atender minimamente as pessoas", diz Rovaris. Mas no Nordeste, onde o sistema foi totalmente extinto na década de 1990, já é possível perceber uma retomada lenta, no entanto, sem a noção clara do significado da nova abordagem por parte dos extensionistas. Segundo o dirigente da Contag, realidades como a do pequeno produtor Rosemar Firmino só são encontradas em alguns pontos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. "Nesses locais, apesar da fama de bom atendimento, a ATER não dá resultado, porque a agricultura familiar é altamente onerosa", explica.

PLANEJAMENTO Este ano, no Grito da Terra – maior manifestação de agricultores familiares e trabalhadores rurais do Brasil – a Contag promete iniciar a negociação com o MDA para elaborar, em conjunto, um planejamento estratégico para a extensão rural em cada Estado. A ideia é traçar estratégias para acelerar a mudança de cultura, tanto do serviço de extensão como dos agricultores, reforçando a noção de que um produto ambientalmente correto e livre de agroquímicos requer pesquisa, tempo e custos adicionais e, por isso, o produtor precisa ser remunerado pelo mercado.

A entidade também estabeleceu o prazo limite de até três anos, a partir de 2009, para que as metas de universalização e de qualidade da ATER sejam cumpridas. "De forma geral, hoje, o serviço não atende às necessidades reais. Mas há um processo de recuperação. Se nesse prazo nada acontecer, vamos ter que rever inclusive a existência das Emater. Se for necessário vamos reconhecer que é preciso mudar tudo e fazer por um caminho diferente", afirma o dirigente da Contag.

Martim Smolka
Laura Mullahy

A política de terras na América Latina

Embora seja conhecida pela grande diversidade, a América Latina também se caracteriza por uma serie de heranças comuns que afetam a terra de maneira direta ou indireta. Dentre essas heranças figuram o proverbial patrimonialismo, baseado numa estrutura de propriedade da terra que outorga investimentos e serviços públicos de acordo com influencias políticas; bem como administrações centrais fortes com una débil responsabilidade fiscal no âmbito local e uma tradição de códigos elitistas e regulamentos rígidos, incluso anacrônicos, relativos ao uso do solo. O planejamento urbano, voltado para o desenho físico, tendeu a concentrar-se na cidade "legal" descuidando-se da "real". O investimento no ambiente construído, em um processo de rápida expansão, goza de relativa autonomia do processo de industrialização. Num ambiente caracterizado por mercados de capitais débeis e a memoria(ou legado) de uma alta (e amiúde crônica) inflação, a terra frequentemente assume - em especial para a populacao de mais baixa renda - o papel de um mecanismo de capitalização ou de um substituto da falta de seguridade social.

Na América Latina, os mercados de solos urbanos se destacam pela magnitude e persistência de atividades ilegais, irregulares, informais ou clandestinas relacionadas com o acesso e ocupação da terra, todas elas derivadas principalmente da escassez de terras urbanizadas financeiramente acessíveis. Esta escassez desempenha um papel importante na cultura social latinoamericana, dado que o acesso ao solo é frequentemente uma condição tácita para obter sentido de cidadania e mobilidade social.

Quiçá mais importantes são as tendências multifacetadas que se estão disseminando a passo firme por todo o continente e abrindo novas oportunidades à política de terras urbanas. Começando pela redemocratização de muitos países latinoamericanos apos longos períodos de regimes autoritários ou militares, com numerosas implicações na política de terras. Atualmente existe uma elevada conscientização geral sobre a responsabilidade dos funcionários pelo manejo do solo urbano ou outros aspectos da administração pública, bem como também se observa o reconhecimento público de novos agentes sociais como as organizações não governamentais (ONGs). Novas formas de participação comunitária e ação civil surgiram em resposta à necessidade de legitimar alternativas ao acesso a terra para a população urbana de baixa renda, alternativas que incluem abordagens inovadoras de propriedades em cooperativa, e atenção a assuntos de gênero na regularização de terras de ocupação ilegal.

Uma segunda tendência reflete a necessidade de por em prática reformas institucionais e co nstitucionais acompanhadas de novas definições do papel do Estado. Este processo teve uma grande variedade de manifestações, a saber: 1) uma descentralização fiscal que fez pressão para gerar novas fontes de receita em âmbito local, e oportunidades para melhorar a arrecadação dos impostos imobiliários; 2) uma descentralização política e administrativa que aumentou o poder e a autonomia das autoridades locais e intermediarias. Este processo criou novas e numerosas responsabilidades associadas à regulação do mercado de terra para a provisão de serviços e habitação de interesse social; 3) novos instrumentos para a intervenção normativa e fiscal, tais como ferramentas de mobilização dos incrementos no valor da terra (mais valias) para beneficio da comunidade; 4) a privatização ou eliminação de restrições estatutárias referentes à cessão de terras pertencentes ao Estado, o qual aumentou as oportunidades de utilizar (ou voltar a utilizar) terrenos vagos existentes; 5) novos modos de provisão de serviços, em parte originados pela privatização generalizada das companhias de serviços públicos, com efeitos diretos sobre o processo de uso do solo e a redefinição dos padrões de segregação espacial; 6) o surgimento de sociedades públicas ou privadas no desenvolvimento urbano, conducente a uma variedade de novas classes de subcentros urbanos.

A terceira tendência importante das décadas recentes foi uma reestruturação macroeconômica que acarretou a estabilização dos tradicio nais, e f requentemente crônicos, problemas de inflação e que influiu na evolução dos preços da terra. A América Latina também experimentou tendências mais acentuadas para a globalização, a abertura das economias nacionais e os câmbios tecnológicos. Entre outros efeitos, estas tendências geraram uma maior concorrência entre as cidades para atrair investimentos privados, mediante mecanismos que vão desde o uso do planejamento estratégico como um dispositivo de marketing da cidade, ate a oferta de incentivos locais através das chamadas "guerras fiscais". Este movimento afetou profundamente a base econômica das cidades e a natureza e es cala da p obreza urba na. Igualmente afetados foram os tipos de intervenções urbanas (que abarcam desde projetos de reabilitação em grande escala de áreas abandonadas ou em mas condições, ate os novos projetos imobiliários de uso mixto nas áreas de franjas urbanas) que estão redefinindo a forma urbana, a dinâmica das cidades, e os padrões de segregação espacial e social.

Martim Smolka é pesquisador Senior e diretor do Programa para América Latina e Caribe do Lincoln Institute of Land Policy, Cambridge, EUA e **Laura Mullahy** é pesquisadora associada deste mesmo Programa

Direitos humanos: pouco mudou, 60 anos depois

Após seis décadas, os 30 artigos que compõem a Declaração Universal dos Direitos Humanos não são integralmente cumpridos. Dos anos 1940 para cá, pouca coisa mudou. Uma das grandes preocupações da humanidade diz respeito aos elevados índices de violência urbana

Por **Márcio Falcão**, de Brasília

O final da década de 1940 foi marcado por um sinal de alerta para a humanidade. Reunida em Paris, a Organização das Nações Unidas (ONU), por meio de Assembléia Geral, lançou, em dezembro de 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. O documento é formado por 30 artigos e surgiu no rastro da Segunda Guerra Mundial. Apontou os principais direitos e deveres que todas as pessoas do planeta deveriam lançar mão. Passadas mais de seis décadas da proclamação da declaração, o balanço ainda está longe do ideal. Os anos, sustentam dirigentes da ONU, ativistas e políticos, ainda não foram suficientes para transformar o mundo.

O documento surgiu como um código moral, porque não teve um caráter impositivo. Traçou as linhas gerais de direitos civis, econômicos, sociais e culturais. Tais colocações são consideradas atuais, mesmo que estejam longe de serem colocadas em prática por todas as nações do mundo. Mas se tornou a base de grande parte do direito internacional. Na avaliação de especialistas e ativistas da área, a principal barreira para a implementação da declaração é a impunidade. A falta de punições rígidas e de uma fiscalização sobre os direitos humanos facilita a violação dos preceitos da declaração.

Cenas de conflitos armados, governos autoritários, trabalho escravo, tortura, discriminação, fome e pobreza, tão comuns em 1948, ainda pautam o cotidiano das pessoas. "'Não passa um dia sem que ocorra uma violação no Brasil e no mundo", reconhece o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. "Mas isso não significa que não tivemos avanços significativos". A alternativa para o futuro, dizem especialistas, é aliar direitos humanos e educação.

Divulgação

Plenário da Organização das Nações Unidas, em Nova York: questões relativas aos direitos humanos são presença constante nas sessões

RESISTÊNCIAS A defesa da declaração pela ONU enfrentou resistências e só começou a ter contornos mais claros a partir de meados da década de 1960. Nesta época surgiram os primeiros pactos em favor dos direitos humanos. As medidas eram adotadas, geralmente, de forma isolada. A maior parte das nações tratavam e cercavam os direitos civis e políticos. Os países sentaram para discutir a declaração dos direitos humanos. Os soviéticos defenderam a inclusão dos direitos civis e sociais na declaração, enquanto as outras nações que participaram das discussões, especialmente os Estados Unidos, tinham resistências. Tal inclusão teria como resultado um documento legal para os cidadãos cobrarem os direitos sociais, que exigem contrapartidas e investimentos do Estado, como saneamento e urbanização.

Todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade

Artigo 1 da Declaração Universal do Direitos Humanos

Em meio à falta de interesse e mobilização dos governantes, a declaração ganhou novo fôlego com a Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena, em 1993. Os países começaram a se reunir em blocos regionais e discutir medidas em proteção, promoção e implementação dos direitos humanos. O Brasil seguiu a onda. A técnica em Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**), Nair Bicalho, vice-coordenadora do Comitê Nacional de Educação e Direitos Humanos, afirma que a conferência foi um marco. "O mundo passou por uma transformação. Os direitos humanos começaram a ser defendidos. Os países se juntaram regionalmente e começaram a discutir maneiras de cumprir a declaração", diz.

No Brasil o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso criou a Secretaria de Direitos Humanos ligada ao Ministério da Justiça. Sem estrutura e com orçamento contingenciado, a secretaria foi responsável pelas primeiras políticas. Em 1996, surge o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Com mais de 500 metas, o documento era voltado para os direitos civis e políticos. O Brasil escolheu como linhas de atuação a administração da J ustiça, def esa de crianças e adolescentes, educação, proteção de minorias e deficientes, seguindo os principais instrumentos da ONU (criança e adolescente, mulheres, tortura, racismo e deficiência).

A chegada do sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva ao Palácio do Planalto, disse Nair, representou o aprofundamento das políticas. Deu status de ministério para a secretaria. O País começou a discutir políticas de enfrentamento à violação dos direitos e reformulou o Programa N acional de Dir eitos H umanos. Criou ainda o Plano Nacional de Educação e Direitos Humanos. Para este ano, o governo deve lançar uma nova versão do PNDH. Serão sete metas que tentam definir o direcionamento do país para aliar os direitos humanos com o desenvolvimento, especialmente voltado para questões ambientais. A idéia é ampliar as unidades do governo em defesa dos direitos nos estados. Serão núcleos que terão como objetivo identificar as situações de violação e promover medidas a favor do respeito aos direitos.

Apesar de os especialistas destacarem o empenho dos governos em tratar os direitos humanos em uma legislação, as radiografias mostram que o Brasil ainda precisa apresentar melhores números. A violência urbana é o maior problema de violação. Segundo o relatório da ONU, o País possui uma das maiores taxas de homicídio no mundo (aproximadamente 48 mil por ano). Dados de 2006 apontam que a taxa de homicídios é cerca de duas vezes superior à média mundial, com 25 homicídios para cada 100 mil habitantes. A média mundial é de 8,8 mortos por 100 mil habitantes, não incluindo mortes relacionadas às guerras. A técnica do **Ipea** destaca que a válvula propulsora desta estatística é a falta de formação dos agentes de segurança. "No Brasil, os agentes dos estados são os maiores violadores dos direitos humanos", afirmou.

Wilson Dias/ABr

Dom Dimas, da CNBB: "O Brasil terá que se posicionar na ONU sobre a unidade prisional de Urso Branco"

25

homicídios por ano

para cada 100 mil habitantes são registrados no Brasil. A média mundial é de 8,8 mortos, sem incluir as relacionadas às guerras

PRISÕES O discurso é compartilhado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Para o secretário-geral da entidade, dom Dimas Lara Barbosa, o sistema prisional como um todo é falho. O Brasil terá, inclusive, que se posicionar na ONU sobre a unidade prisional de Urso Branco (RO), considerado um dos mais violentos presídios do país. Por lá, foram registradas 92 mortes ao longo de nove anos. Houve períodos em que todas as paredes do presídio estavam destruídas. Houve interrupção no fornecimento de água e energia.

"Todo o sistema tem que ser reformulado. Os agentes, os apenados, a cultura tem que ser diferente", aponta Dom Dimas.

Além da falta de segurança, os dados mais recentes das desigualdades presentes no território nacional apontados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), preocupam. A pesquisa mostra as con-

Vitor Silva

Violência urbana: habitantes das grandes cidades brasileiras são, hoje, reféns da criminalidade

dições de habitação, rendimento e trabalho, associadas a aspectos demográficos e educacionais, em cerca de 150 mil domicílios de todo o País, e traz informações por grandes regiões, unidades da federação e regiões metropolitanas.

O levantamento aponta que o ensino fundamental está praticamente universalizado no Brasil. Entre as crianças de sete a 14 anos, 97,6% frequentam a escola. Mas a quantidade de matrículas não se traduz em qualidade da educação, já que 1,3 milhão de crianças de oito a 14 anos de idade não sabiam ler e escrever (5,4% dessa faixa etária). Mostrou também que a taxa de ingresso de negros e pardos nas instituições de ensino superior não alcançou o patamar que os brancos tinham há dez anos. A diferença a favor dos brancos, em vez de diminuir, aumentou nesse período: em 1997, era 9,6 pontos percentuais aos 21 anos de idade, enquanto em 2007 esta diferença saltou para 15,8 pontos percentuais.

Todo o homem tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal

Artigo 3 da Declaração Universal do Direitos Humanos

GÊNERO O levantamento revelou ainda que as mulheres frequentam mais a escola que os homens, mas o rendimento médio real delas no mercado de trabalho corresponde a 66,1% da remuneração média masculina. Em relação ao trabalho infantil, os números informam que a atividade predomina entre negros (59,5% das crianças que trabalham são pretas ou pardas). De acordo com o PNAD, 300 mil crianças deixaram de trabalhar, mas entre as que não conseguiram, a jornada aumentou em cerca de uma hora.

A taxa de analfabetismo no Brasil, nos últimos anos, vem acumulando quedas sucessivas e hoje é de 10%. Mas ainda representa 14,1 milhões de pessoass. Na Região Nordeste, apesar de a taxa ser de 19,9% – a menor em 15 anos – é quase o dobro da média nacional e quase o quádruplo do apurado no Sul (5,4%), a menor marca do País.

Sem números concretos, outros ativistas afirmam que a situação do País é delicada também em relação aos brasileiros de baixa renda. Um exemplo contemporâneo de violação dos direitos humanos no país são as favelas. Os moradores destas localidades acabam marginalizados e estão frente a frente com o tráfico de drogas e penalizados com a ausência do Estado.

Especialistas e p olíticos, em sua maioria, indicam que aliar direitos humanos e educação é a melhor saída para um mundo mais justo e sem desigualdades. A alternativa foi tema de debate na Assembléia Geral da ONU em 2007, que deu largada a comemoração dos 60 anos da proclamação da declaração. Os conselheiros reafirmaram que difundir os direitos humanos na educação básica terá um efeito cultura importante para assegurar o combate à falta de valores humanitários. d

A equação

jovem = escola

Andressa Anholete

Evasão preocupa o governo, que desenvolve programas para manter o aluno na sala de aula. Muitos abandonam os livros porque não veem nos estudos sentido para a sua vida futura. Dezoito milhões de jovens perderam o direito ao ensino regular

Por **Gílson Luiz Euzébio**, de Brasília

O Brasil tem feito esforços para melhorar o nível educacional de sua população, mas ainda debate uma questão básica: o que fazer para manter o jovem na escola até a conclusão do Ensino Médio? Não basta ter escola, porque a juventude a troca facilmente por uma oportunidade de trabalho ou por outra atividade na qual enxergue alguma perspectiva. Ou simplesmente abandona os estudos por não ver sentido nele para sua vida. O resultado é que, dos 10,2 milhões de adolescentes entre 15 e 17 anos de idade, 1,6 milhão está fora da escola, informa o professor Carlos Artexes, diretor do Departamento de Concepções e Orientações Curriculares da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação. "Quanto maior a faixa etária, maior a evasão", afirma.

Pela estimativa do MEC, há 21 milhões de jovens acima de 18 anos que perderam o direito ao ensino básico regular. Ou seja, passaram da idade própria para se matricular. A política educacional procura atender a esse contingente com o Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), enquanto não chega à situação ideal para manter os jovens no ensino regular até a conclusão do Ensino Médio. A universalização do Ensino Médio implicaria aumento do investimento público, mas o dinheiro não é o fator determinante da equação. "O principal desafio não é financeiro, é pedagógico. É claro que não se faz uma coisa sem a outra. Mas ter dinheiro sem projeto pedagógico não manterá o jovem na escola", alerta André Lázaro, secretário de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação.

AMAZÔNIA Atualmente, 97,6% das crianças de sete a 14 anos estão na escola. A taxa significa que o acesso à educação fundamental para essa faixa etária foi universalizado, mas indica também a existência de 620 mil crianças fora da escola. "Estamos trabalhando para chegar aos 100%. O ministro Fernando Haddad se envolveu pessoalmente num estudo para localizar essas crianças que estão fora da escola", informa André Lázaro. O MEC vai lançar um programa destinado especialmente à região Amazônica, onde há 100 mil crianças fora da sala de aula.

A universalização da cobertura para a faixa de quatro a seis anos de idade, segundo ele, será possível a partir dos investimentos do governo na construção de escolas, na formação de professores, no fornecimento de material didático e merenda escolar. Hoje, 77% dessa faixa etária estão na escola. O desafio está na faixa etária de 15 a 17 anos de idade, que deveria estar no Ensino Médio. "Aqui é mais complexo, porque esse jovem não vai para a escola conduzido pela mão", pondera André Lázaro. Apenas 82% dos adolescentes nessa faixa etária estão na escola. A maioria deles, porém, ainda frequenta o Ensino Fundamental.

Ao desafio de manter o aluno na escola, soma-se a questão da qualidade do ensino. De 1991 para cá, o Brasil registrou expansão de 5 milhões no número de estudantes do Ensino Médio. "A expansão ocorreu na rede estadual, que não conseguiu garantir condições de qualidade em suas ofertas", afirma Artexes. Dois grupos de trabalho, integrados pelo Ministério da Educação e Secretaria de Assuntos Estratégicos, analisam a questão sob a ótica da expansão das matrículas e da reformulação do currículo do Ensino Médio.

Para o ministro Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, é preciso garantir educação de qualidade em todas as escolas, independentemente da localidade onde estejam situadas. O trabalho, segundo ele, segue duas linhas, a criação de um novo modelo de escola média e o estabelecimento da cooperação federativa (União, estados e municípios) para dotar as escolas existentes de um padrão nacional de qualidade.

Fabio Pozzebom/ABr

Lázaro diz que o desafio é pedagógico: "Esse jovem (de 15 a 17 anos de idade) não será conduzido pela mão"

2 mil

reais por aluno

É quanto o MEC pretende investir anualmente em cada estudante do ensino médio. Prioridade será para as regiões mais pobres

INVESTIMENTOS Há no Brasil grande disparidade de qualidade entre as escolas, um problema comum aos países grandes, muito desiguais e com regime federativo, explica Mangabeira. "Os Estados Unidos tem algumas das melhores e algumas das piores escolas do mundo", diz. O governo vem discutindo com os estados a cooperação e a conciliação da gestão local da escola com padrões nacionais de investimento e qualidade, de forma a acabar com os desníveis regionais nos padrões de ensino. As redes estaduais, em média, segundo Artexes, investiram por muito tempo apenas R$ 1 mil por aluno/ano. Com a criação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), o valor aumentou para R$ 1,4 mil. "Os recursos precisam ser ampliados para dar conta da questão da qualidade", diz Artexes. O MEC quer, a curto prazo, elevar o investimento para R$ 2 mil anuais por aluno. "Não é aceitável que a qualidade da educação que uma criança recebe, o seu mais importante equipamento existencial, dependa do acaso, da área onde ela nasce", diz Mangabeira, que defende a redistribuição de recursos das regiões mais ricas para as mais pobres. Nisso, o Fundeb significa o primeiro passo.

Para dar efetividade à proposta de melhoria da qualidade do ensino, Mangabeira pensa na criação de um órgão "transfederal", formado por União, estados e municípios, com poder para assumir temporariamente a gestão da escola que, depois de todos os esforços, se mantiver abaixo do patamar mínimo aceitável. O órgão faria as correções necessárias para melhorar a qualidade da escola e a devolveria aos seus gestores. Numa situação extrema em que o município, não aceite ajuda nem atue para corrigir as fa-

Andressa Anholete

O professor Éber ensina química a alunos com mais de 20 anos em uma escola pública para jovens e adultos de Brasília: sem problemas de indisciplina

lhas, haveria a possibilidade de intervenção. "Entendemos que temos que ter uma solução que passe pela cooperação federativa e que devemos deixar o recurso ao Judiciário como uma solução de última instância, quando a ação desse mecanismo transfederal não alcançar seus objetivos", afirma o ministro.

Já a reformulação curricular compreenderia, na visão de Mangabeira, a junção do ensino geral com o técnico, em um novo padrão de ensino analítico e capacitador em lugar do modelo atual pautado pelo "enciclopedismo informativo superficial". "Essa escola média que visualizamos deve combinar o novo Ensino Médio com o novo Ensino Técnico, voltado para capacitações em práticas flexíveis e genéricas, e não apenas para o domínio de ofícios rígidos", explica. O ensino renovado de ciências e matemática, por exemplo, deve dar ao aluno a capacidade de análise exigida pelos novos paradigmas de produção, que usam "máquinas numericamente controladas".

"Você tem que aproximar a ciência da realidade. O conhecimento não é só subjetividade, ele tem sua objetivação e nós apropriamos pouco na cultura escolar"

Carlos Artexes, diretor do Departamento de Concepções e Orientações Curriculares do MEC

"No futuro, o que vai definir o posto de trabalho vai ser o conhecimento genérico, a capacidade de compreender o mundo", acrescenta Artexes. A combinação dos ensinos evitaria o aprofundamento do fosso entre o ensino generalista, destinado às elites, e o Ensino Técnico, reservado às grandes massas. E também traria uma importante mudança no método de ensino. "O ensino das ciências naturais tende a ser retrógrado em todo lugar, e não só no Brasil. Essa maneira de abordar a ciência e a matemática repele as vocações científicas e as estrangula no nascedouro. É hostil à imaginação teórica da qual depende a formação da inteligência científica", comenta Mangabeira. O ensino deve ser direcionado para "libertar o intelecto", dotando os estudantes de capacidade de análise. "Toda nossa cultura fervilha de anarquia criadora, de rebeldia, de espontaneidade, e nós a metemos numa camisa de força de um paradigma pedagógico inteiramente impróprio para o aproveitamento de nossas potencialidades", acrescenta.

REALIDADE Para atingir esse objetivo, a educação não pode mais estar desconectada da realidade e as políticas públicas precisam incorporar o conhecimento e a cultura da juventude, facilitando o diálo-

go entre professores e alunos. "Você tem que aproximar a ciência da realidade. O conhecimento não é só subjetividade, ele tem sua objetivação e nós apropriamos pouco na cultura escolar", afirma Artexes. É preciso que essa aproximação se dê também entre cursos técnicos e generalistas. O Ensino Técnico já incorporou a cultura geral, buscando a escolarização como caminho. "Nos falta pegar a escola média não profissional e aproximá-la de uma outra concepção, na qual o trabalho tem que estar inserido. É preciso pensar um modelo de formação que não seja simplesmente algo que não dê significado", salienta.

Todas essas questões serão amplamente debatidas no decorrer deste ano, segundo o Ministério da Educação, que trabalha na organização de vários encontros para tratar da reformulação do currículo do Ensino Médio. "O Ensino Médio integrado à educação profissional é uma política extremamente importante, mas não é suficiente para abranger toda a reestruturação do Ensino Médio no Brasil. Temos defendido a idéia do Ensino Médio integrado, que trabalha com a perspectiva da formação integral, não necessariamente profissionalizante strictu sensu", salienta Artexes.

A questão que se coloca é "entre escola pública que funciona e a que não funciona", embora ainda haja polêmica sobre a identidade e a finalidade do Ensino Médio, ou seja, há uma polarização entre os que defendem o ensino médio profissionalizante e os partidários de um ensino geral. "Nós entendemos que o Ensino Médio tem que ter uma formação unitária, mas que garanta diversidade a partir dos sujeitos que estão sendo atendidos", diz Artexes. A qualidade do ensino tem que ser a mesma para todos os grupos sociais. A implantação de padrões mínimos de qualidade depende dos estados e municípios, encarregados da educação básica. Mesmo com a ampliação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica, a União atenderá em torno de 10% dos estudantes. "A prioridade da política pública, da melhoria do Ensino Médio, tem que estar centrada na escola média estadual. Sem atingir lá, não se atinge o objetivo da política pública", lembra.

DESESTÍMULO A qualidade do ensino e a falta de vínculo com a realidade são fatores que desestimulam os alunos e contribuem para o crescimento da evasão escolar. Dos alunos que entram no Ensino Médio, 50% a 60% concluem o curso. O maior número de desistência está na faixa etária acima de 20 anos e entre os jovens das grandes cidades do Sudeste. "É um fenômeno das metrópoles", afirma Artexes. E pode ser explicado pelo aumento da autonomia dos jovens: eles definem suas estratégias e fazem suas opções, que muitas vezes pode recair sobre uma oportunidade de trabalho. "O jovem vai configurando sua trajetória de acordo com sua realidade sócioeconômica também", comenta. A necessidade de trabalhar, por exemplo, às vezes se impõe e afasta o jovem da escola.

"Nós estamos falando de jovens trabalhadores. Temos mais jovens trabalhando no Brasil do que estudando. E temos uma quantidade muito grande que estuda e trabalha e uma quantidade que não estuda nem trabalha", lembra Artexes. De acordo com dados do Ministério, 62% da população de 18 a 24 anos de

Evasão escolar começa em casa

Desajustes sociais e familiares são as principais causas da reprovação e evasão do ensino regular e da entrada de jovens e adolescentes no Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), na avaliação da professora Regina Sônia Mello, coordenadora de uma escola da Fundação Educacional do Distrito Federal: "São pais que não se preocupam com a vida escolar dos filhos, que muitas vezes vem só até a porta da escola". Esses alunos são reprovados e começam a se sentir incomodados por serem mais velhos do que a média da turma e acabam sendo excluídos do ensino regular.

Os adolescentes vão para o EJA, segundo ela, enganados: acham que podem fazer um ano em seis meses, mas levam mais tempo para concluir o curso do que se estivessem no ensino regular. Como o curso do EJA é menos rígido, eles nem entram na sala de aula. "O EJA não é solução para os adolescentes, é o último caso", afirma. O programa funciona bem para as faixas etárias mais elevadas porque são pessoas que precisam de um diploma.

DISCIPLINA "A gente não tem problema de disciplina", diz Éber Geraldo Ribeiro, professor de química de uma turma formada por alunos acima de 20 anos de idade. "Fiz até a 5ª série no ensino regular. Parei e voltei muitas vezes", conta Alexandra Francisca da Silva, 21 anos, aluna do terceiro ano do Ensino Médio. No ensino regular, segundo ela, era impossível conciliar o trabalho e o papel de mãe com as atividades escolares.

A situação é bem diferente nas turmas com adolescentes. Igor Custódio Alves, 16 anos, está cursando a 5ª série do Ensino Fundamental. "Nas outras escolas, eu ficava brincando com os outros meninos, fui reprovado quatro vezes", conta. "Agora tô correndo atrás", diz. Aos 17 anos de idade, Mizael Marques dos Santos ainda está na 6ª série. "Eu aprontei demais no ano passado, eu ficava lá fora bebendo", relata. Agora, ele arrumou emprego e decidiu estudar: "Vi que, sem estudo, o futuro pra mim não ia ser muito bom", diz ele.

Regina Mello lamenta: "Os pais não se preocupam com a vida escolar dos filhos"

idade não estudam. A estimativa é que a rede de ensino atende apenas um terço da demanda estimada em 30 milhões de pessoas que deveriam estar na escola. No cálculo dos atendidos pelo sistema educacional, incluem-se os alunos matriculados no Programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA), para o qual muitos estudantes têm migrado nos últimos anos. No EJA, é possível concluir o ensino básico em menos tempo e há maior flexibilidade de horário das aulas.

"São pessoas que estão trabalhando ou precisam trabalhar e vão buscar uma forma mais rápida de obter um diploma de Ensino Médio. É uma questão de custo/oportunidade", comenta Paulo Roberto Corbucci, técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**. Para o Conselho Nacional de Educação (CNE), trata-se de uma "migração perversa", fruto da falta de preparo da escola regular para lidar com os adolescentes. A matrícula e exame para o Ensino Fundamental na modalidade EJA é permitida a partir dos 15 anos de idade, e para o Ensino Médio, a partir dos 18 anos, mas o CNE aprovou resolução aumentando a idade mínima para 18 anos para ambas as fases. A professora Regina Vinhaes Gracindo, conselheira CNE e relatora do processo, afirma que a elevação do limite é uma forma de garantir o direito à educação dos adolescentes de 15 a 17 anos no ensino regular que "ficaram marginalizados".

"O ensino regular não os queria mais e o EJA não se adaptou para recebê-los", diz. O EJA, lembra, é para jovens e adultos e não está preparado para atender adolescentes. "Esses meninos estão perdidos no mundo. Só não estão mais perdidos porque existem programas de profissionalização que os estão pegando", comenta a professora.

Regina Gracindo argumenta que o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que até 18 anos a pessoa é adolescente e que o poder público é responsável pelo ensino até essa idade no ensino regular. O EJA, portanto, seria para jovens e adultos acima dos 18 anos. Mas as redes de ensino estão empurrando até crianças para o EJA: "Tem sistema de ensino botando crianças de 13, 14 anos no EJA. Isso é um crime", denuncia. Ela propõe a inclusão dos adolescentes no ensino regular, mas em classes específicas para sua faixa etária: "Não vamos colocar um menino 15 anos no meio dos de 10, 11 anos, porque vamos incorrer no mesmo erro do EJA, de colocar meninos de 15 no meio dos de 40 anos". No ensino regular, segundo ela, poderiam ser criadas propostas pedagógicas diferenciadas, com curso compactado.

"No desenho atual, o EJA não atende bem nem o adolescente nem o adulto", afirma a presidente do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), Maria Auxiliadora Rezende, de Tocantins, que defende o aumento da idade. Segundo ela, a "meninada" acaba afugentando os adultos que realmente precisam do EJA. "Os estudantes de 30 ou 40 anos não conseguem ficar na sala com adolescente", explica. Alguns estados, relata, implantaram projetos pedagógicos diferenciados para atender os estudantes com defasagem idade/série.

"O Ministério da Educação é contrário à elevação da idade mínima, por entender que isso exclui um conjunto muito importante de jovens que ou tem

Fotos: Andressa Anholete

Igor Alves, 16 anos, foi reprovado quatro vezes. Parece que aprendeu: "Agora estou correndo atrás"

Alexandra, 21 anos, foi obrigada a deixar a escola por causa da gravidez: coragem para recomeçar

Mizael Santos, 17 anos, não ia muito à escola: "Vi que o futuro sem estudo não seria muito bom"

grande defasagem idade/série ou saíram da escola", informa o secretário André Lázaro. É um problema que atinge principalmente a população pobre e uma grande quantidade de pessoas. Há um milhão de alunos com três ou quatro anos de defasagem idade-série. Em vez de limitar, o MEC quer intensificar os esforços para que o EJA tenha qualidade e seja uma alternativa concreta de escolarização. "Não é um apêndice do sistema educacional", ressalta. A elevação da idade, na avaliação do MEC, representaria mais exclusão e o fechamento de portas para milhões de jovens brasileiros. "É preciso construir junto com governos estaduais e municipais as soluções para incluir jovens na escola. Estamos com um grave problema na juventude brasileira. Que resposta vamos dar a esse problema? Apenas elevar a idade significa cercear o direito em vez de não ampliar a garantia do direito e o que precisamos fazer é ampliar a garantia do direito", pondera. André Lázaro destaca que há concordância no diagnóstico, mas não na solução apresentada pelo Conselho.

PAVOR "Professores e alunos estão apavorados com a possibilidade de fechamento das portas para a gurizada de 16, 17 anos", relata a vereadora Sofia Cavedon, do PT de Porto Alegre, especialista em educação e que esteve em Brasília justamente para discutir os assuntos com o MEC. O ideal, reconhece, é que todos estivessem no ensino regular, mas esta não é a realidade. "São jovens que já viraram trabalhadores, pais e mães de família, e têm necessidade de um projeto pedagógico que não encontram na escola tradicional", explica.

O estabelecimento de uma idade única não tem correspondência com a realidade, já que as faixas etárias adequadas são diferenciadas, pondera Paulo Roberto Corbucci, técnico do **Ipea**. Além disso, ressalta a importância de criar as condições de que o aluno permaneça no ensino regular e levar em conta a necessidade do adolescente entrar no mercado de trabalho. Corbucci lembra que o EJA é necessário, principalmente no Brasil, que tem 10% de analfabetos. Entretanto, o atendimento de jovens pelo programa "significa, de certa forma, o fracasso de nossa educação, o fracasso da nossa sociedade", porque a educação exige o envolvimento de todos.

Marcello Casal JR/ABr

Mária Auxiladora, do Consed: "No desenho atual, o EJA não atende nem ao adolescente nem ao adulto"

"É uma política compensatória, que precisaria ser mais efetiva. Significa, de certa forma, o fracasso de nossa educação, o fracasso da nossa sociedade"

Roberto Corbucci, técnico de Pesquisa e Planejamento do **Ipea**

Corbucci ressalta que as políticas sociais precisam ser vistas como um conjunto para que tenham maior eficácia. O Brasil está no caminho da visão global das questões: "A educação não é a panacéia para nossos males. Se a gente não conseguir melhorar a sociedade, com políticas públicas, geração de emprego, vamos ter apenas pessoas mais escolarizadas e uma sociedade provavelmente injusta, porque essas pessoas escolarizadas vão disputar as poucas oportunidades que o mercado de trabalho oferece".

A resolução do CNE propõe também um conjunto de critérios para controlar a qualidade e duração dos cursos e exames do EJA. Os cursos a distância, por exemplo, teriam que oferecer também uma infraestrutura física, com biblioteca e laboratório. "As experiências de educação a distância em EJA são terríveis. É uma fraude que estão fazendo. Ando atenta aos anúncios: venha fazer EJA do Ensino Médio em seis meses", afirma Regina. "A minha opinião é que os conselhos estaduais de educação negligenciaram o EJA e autorizaram iniciativas de cunho comercial que oferecem diploma a baixo custo e nenhuma aprendizagem", comenta André Lázaro. "Cabe aos conselhos rever suas decisões".

Roberto Simonsen

Dínamo de um Brasil grande

Ele foi o responsável pela consolidação do processo brasileiro de industrialização e de inserção do País no comércio internacional. Defendia a tese de que o progresso é um processo de longo prazo, mudando a cultura dos empresários da época. E sempre foi a favor de uma remuneração justa para os trabalhadores

Por **Pedro Henrique Barreto**, de Brasília

Roberto Simonsen é um dos mais respeitados empresários e intelectuais da história brasileira. Seus discursos, publicações e grande engajamento político ajudaram a nação a se desenvolver com base em um projeto de industrialização inédito, que acabou abrindo as portas para o crescimento econômico e o fortalecimento do Brasil nas relações comerciais com outros países.

Nas primeiras décadas do século 20, época na qual a economia e a política eram dominadas pelos grandes produtores de café, Simonsen era o porta-voz de uma reestruturação produtiva que pregava o estímulo à indústria. Acreditava que não só o desenvolvimento econômico, mas também político, social, cultural, tecnológico e científico do País dependiam dessa nova visão.

Em 1928, escreveu: "Em toda parte, as indústrias são consideradas padrão do adiantamento de um povo. Os núcleos devotados à pesquisa industrial são verdadeiros centros de elaboração mental, centros de permutas de idéia, centros de irradiação de inteligência e progresso. A competição industrial exalta a inteligência do homem, estimulando-o a novas pesquisas, a novos estudos, a novas descobertas, na ânsia incessante de desbravar os campos infinitos da ciência".

A articulação desse pensamento, que colocava a industrialização como um projeto de longo prazo em busca do progresso, teve reflexos na atuação do setor empresarial desde então. "O espírito empreendedor de Roberto Simonsen ainda hoje inspira as ações de milhares de empresários brasileiros. Ele deu uma contribuição decisiva ao processo de industrialização e de inserção do Brasil no comércio internacional. Acreditava que esse era o caminho para melhorar os salários dos trabalhadores, reduzir os preços dos produtos, aumentar a capacidade de consumo, fortalecer o mercado interno e alimentar um ciclo virtuoso de crescimento", afirma Armando Monteiro Neto, presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

"Se quisermos perder algumas das características em que nos debatemos, praticamente ainda em fase colonial, devemos nos orientar por um programa de fortalecimento intensivo de nossos mercados internos e, portanto, do intercâmbio de nossas próprias fronteiras" (1948)

HISTÓRIA Nascido em 1889, em Santos (SP), Roberto Cochrane Simonsen formou-se engenheiro pela Escola Politécnica de São Paulo. Trabalhou na companhia ferroviária Southern Brazil Railway e também na Prefeitura de Santos. Em 1913, fundou a Companhia Construtora de Santos, fato que marcou seu início na vida empresarial. Três anos mais tarde, ajudou na criação – e ocupou a presidência – do Centro dos Construtores e Industriais de Santos.

Em 1919, começou a carreira na área da diplomacia. Integrou missão comercial brasileira na Inglaterra, foi representante no Congresso Internacional dos Industriais de Algodão, na França, e na Conferência Internacional do Trabalho, nos Estados Unidos. Paralelamente, mantinha publicações sobre a necessidade de impulsos à industrialização brasileira: sustentava uma intervenção limitada e seletiva do Estado, de modo a estimular a iniciativa privada.

Na esfera política, Simonsen teve participação ativa, em 1932, no Movimento Constitucionalista paulista, que lutava contra o golpe de estado surgido após a Revolução de 1930. Na época, foi um dos fundadores da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, a primeira do País. Simonsen lecionou sobre temas como a história econômica brasileira e publicou trabalhos acadêmicos que nortearam o pensamento intelectual nas décadas seguintes.

Segundo o professor de História Econômica da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), Renato Colistete, Simonsen tinha uma visão avançada sobre os rumos do desenvolvimento do País. "Foi um grande líder da consolidação da indústria brasileira. Conseguiu que essa visão se fortalecesse e ganhasse influência por vários governos e em diversas instituições, o que comprova sua enorme relevância".

HOMENAGEM Em 1933 e 1934, Roberto Simonsen foi eleito deputado classista, como representante do empresariado. No ano seguinte, assumiu a presidência da Confederação Industrial do Brasil (CIB), rebatizada posteriormente como Confederação Nacional da Indústria (CNI). Até 1937, ocuparia também o cargo de deputado federal por São Paulo. Nesse mesmo ano, tornou-se presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Elegeu-se ainda senador pelo Partido Social Democrático, cargo que ocupava quando faleceu, em 1948.

Monteiro Neto lembra o papel central desempenhado por Simonsen na criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) e do Serviço Social da Industria (Sesi), respectivamente, em 1942 e 1946. "Deixou um importante legado para os trabalhadores. O Senai e o Sesi são instituições que formam recursos humanos para a indústria e oferecem educação básica e programas que melhoram a qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros".

Simonsen foi membro da Academia Paulista de Letras e da Academia Brasileira de Letras (ABL). Recebeu diversas homenagens no Brasil e no exterior.

Antonio Schonarth

Em busca de um futuro mais digno

Fundado em 1967, o Movimento de Organização Comunitária de Feira de Santana (BA) foi premiado pelo governo federal pelo projeto Mãos que Trabalham, que conseguiu gerar emprego e renda em três municípios da região. Artesanato é um dos carros-chefe da iniciativa

Pedro **Henrique Barreto**, de Brasília

Os braços tão acostumados ao trabalho doméstico e às tarefas de plantio, colheita e produção agora se erguem para levantar a recompensa. O projeto baiano Mãos que Trabalham foi premiado pelo governo federal como uma das melhores práticas que contribuem para que o País alcance os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

A entrega do prêmio aconteceu no Palácio do Planalto, em Brasília. O Mãos que Trabalham concorreu com mais de 1.100 práticas, que foram avaliadas segundo critérios como caráter inovador, referência para outras ações, perspectiva de continuidade, participação da comunidade e qualidade dos serviços prestados. O Prêmio ODM foi lançado em 2004 e, em sua última edição, foi entregue a 12 iniciativas da sociedade civil e a oito de prefeituras.

O Mãos que Trabalham faz parte do Movimento de Organização Comunitária (MOC), que existe desde 1967 e é sediado em Feira de Santana (BA). O projeto nasceu em 2006 a partir de uma pesquisa que diagnosticou um dos principais desafios das mulheres da região: encontrar alternativas para a geração de renda. Por uma seleção pública da Petrobras, os idealizadores conseguiram patrocínio para iniciar a organização e capacitação das mulheres em grupos produtivos, distribuídos em três regiões da Bahia: Portal do Sertão, Território do Sisal e Bacia do Jacuípe.

Ao todo, foram estruturados 25 grupos, com cerca de 300 produtoras, em dez municípios. Eles contaram com o apoio do MOC, do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Semiárido Baiano e da Rede de Produtoras da Bahia. "Os eixos de trabalho envolveram oficinas de capacitação para produção, gestão e comercialização. Crescemos pouco a pouco e hoje vemos a importância desse trabalho para as comunidades locais", conta Lorena Cruz, que foi uma das coordenadoras do Mãos que Trabalham e é técnica do MOC há sete anos.

DIREITOS Paralelamente, as mulheres também participaram de encontros de formação política. "Foi passo significante para a atuação em fóruns, conselhos e espaços de discussão. Assim, podemos lutar melhor por nossos direitos e fazer com que políticas públicas sejam criadas para o semiárido baiano", explica Lorena.

No município de Santaluz, comunidade de Miranda, a pouco mais de 250 km de Salvador, a vida nunca foi fácil. Assim como na maioria dos pequenos municípios brasileiros, dificuldades de emprego e renda acompanham a rotina diária da maioria dos habitantes. Mas a integração e a confiança trazidas pelo Mãos que Trabalham começaram a mudar essa realidade para um grupo de mulheres.

Em agosto de 2004, nascia o Mulheres de Fibra. Eram apenas cinco integrantes, que utilizavam a fibra do sisal da região para fabricar artesanato, como bolsas e tapetes. Elas encontravam obstáculos para melhorar e comercializar a produção. A partir do apoio do Mãos que Trabalham, o grupo se fortaleceu, cresceu e fez deslanchar o trabalho.

O artesanato hoje é vendido não só no município, mas também em feiras estaduais, nacionais e até no exterior. Em 2008, chegou até um evento no Chile. Já são 20 mulheres, que diversificaram a produção: desde 2007, atuam também com culinária e agricultura agroecológica. Vendem produtos como bolo e sequilho para a Conab, responsável pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do governo federal.

O Mulheres de Fibra tem uma sede própria, com cozinha equipada e quintal para plantio. "Levantamos a nossa autoestima, aumentamos nossa renda e conseguimos visibilidade para o município. É um projeto fantástico, que mudou a nossa vida", afirma Valmira Lopes de Souza, participante e uma das coordenadoras do grupo. Ela também é secretária da Rede de Produtoras da Bahia, que hoje conta com 50 empreendimentos. Recentemente, este e outros grupos criaram o Fórum de Mulheres do Semiárido Baiano. A proposta é discutir com setores municipais, estaduais e federais a captação de recursos para o desenvolvimento da região.

Com a interrupção do apoio da Petrobras, o Mãos que Trabalham chegou ao fim. O Mulheres de Fibra, no entanto, é a prova de que iniciativas como essa podem significar um recomeço na vida de brasileiros como Valmira. "Continuaremos nosso trabalho, com certeza, com garra e determinação. Cada uma nós tem tido a chance de realizar sonhos e projetos e isso comprova que, com apoio e integração, podemos vencer."

300

mulheres produtoras

de dez municípios, divididas em 25 grupos do semiárido da Bahia, participaram de oficinas de capacitação

ARTIGO

Sérgio Ulisses Jatobá

Brasília e sua crescente influência

A mais recente versão do estudo "Regiões de Influência das Cidades" do IBGE – REGIC 2007, publicada em 2008, alçou Brasília à condição de metrópole nacional, equiparada somente à São Paulo, destacada como grande metrópole nacional, e a Rio de Janeiro, a outra metrópole nacional. A área que compõe a região de influência de Brasília abrange 298 municípios, uma superfície total de 1.760.734 Km^2 e uma população de 9.680.621 habitantes, que a coloca a frente de outras nove metrópoles no país, as quais compõem, junto com São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília o conjunto dos 12 centros urbanos mais influentes do país.

A quarta versão da REGIC confirma o que já vinha sendo apontado em outros estudos, que a influência urbana de Brasília, cuja área metropolitana entendida pelo IBGE abrange todo o Distrito Federal - DF e mais os municípios do seu entorno imediato, estende-se bem mais além. A rede de influência de Brasília abrange municípios situados em Goiás, noroeste de Minas e oeste da Bahia e comanda, em conjunto com São Paulo, as redes de Cuiabá e Porto Velho, o que amplia em muito a sua área, que assim atinge Mato Grosso, Rondônia, Acre e pequena parcela do Amazonas.

O Estudo do IBGE ressalta que, apesar de estar situada na terceira posição de importância no país, a rede de Brasília ainda é pequena em relação à de São Paulo e à do Rio de Janeiro, representando 5,26% da população do País e 6,6% do PIB nacional em 2005. Entretanto tem algumas características que se destacam: tem o mais alto PIB per capita entre todas as redes (R$ 15.683,00 em 2006) e concentra 33,7% da população e 57,3% do seu PIB no seu núcleo, que inclui Brasília e mais nove municípios do entorno do DF, sendo que só Brasília possui o segundo maior PIB per capita no país (R$ 37.600, em 2006).Brasília também detém, junto com São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Curitiba 25% do PIB nacional. Estes dados evidenciam o papel concentrador de renda e de população que Brasília exerce na sua região de influência. Se por um lado isto se deve a presença do governo federal e do peso das ligações empresariais de todo o país com a capital, cada vez mais a economia local se fortalece com o crescimento do setor empresarial, basicamente terciário. No entanto, é inegável que são os recursos do setor público que turbinam o dinamismo econômico da capital. O peso da Administração Pública na economia de Brasília passou de 48,3% em 2002 para 49% em 2006, indicando um crescimento da sua importância na economia brasiliense.

Outra pesquisa do IBGE divulgada recentemente confirma, com base em dados de 2006, que os servidores públicos detêm 65% da massa salarial no DF (este percentual era de 60% em 1996), embora representem atualmente só 40% do total dos empregados. A pesquisa do Cadastro Central de Empresas - Cempre informa que em 2006 foram pagos R$ 28,7 bilhões em salários no DF, o que equivale a 5,7% do volume total do país e representa mais do que a soma de todos os outros estados da Região Centro-Oeste. A média salarial do trabalhador brasiliense é de R$ 2.440,00, mais do que o dobro da média nacional que é de R$ 1.208,64. A alta renda dos brasilienses aliada aos serviços contratados e às compras efetuadas pela administração pública federal e do DF às empresas daqui faz com que um considerável volume de recursos circule na economia local, criando um círculo virtuoso que tem tornado o DF um dos mais dinâmicos e atraentes polos de crescimento econômico no país.

A crescente influência urbana de Brasília no cenário nacional a consolida como o principal centro polarizador do desenvolvimento territorial no interior do país, um projeto geopolítico traçado 200 anos antes da sua inauguração. A região na qual Brasília se insere é a que mais rápido se desenvolve no país, mas ainda é marcada por uma ocupação desigual e fortemente polarizada por três grandes centros apenas: Brasília, Goiânia e Uberlândia, segundo o Estudo da Dimensão Territorial para o Planejamento, recentemente publicado pelo MPO e CGEE. Brasília já é a quarta cidade em população no país e em pouco tempo será a terceira, segundo estimativas do próprio IBGE. E enquanto São Paulo e Rio de Janeiro tendem a ter redução na sua população no futuro, Brasília ainda possui muito espaço físico para crescer. Todas estas caraterísticas da capital federal e a proximidade do poder têm atraído grandes grupos empresariais para a cidade, desde gigantes da indústria farmacêutica até as maiores empreiteiras do país.

A favorável posição estratégica de Brasília aponta para um cenário de prosperidade econômica crescente, mas também de acentuação das desigualdades sociais e territoriais. A segregação socioespacial, que caracteriza o Distrito Federal desde a sua origem, agora também ocorre na relação do DF com seu entorno e deste com as cidades pobres da sua região de influência. No interior do DF a preocupação é com o rápido crescimento urbano e seus impactos no meio ambiente e com a redução progressiva da qualidade de vida da cidade. Quase 50 anos depois do deslocamento da capital para interior do país evidencia-se que a ação do Estado foi eficaz na criação de um polo de desenvolvimento descentralizado. A questão é saber se o círculo virtuoso do dinamismo econômico proporcionado pela maior densidade urbana e demográfica em Brasília irradiará os frutos da sua prosperidade para o seu entorno e região de influência ou se produzirá maior desigualdade sócio-territorial, sobrecarga sobre as infraestruturas e degradação ambiental.

Sérgio Ulisses Jatobá é pesquisador visitante do **Ipea**, doutor em Desenvolvimento Sustentável

CIRCUITO

Combustíveis

Microalgas, nova alternativa para o biodiesel

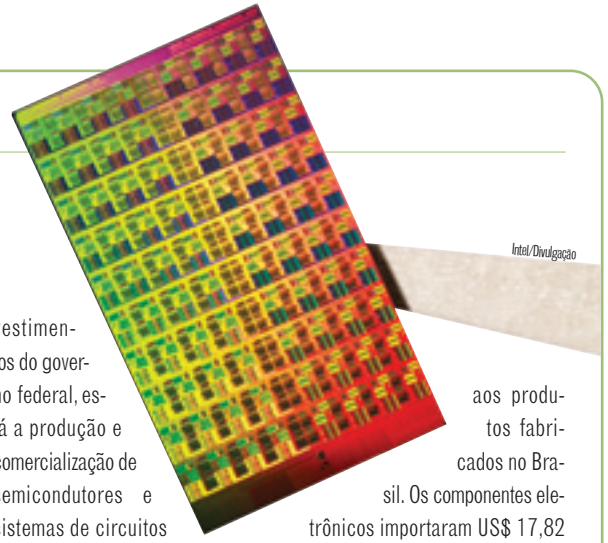
O Centro de Pesquisas (Cenpes) da Petrobras, em parceria com as universidades federais de Rio Grande e de Santa Catarina, realiza estudos que podem indicar uma nova matriz para a produção de biodiesel: as microalgas que vivem nas águas salinizadas do litoral do Norte e na água proveniente de produção de petróleo do Pólo Industrial de Guamaré (RN).

Existem 300 mil espécies de microalgas no mundo, das quais 40 foram catalogadas pelos pesquisadores brasileiros. De acordo com Leonardo Bacellar, oceanógrafo da estatal, nem todas as espécies servem como matéria-prima para a produção de biodiesel. "Ainda não está definido o número de espécies de microalgas que podem ser utilizadas para produzir biocombustível", diz. "Mas é conhecido que é uma fonte de energia de alta produtividade".

As microalgas se reproduzem até 100 vezes mais rápido do que os vegetais utilizados normalmente para produção de biocombustíveis – cana-de-açúcar, mamona, dendê e milho. O mesmo ocorre em laboratórios, mantidas as condições ideais para a reprodução. A avaliação do desempenho e da produtividade das espécies coletadas foi realizada por uma equipe de oceanógrafos. A segunda fase está sendo executada por equipes de químicos, que estão promovendo as etapas de extração de lipídios, síntese, purificação e caracterização química do biodiesel.

Eletrônica

Brasil produzirá semicondutores



Intel/Divulgação

O Brasil deve assumir a liderança da indústria eletrônica na América Latina em pouco tempo. É o que prevê o novo presidente do Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), Eduard Weichselbaumer, que vê, neste período de crise econômica, um momento oportuno para investir em tecnologia nova, pela facilidade de ganhar mercado. "O Ceitec é uma obra maravilhosa porque colocará o Brasil no mercado de semicondutores mundial", disse. A fábrica é única no ramo em toda AL e já está trabalhando no desenvolvimento de chips com tecnologias muito avançadas, capazes de alcançar a liderança em nichos de mercado de várias partes do mundo e de atrair investidores internacionais.

A empresa pública Ceitec S/A foi criada pelo Decreto 6.638/2008 e é vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT). Entre as atividades da empresa, que já recebeu mais R$ 270 milhões em investimentos do governo federal, está a produção e comercialização de semicondutores e sistemas de circuitos integrados, a transferência de tecnologias adquiridas ou desenvolvidas, a prestação de consultoria e assistência técnica e a elaboração de testes de lotes de circuitos integrados. Em fevereiro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou a autorização para aporte de mais R$ 40 milhões em recursos para o funcionamento da empresa como sociedade anônima.

O secretário de Política de Informática (Sepin) do Ministério da Ciência e Tecnologia, Augusto Cesar Gadelha, disse que a plena produção do Ceitec contribuirá para a melhoria da balança comercial brasileira. Primeiro, porque reduzirá a importação de semicondutores e, segundo, porque agregará valor aos produtos fabricados no Brasil. Os componentes eletrônicos importaram US$ 17,82 bilhões em 2008, sendo o segmento de maior peso para a balança comercial do setor eletroeletrônico, que registrou déficit de US$ 22,1 bilhões no ano passado.

Atualmente, o Ceitec está desenvolvendo chip de rastreabilidade para o rebanho bovino brasileiro. Nos próximos dias, serão concluídos mais 10 mil unidades do produto. Os preços da carne com rastreabilidade sobem até 15% no mercado mundial.

Weichselbaumer é engenheiro elétrico, com diversas especializações, e tem 30 anos de experiência na área de semicondutores,. Montou várias empresas na Alemanha, Estados Unidos, Japão e na Índia. É alemão radicado no Brasil.

Clima

Satélites vão monitorar índices pluviométricos

A Agência Nacional de Águas (ANA) e a Agência Espacial Brasileira (AEB) firmaram convênio com o objetivo de desenvolver atividades de suporte para medição das chuvas por satélites. Deste modo, o Brasil passa a integrar o Programa de Medida Global da Precipitação (GPM), uma iniciativa conjunta da Nasa e da Jaxa, agências espaciais norte-americana e japonesa, respectivamente.

O superintendente de Gestão da Rede Hidrometeorológica da ANA, Valdemar Guimarães, disse que as agências brasileiras pretendem estruturar e manter uma rede desenvolvida para coleta de dados pluviométricos. Na avaliação da AEB, as informações obtidas permitirão melhorias no gerenciamento de recursos hídricos, no planejamento das atividades do agronegócio, nos alertas de tempestades severas, inundações e riscos de deslizamento, nas previsões do tempo, no entendimento do ciclo hidrológico regional e global e nas análises de mudanças climáticas globais.

Os dados transmitidos pelos satélites serão validados pelas estações telemétricas, plataformas terrestres de coletas de informações com transmissão por satélite. O Brasil conta, atualmente, com mais de 8 mil estações. "É a segunda maior rede das Américas, depois dos Estados Unidos, afirmou Guimarães. "O Brasil também tem o segundo maior sistema de informações sobre essa parte de recursos hídricos".

Ciberespaço

Internet e energia andam juntas

Os brasileiros terão acesso, ainda este ano, à internet por meio da rede elétrica. A regulamentação do serviço, conhecido como BPL ou PLC (Broadband over Power Lines ou Power Line Communications, nas siglas em inglês), está em fase de aprovação pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). A vantagem é de que a rede elétrica chega em 98% das residências do País e já foi testada em várias cidades.

Para o gerente de Engenharia de Espectro da agência, Marcos de Souza Oliveira, o importante em autorizar o uso dessa tecnologia é que ela dará novo impulso aos programas de inclusão digital. "Nas localidades onde não há interesse econômico das operadoras de telecomunicações e mesmo nas grandes cidades, essa tecnologia poderá ser mais uma opção de oferta de banda larga à população", disse.

O governo tem grande interesse na evolução do BPL porque, além de fomentar a inclusão digital, poderá implantar programas remotos de saúde e educação sem necessidade de investir na implantação de infraestrutura de rede. O Ministério das Comunicações já está testando o uso de banda larga por meio de rede elétrica, no município de Candiota, no Rio Grande do Sul. A realização de testes começou no final do ano passado e vai durar dois anos.

Companhias de distribuição de energia elétrica também estão testando com sucesso o serviço em caráter experimental, enquanto não sai a regulamentação. Muitas delas já têm planos de negócios para explorar comercialmente o serviço. Um exemplo é a Companhia Elétrica de Goiás (Celg), que levou a banda larga via rede elétrica a escolas, postos de saúde e policiais de Goiânia. "Nós já temos um modelo de negócio para exploração desse serviço, absolutamente sustentável, que reduziria inclusive os prejuízos com perdas técnicas e comerciais de energia", disse Ênio Andrade Branco, presidente da empresa.

Com a regulamentação, o acesso à internet chegará nas casas via tomada da rede elétrica. O modem específico para conexão custa hoje em torno de R$ 100,00.

Dreamstime

Biodiversidade

Um perfume com cheiro de araçá

Elza Fiúza/ABr

A engenheira florestal Ana Virgínia (*foto),* da Universidade de Brasília (UnB) encontrou no araçá do cerrado (Psidium myrsinides) uma matéria-prima para perfumes, o linanol. A substância está presente no óleo essencial da planta e, em cosméticos e perfumes, serve para fixar a fragrância na pele.

O linanol também pode ser extraído de outras plantas, como o manjericão e o pau-rosa da Amazônia. No entanto, o araçá tem vantagem na questão da sustentabilidade. "Como o linanol é extraído somente da folha, é menos degradante ao meio ambiente. No pau-rosa, por exemplo, extrai-se do tronco da árvore, que demora 30 anos para crescer.", diz Ana Virgínia. "Ainda não há como prever o uso comercial do linanol do araçá. Nós descobrimos a substância nos óleos essenciais da planta e agora estamos partindo para pesquisas mais avançadas. Acredito que dentro de dois ou três anos já se tenha resultados favoráveis".

Jovem Cientista

Inscrições estão abertas até o dia 31 de julho

Estão abertas, até o dia 31 de julho, as inscrições para o 24º Prêmio Jovem Cientista, considerado uma das mais importantes premiações do gênero na América Latina. O tema deste ano é Energia e Meio Ambiente - Soluções para o Futuro. Seus objetivos são estimular a pesquisa, revelar talentos e investir em estudantes e profissionais que procuram alternativas para os problemas nacionais.

O prêmio é uma parceria entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCT), a empresa siderúrgica Gerdau e a Fundação Roberto Marinho. A premiação será atribuída nas categorias: Graduado, Estudante do Ensino Médio, Estudante do Ensino Superior, Orientador e Mérito Institucional.

Na categoria Graduado, podem concorrer aqueles que já concluíram o curso de graduação e que tinham menos de 40 anos de idade em 31 de dezembro de 2008. Na categoria Estudante do Ensino Superior, os que estejam freqüentando cursos de graduação e que, na mesma data, tinham menos de 30 anos de idade.

Na categoria Estudante do Ensino Médio, podem se inscrever alunos de escolas públicas ou privadas e em escolas técnicas e que tinham menos de 25 anos. Na categoria Orientador, serão premiados professores ou pesquisadores que tenham atuado como orientadores dos candidatos vencedores nas categorias Graduado e Estudante do Ensino Superior. Na categoria Mérito Institucional, serão premiadas uma instituição de ensino superior e outra de ensino médio, às quais estiver vinculado o maior número de trabalhos com qualidade, de acordo com parecer da comissão julgadora.

Pensando o longo prazo

Reconhecido como instituição de excelência nas áreas de pesquisa, assessoramento e avaliação de políticas públicas, o **Ipea** se propõe a um grande desafio: gerar subsídios que permitam ajudar na formulação de uma agenda de desenvolvimento para o País

Da Redação, de Brasília

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**) está fazendo uma ampla reformulação em seu modelo de gestão e de planejamento estratégico, para responder a um grande desafio: gerar, até 2010, subsídios técnicos que venham ajudar no debate nacional sobre diretrizes de ação para uma agenda de desenvolvimento para o País, pensando no longo prazo. Ao mesmo tempo, o **Ipea** quer valorizar o trabalho de assessoramento ao governo e de capacitação de gestores públicos, e reafirmar-se como instituto de excelência em pesquisa aplicada, que participa ativamente da formulação, acompanhamento, análise, avaliação e prospecção de políticas públicas.

Divulgação

Novo foco: além de realizar estudos sobre a economia brasileira, o Ipea avaliará, também, o impacto do desenvolvimento na vida das famílias

O desafio está colocado: "Essa agenda (de desenvolvimento) é um esforço imenso que o **Ipea** vai ter que realizar. E ele não consegue realizar com efetividade essa tarefa sem se reordenar em termos de estratégia e de modelo de gestão", afirma Fernando Ferreira, diretor de Administração e Finanças. Em compensação, ao dar essa atribuição, o ministro Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, reforçou "o papel do **Ipea** na produção intelectual para o Estado e a sociedade brasileira".

O primeiro passo foi elaborar um plano de trabalho para o cumprimento da missão. "O plano de trabalho que estamos consolidando é fruto de um esforço coletivo das diretorias e dos pesquisadores do **Ipea**", explica José Celso Cardoso Júnior, assessor da presidência e técnico de carreira da instituição que está coordenando a elaboração da proposta. Para dar concretude a tamanho desafio, foi pensado e estruturado o projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro, que tem por objetivo servir como plataforma de sistematização e reflexão acerca dos entraves e oportunidades do desenvolvimento nacional. Para tanto, seminários de abordagens amplas, oficinas temáticas específicas, cursos de aperfeiçoamento em torno do desenvolvimento e publicações de várias ordens são algumas das atividades a compor este projeto. Trata-se, sabidamente, de um projeto ambicioso e complexo, mas indispensável para fornecer ao Brasil conhecimento crítico à tomada de posição frente aos desafios da contemporaneidade mundial.

No biênio 2009/2010, além da agenda de seminários e oficinas que já se encontra em curso, destaque especial será dado à produção dos documentos de referência sobre os eixos do desenvolvimento brasileiro, definidos ao longo de 2008 por meio de um processo intenso e muito rico de debates e discussões internas. São estes os sete eixos ou dimensões cruciais do desenvolvimento brasileiro, segundo o planejamento estratégico interno em curso no **Ipea**: i) Inserção Internacional Brasileira Soberana; ii) Macroeconomia para o Pleno Emprego; iii) Estrutura Produtiva e Tecnológica Avançada e Regionalmente Integrada; iv) Infraestrutura Econômica, Social e Urbana; v) Sustentabilidade Ambiental; vi) Proteção Social, Garantia de Direitos e Geração de Oportunidades; vii) Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia.

Divulgação

José Celso Cardoso, do Ipea: trabalho começou com o reordenamento da estratégia e do modelo de gestão

7

eixos estratégicos

foram definidos como cruciais para o desenvolvimento brasileiro. Emprego, proteção social e meio ambiente estão entre as prioridades

Cada um dos livros está estruturado de forma a ser capaz de apresentar: i) um diagnóstico sintético, mas atualizado, de cada campo temático ou questão-chave contemplada; ii) um diálogo com o mundo das políticas públicas correspondentes e seus impactos ou sua capacidade de enfrentar os principais problemas diagnosticados; e, por fim, iii) um conjunto de diretrizes para (re)organizar – quando for este o caso – a orientação e a ação governamental federal por meio de suas principais políticas públicas.

ALINHAMENTO Os sete grandes eixos temáticos do desenvolvimento, ressalta Ferreira, possibilitam o alinhamento do plano de trabalho, construído ao longo de 2008. Isto impôs a necessidade do planejamento estratégico como uma atividade permanente dentro do órgão, com o direcionamento das grandes ações a serem desenvolvidas, dando a elas um caráter de integração sistêmica. A amplitude do plano de trabalho levou, por exemplo, o **Ipea** a modelar o concurso público para

Os principais pontos do plano de trabalho

O Plano de Trabalho Institucional do **Ipea** no biênio 2009/2010 está composto pelos seguintes projetos e atividades prioritárias:

- Integração Sistêmica do **Ipea** no Ciclo de Gestão das Políticas Públicas Federais.
- Projeto Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro: seminários, oficinas temáticas e estudos e pesquisas visando a produção dos documentos de referência para cada um dos eixos do desenvolvimento nacional: I) Inserção Internacional Brasileira Soberana; II) Macroeconomia para o Pleno Emprego; III) Estrutura Produtiva e Tecnológica Avançada e Regionalmente Integrada; IV) Infraestrutura Econômica, Social e Urbana; V) Sustentabilidade Ambiental; VI) Proteção Social, Garantia de Direitos e Geração de Oportunidades; VII) Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia.
- Projeto Brasil em Perspectiva; planejamento, políticas públicas e desenvolvimento.
- Projetos de Pesquisa do Programa **Ipea**-BID.
- ACT, Convênios e Contratos em andamento.
- Redes de Pesquisa **Ipea**: I) Rede **Ipea** / Entidades Estaduais de Pesquisa; II) Rede **Ipea** / ANPEC - ANPOC - ANPUR; III) Rede **Ipea** / Associações de Pesquisadores; IV) Rede **Ipea** / Entidades do Setor Produtivo; V) Rede **Ipea** / Organizações Não Governamentais de Atuação Pública; VI) Rede **Ipea** / Organizações Internacionais
- Novo Sistema de Indicadores Econômicos e Sociais: I) Sensor Econômco; II) Indicador de Produção Industrial Mensal; III) Índice de Qualidade do Desenvolvimento (IQD); IV) Indicadores de Percepção Social (IPS); V) Índice de Expectativa Econômica das Famílias (IEF); VI) Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF); VII) Índice de Desenvolvimento da Economia da Cultura (IDECULT).
- Projeto **Ipea** na Universidade: I) Bolsas Anpec/Anpocs/Anpur; II) Programa de Cátedras **Ipea**; III) Apoio a Eventos Técnico-Científicos; IV) Intercâmbio Estudantil (Parceira **Ipea**/ANGE/Programa PET).
- Curso de Mestrado Profissional em Desenvolvimento e Políticas Públicas (parceria **Ipea**-ENSP Fiocruz/DF).
- Prêmio **Ipea** / CEF.

a contratação de 80 novos técnicos especializados nas áreas prioritárias.

"O concurso público busca essa pluralidade, essa diversidade e nível de formação diferenciado, para ter na casa um conjunto de saberes capazes de possibilitar a criação dessa agenda de desenvolvimento", explica o diretor, acrescentando que o objetivo do plano é ter uma remodelagem organizacional, que proporcione à instituição condições de cumprir suas metas. A construção de uma agenda finalística, embora fundamental, deve ser complementada pela implementação de ações de gestão para dar sustentação ao processo de modernização, afirma. Com essa visão de conjunto, surgiu o Programa de Fortalecimento Institucional do **Ipea**, que prevê, entre outras iniciativas, a implantação de um processo contínuo e participativo de planejamento estratégico que contempla plano de metas institucionais e de compromissos da instituição com o Estado e a sociedade.

"Neste ano, nossa preocupação é, com base nos direcionadores definidos no processo de planejamento estratégico, estabelecer metas, diferenciando o **Ipea** como uma instituição que assume um compromisso público com seus resultados", afirma Ferreira. "Queremos uma proposta de modernização estruturante para o **Ipea**, que se inclua na cultura da casa".

INDICADORES Sob a ótica do fortalecimento institucional, o **Ipea** está preparando um conjunto de novos indicadores econômicos e sociais, imprescindíveis para a compreensão da realidade e da conjuntura brasileira. "Essa iniciativa parte da constatação de que as bases de dados existentes, fornecidas pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ministérios e sociedade, são muito ricas de informação, mas se traduzem em indicadores analíticos insuficientes para a gente apreender o movimento da realidade e da conjuntura", afirma Cardoso Júnior. Os novos indicadores permitem um melhor acompanhamento da conjuntura econômica e social, focalizando também o desempenho e expectativas das empresas e das famílias.

O primeiro deles foi o Sensor Econômico, lançado em fevereiro, para medir as expectativas do empresariado sobre diversas variáveis econômicas e sociais. Reúne informações econômicas e sociais. "É uma mistura importante, porque nos interessa aferir a qualidade do desenvolvimento. Não interessa apenas que a economia esteja crescendo. Ela precisa estar crescendo com distribuição de renda, com geração de emprego, caso contrário não adianta. É um crescimento que, para nós, não é satisfatório. Então, esse tipo de indicador tem esse objetivo de juntar importantes dimensões que compõem o desenvolvimento", explica Cardoso Júnior.

FAMÍLIAS A partir da experiência do Sensor Econômico, o **Ipea** está criando o Índice de Expectativa Econômica das Famílias, que vai aferir o ânimo dos brasileiros sobre o futuro próximo. Esse indicador vai abordar questões como emprego, renda, crédito e endividamento. Numa parceria com Ministério do Desenvolvimento Social, o **Ipea** desenvolveu, sob a coordenação do pesquisador Ricardo Paes de Barros, também o Índice de Desenvolvimento das Famílias, para medir o impacto do Programa Bolsa Família na vida de seus beneficiários. "É um indicador bastante inovador e útil para medir a qualidade da política do Bolsa Família", ressalta Cardoso Júnior.

Outros dois indicadores, o Índice de Qualidade do Desenvolvimento e o Indicador de Percepção Social, são ferramentas importantes de análise do desenvolvimento econômico e social do País. Para Cardoso Júnior, há muita discussão sobre as deficiências dos serviços públicos, mas falta um indicador para medir o grau de satisfação do usuário com as

políticas públicas, qualidade dos serviços, regularidade, eficiência e eficácia do serviço oferecido. "A gente vai tentar aferir isso com o Indicador de Percepção Social", comenta.

Outro instrumento de verificação do grau de desenvolvimento da população é o consumo de serviços culturais: "A população pobre gasta quase toda renda em alimentação, a mais rica e escolarizada gasta proporcionalmente menos de sua renda com comida e mais com outros bens imateriais, notadamente bens culturais", diz. Em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o **Ipea** criou o Índice de Desenvolvimento da Economia da Cultura, que mapeia o mercado de trabalho no setor cultural, o consumo de cultura e a oferta de serviços culturais, como cinema, bibliotecas, teatros, nos municípios brasileiros.

"São indicadores que ainda têm que passar pelo crivo da academia, do rigor técnico, da sensibilidade política, por todo um trabalho de aprimoramento. Mas a idéia está posta: criar novos indicadores para melhor balizar o debate socioeconômico no Brasil", comenta Cardoso Júnior.

Além da criação de novos indicadores, o **Ipea** quer fortalecer a articulação com o governo, dando ênfase ao trabalho de assessoramento direto ao Estado. "Recentemente, o **Ipea** recuperou – e vem institucionalizando - essa função de assessoramento, de aproximação de seus técnicos com as instâncias de governo", relata. Com essa aproximação, o instituto tem acesso a informações e a diferentes visões, o que "qualifica o trabalho de pesquisa e melhora o trabalho de assessoramento".

A estratégia é dar maior efetividade ao trabalho de pesquisa e mostrar resultados. "Antes praticamente só especialistas viam o que o **Ipea** estava fazendo. Aparecia isoladamente na forma de um TD (texto para discussão) ou de um seminário. Agora, a gente vai reunir anualmente esse esforço de pesquisa e dar vazão à produção técnica através de documentos temáticos específico", acrescenta Cardoso Júnior.

Diagnóstico abrangente das áreas temáticas

Os documentos que serão publicadas neste ano, sobre a Agenda do Desenvolvimento, devem trazer um diagnóstico abrangente de cada área temática. "Estamos fazendo essa amarração para dar mais efetividade a esse tipo de produção", informa o assessor da presidência do **Ipea** Cardoso Júnior.

A mesma lógica vem determinando a readequação do documento Brasil: estado de uma nação. Em sua nova versão, ele está pensado para ser uma análise anual do **Ipea** no campo do acompanhamento, análise e avaliação das políticas públicas. A publicação, que agora vai passar a se chamar Brasil em perspectiva — planejamento, políticas públicas e desenvolvimento, terá como base o esforço de pesquisa, acompanhamento, análise, avaliação e prospecção das políticas públicas, feito anualmente pela instituição. Ainda no primeiro semestre de 2009, o **Ipea** espera lançar o primeiro documento reformulado, abrangendo 20 capítulos específicos de acompanhamento e avaliação de programas ou ações governamentais nas mais diversas áreas de atuação.

Com isso, o documento dará maior visibilidade ao **Ipea** junto aos seus parceiros no governo federal, tornando um importante instrumento de discussão, notadamente junto às instituições que compõem o chamado ciclo de gestão das políticas públicas federais. Outra iniciativa nesta mesma direção, também visando o fortalecimento do **Ipea** no âmbito do governo federal, é o conjunto de cerca de 80 novos acordos de cooperação, convênios e contratos firmados pelo órgão com parceiros considerados estratégicos para sua missão de pensar o desenvolvimento brasileiro em interação com atores sociais.

Outra iniciativa nesta mesma direção, também visando o fortalecimento do **Ipea** no âmbito do governo federal, é o conjunto de cerca de 80 novos acordos de cooperação, convênios e contratos firmados pelo órgão com parceiros considerados estratégicos para sua missão de pensar o desenvolvimento brasileiro em interação com atores sociais.

O diretor de Administração e Finanças do **Ipea**, Fernando Ferreira, lembra que a missão da instituição é "produzir, articular e disseminar conhecimento para aperfeiçoar as políticas e contribuir para o desenvolvimento brasileiro". Para o cumprimento dessa missão, o fortalecimento da área de gestão e sua integração com a área finalística são condições necessárias. Por isso a atual Diretoria receberá nova designação — Diretoria de Desenvolvimento Institucional - ampliando suas funções com a incorporação de ações de natureza estratégica.

"Estamos aqui para construir soluções de modernização estruturantes. Não se pode fazer isso sem ter uma área que pense de forma estratégica a instituição. Esse é o papel da nova diretora de desenvolvimento", explica Ferreira. Ele defende a gestão pró-ativa do conhecimento como permanente aperfeiçoamento dos processos de geração, armazenamento, recuperação, disseminação e utilização do conhecimento produzido na instituição. "Não adianta nós aqui continuarmos gerando tamanha riqueza de produção, se não temos uma prática mais sofisticada de guardar isso, recuperar e possibilitar que o públicos tenha acesso", pondera.

Divulgação

Fernando Ferreira: 80 novos parceiros ajudarão o Ipea no esforço de planejar a longo prazo

AGENDA

Programe-se

ABRIL

Dia 13 – Encontro de Parlamentares da Comissão Amazônia – Integração Nacional e Desenvolvimento Regional
Mediador: Marcio Pochmann
Horário / Local: 8h às 9h30 no auditório **Ipea** - SBS, Qd 1, Bl J. Edifício **Ipea**/BNDES, Brasília-DF
Informações: Guilherme Dias (Guilherme.dias@ipea.gov.br)
Telefone: (61) 3315-5103
Realização: Presi (Presidência do **Ipea**)

Dia 14 – Reunião sobre a Avaliação dos Fundos Setoriais
Mediador: Luis Manuel Fernandes — Presidente da FINEP
Horário / Local: 9h às 18h no auditório do 11º andar - SBS, Qd 1, Bl J. Edifício **Ipea**/BNDES, Brasília-DF
Informações: Kátia Sousa (katia.sousa@ipea.gov.br)
Telefone: (61) 3315-5341
Realização: Diset (Diretoria de Estudos Setoriais)

Dia 15 – Café da Manhã com a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio
Mediadores: Marcio Pochmann e Diretoria
Horário / Local: 8h às 9h30 no auditório **Ipea** - SBS, Qd 1, Bl J. Edifício **Ipea**/BNDES, Brasília-DF
Informações: Guilherme Dias (Guilherme.dias@ipea.gov.br)
Telefone: (61) 3315-5103
Realização: Presi (Presidência do **Ipea**)

Dias 17 a 29 – Encontro com Membros da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal
Mediadores: Marcio Pochmann e Diretoria
Horário / Local: 8h às 9h30 no auditório **Ipea** - SBS, Qd 1, Bl J. Edifício **Ipea**/BNDES, Brasília-DF
Informações: Guilherme Dias (Guilherme.dias@ipea.gov.br)
Telefone: (61) 3315-5103
Realização: Presi (Presidência do **Ipea**)

Dia 24 – Divulgação da Pesquisa Mensal de Emprego pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Local: Rio de Janeiro-RJ
Informações: www.ibge.gov.br

Dia 28 e 29 – Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom)
Local: Banco Central, Brasília-DF
Informações: www.bcb.gov.br

MAIO

Dia 5 – Divulgação da Pesquisa Industrial Mensal pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Local: Rio de Janeiro-RJ
Informações: www.ibge.gov.br

Dia 8 – Divulgação do IPCA pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Local: Rio de Janeiro-RJ
Informações: www.ibge.gov.br

Dias 10 a 12 – 3rd Conference on Micro Evidence on Innovation in Developing Economies (Meide)
Local: Rio de Janeiro-RJ
Informações: www.ipea.gov.br

Dias 19 a 22 – 1º Seminário Nacional de Sociologia Econômica
Local: UFSC, Florianópolis-SC
Informações: www.anpocs.org.br

Dia 21 – Divulgação da Pesquisa Mensal de Emprego pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Local: Rio de Janeiro-RJ
Informações: www.ibge.gov.br

JUNHO

Dia 1º – Divulgação da Pesquisa Industrial Mensal pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Local: Rio de Janeiro-RJ
Informações: www.ibge.gov.br

Dias 9 e 10 – Reunião do Comitê de Política Monetária (Copom)
Local: Banco Central, Brasília-DF
Informações: www.bcb.gov.br

Dia 10 – Divulgação do IPCA pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Local: Rio de Janeiro-RJ
Informações: www.ibge.gov.br

Dia 25 – Divulgação da Pesquisa Mensal de Emprego pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Local: Rio de Janeiro-RJ
Informações: www.ibge.gov.br

Linhagens do Brasil contemporâneo

Como pensamos o Brasil hoje? E como as formas de pensá-lo se relacionam com a nossa atuação política? Linhagens do pensamento político brasileiro de Gildo Marçal Brandão (São Paulo: Editora Hucitec, 2007, 220p.) apresenta respostas inovadoras às questões e propõe um programa de pesquisa desafiador às ciências sociais. Perseguindo o fio que nos tem ligado na prática contemporânea dessas disciplinas ao nosso passado intelectual, Brandão propõe nova inteligibilidade para o pensamento político-social. Mais do que mera testemunha do passado, constituiria o índice da existência de um corpo de problemas e soluções intelectuais a que autores e atores sociais de diferentes épocas somos levados a nos referir, ainda que indiretamente e guardadas as especificidades cognitivas e políticas de cada um, no enfrentamento de velhas e novas questões.

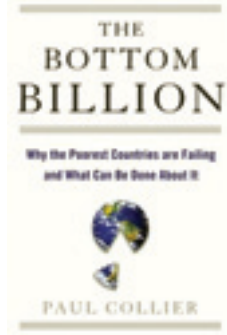
A hipótese do livro apresentada em seu primeiro capítulo é que os conceitos de "idealismo orgânico" e "idealismo constitucional" formulados por Oliveira Vianna possuem valor cognitivo heurístico para repensar a tradição intelectual brasileira do Império aos nossos dias, embora esses conceitos estejam referidos especialmente às relações entre Estado e sociedade. Assim, cotejando diferentes trabalhos e autores contemporâneos e do passado recente ou mais remoto, Brandão situa o liberalismo atual numa linha de continuidade que se inicia com a sugestão de Tavares Bastos sobre o caráter parasitário do Estado brasileiro, passa pela tese de Raymundo Faoro sobre a permanência de um estamento burocrático-patrimonial e chega à proposta de Simon Schwartzman e outros "americanistas" de "(des)construção de um Estado que rompa com sua tradição 'ibérica' e imponha o predomínio do mercado, ou da sociedade civil, e dos mecanismos de representação sobre os de cooptação, populismo e 'delegação'" (Brandão, 2007: 33-4). Do mesmo modo seria possível surpreender a atualização da crítica saquarema ao suposto utopismo dos liberais, malgrado seus sentidos distintos, nos trabalhos do visconde do Uruguai, do próprio Oliveira Vianna, Guerreiro Ramos e Wanderley Guilherme dos Santos entre outros. Os dois capítulos seguintes, o segundo e o terceiro, são dedicados à investigação do programa de pesquisa conservador e algumas de suas atualizações nas análises de, respectivamente, Oliveira Vianna e Oliveiros S. Ferreira.

O programa de pesquisa proposto consiste, assim, em perscrutar respostas particulares e muitas vezes descontínuas a problemas gerais e, desse modo, em reconstituir um processo de acumulação intelectual e político estruturado e de longa duração por dentro da tradição brasileira. Ao aproximar interpretações do passado às perguntas do presente, a idéia de "linhagens" permite uma visão mais integrada da própria dimensão de processo que nosso presente ainda oculta. O que não é pouco, já que os desafios atuais de qualquer sociedade estão associados à seqüência do seu desenvolvimento histórico e também cognitivo. Contudo, porque as próprias interpretações do Brasil não operam apenas no plano cognitivo, mas também participam da modelagem das práticas e das próprias instituições políticas, a idéia de "linhagens" favorece ainda a percepção do papel dessas interpretações como forças sociopolíticas. Elas operariam como um repertório cognitivo a que diferentes atores sociais podemos recorrer para buscar motivação, perspectiva e argumentos em nossas contendas. Daí que, ultrapassando a definição minimalista de política centrada exclusivamente em seus aspectos institucionais, reconstruir as linhagens do pensamento político-social brasileiro e estabelecer relações entre elas e as nossas formas atuais de sentir e pensar o Brasil e de nele atuar, acabe se revelando também uma condição de esclarecimento das estratégias contemporâneas de atuação política. Este o interesse mais amplo do livro: o reconhecimento de que o pensamento político proporciona não apenas significados à vida social brasileira, mas sentidos às ações e aos processos que, conflituosamente, a constituem.

André Botelho
Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA) da UFRJ e pesquisador do CNPq.

Linhagens do Pensamento Político Brasileiro
Gildo Marçal Brandão
Editora Hucitec – 220 páginas – R$ 30,00

Pobreza e transferência de renda



The Bottom Billion: Why the Poorest Countries are Failing and What Can Be Done About It
Paul Collier
Oxford University Press – 224 páginas – R$ 72,52

Um dos livros mais famosos lidos pela comunidade acadêmica e por políticos do mundo todo é a recente obra do economista e professor de Oxford Paul Collier, que também foi diretor de pesquisa do Banco Mundial; convidado por Joseph Stiglitz. Neste interessante livro, Paul Collier entra no debate sobre a eficácia da ajuda internacional na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento de países pobres. Esse debate tem sido bastante intenso desde a publicação de dois livros sobre o assunto: um de autoria do economista Jeffrey Sachs (*O fim da pobreza*) defendendo maiores transferência de países ricos para combater a pobreza e outro de autoria do economista William Easterly (*The White Man's Burden*) no qual esse autor condena o crescimento das políticas de transferência de renda, que terminam não melhorando a situação dos pobres nos países que recebem ajuda internacional para promoção do desenvolvimento. Paul Collier mostra no seu livro que nem Sachs nem Easterly estão corretos nem totalmente errados.

O foco da pesquisa de Collier é no que ele chama de "o bilhão de baixo" o grupo de pessoas que vivem em sociedades com extrema pobreza, sendo que 70% dessas pessoas estão no continente africano em países como Chade, Congo, República Centro-Africana, Serra Leoa, Uganda, Burkina Faso, Nigéria etc. que apresentam algumas ou todas das quatro armadilhas ao desenvolvimento: (1) conflitos armados, (2) a maldição dos recursos naturais, (3) países sem acesso ao litoral e cercado por países pobres; e (4) governos ineficientes.

Em relação aos conflitos armados, o autor mostra que países de baixa renda, sem crescimento econômico e com riquezas naturais têm maior probabilidade de ter uma guerra civil. E uma vez que esses países passam por guerras civis, aumenta muito a probabilidade de novas guerras. O autor mostra, por exemplo, que metade das guerras civis são guerras recorrentes; ou seja, uma vez que há um conflito armado em um país, esse país tem 50% de chance de ter uma nova guerra civil ao longo dos próximos 10 anos.

No caso da maldição dos recursos naturais, um velho tópico nos artigos de economia, o autor mostra que a descoberta de recursos naturais em países "pobres" leva ao que se chama de doença holandesa; com apreciação da moeda local que prejudica as demais exportações além de aumentar a rivalidade entre grupos políticos para se apropriar da riqueza do país. Isso ocorreria tanto em ditaduras como também em governos "democráticos", já que nada impediria a organização de grupos rivais em eleições para se apropriar da riqueza do país e comprar apoio político. A única forma de evitar esse problema é com o estabelecimento de boas instituições e mecanismo de transparência e controle do uso de recursos púbicos, o que nos levaria a solução da quarta armadilha (governos ineficientes) identificada no livro. Collier dá de sugestões para melhorar as instituições que vai desde um conjunto de boas práticas de governança, até a formação de uma comissão formada por governo, organismos internacionais e grupos civis locais para fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

Em relação à terceira armadilha, representada pela distância dos países do litoral, a única forma de solucionar isso é contando com a ajuda de organismos internacionais no financiamento de projetos de infraestrutura que aumentem o acesso desses países isolados ao resto mundo.

Dada a discussão das armadilhas acima, o autor defende a tese que não há solução de mercado para o problema do desenvolvimento desses países; já que mesmo os salários baixos nesses países não são mais suficientes para que esses países participem, naturalmente, da globalização; já que países como Índia, China e Vietnam ainda dispões de muita mão-de-obra barata e condições muito melhores para atração de investimentos. Dado que não há solução de mercado o que pode ser feito?

Collier acredita em um conjunto de medidas que atue na solução dos problemas levantados acima. Há sim a necessidade da ajuda internacional na construção da infra-estrutura; também há necessidade de uma espécie de roteiro de boas práticas que os governos democráticos possam seguir para fazer reformas, acordos preferenciais de acesso ao mercado dos produtos desses países aos mercados de países desenvolvidos, e a presença de uma força de paz internacional em países recém saídos de guerras civis.

Muitos criticaram essa última proposta do autor como sendo uma espécie de novo colonialismo, mas ele adverte que essa intervenção só se justificaria em casos extremos. Também é discutível a proposta de investimentos maciços (*big push*) como forma de promover o desenvolvimento. Independente de que como você se posicione nesse debate do combate à pobreza no mundo, esse é um livro que vai levar você a pensar e reconhecer que não há soluções simples ou de mercado para muitos dos países africanos e que a chave para o crescimento deve combinar programas de combate a pobreza, com a construção de infra-estrutura e reforma do estado. Sem dúvida uma agenda difícil, mas não impossível na opinião de Collier.

Mansueto F. de Almeida
Técnico de Planejamento e Pesquisa, da Diretoria de Estudos Setoriais e Inovação (DISET) do **Ipea**.

Trabalho

Quarto trimestre inverte tendência do emprego

Mesmo com o fechamento de postos de trabalhos em novembro e dezembro, 2008 ainda foi um ano bom para o emprego. A taxa média de desemprego ficou em 6,8% no ano, o menor patamar desde a implantação da metodologia atual da Pesquisa Mensal de Emprego, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e 1,4 ponto percentual abaixo da média de 2007. O *Boletim de Mercado de Trabalho*, divulgado pelo **Ipea** em fevereiro, destaca que a taxa de desemprego aberto, pela Pesquisa de Emprego e Desemprego, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), também foi o menor dos últimos anos – 9,6% na média. A queda do desemprego, pela pesquisa do IBGE, foi maior na faixa de 15 a 24 anos.

Entretanto, o *Boletim* pondera que a taxa de desemprego no ano passado caiu num ritmo menos acentuado do que nos anos anteriores, principalmente a partir do segundo semestre. Os indicadores de nível de atividade mostram que os resultados do quarto trimestre de 2008 diferem do restante do ano. Até o terceiro trimestre, os indicadores do Produto Interno Bruto (PIB), de produção industrial, de vendas no varejo e de exportações registraram aumentos expressivos em relação a 2007. A tendência se inverteu no último trimestre de 2008 em consequência da crise mundial, que continua prejudicando o mercado de trabalho e a economia neste início de ano.

O impacto foi sentido primeiro na indústria e no setor financeiro, enquanto o setor de serviços e o comércio mantiveram-se aquecidos até o final de 2008, pelos dados do IBGE. Já o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados registrou em dezembro queda geral de emprego em todos os setores. O documento do **Ipea** chama a atenção para a maior queda no emprego no setor informal, que fechou o ano com 1,4% menos postos de trabalho. O mercado informal foi o primeiro a registrar mudança de tendência, depois de grande período de expansão.

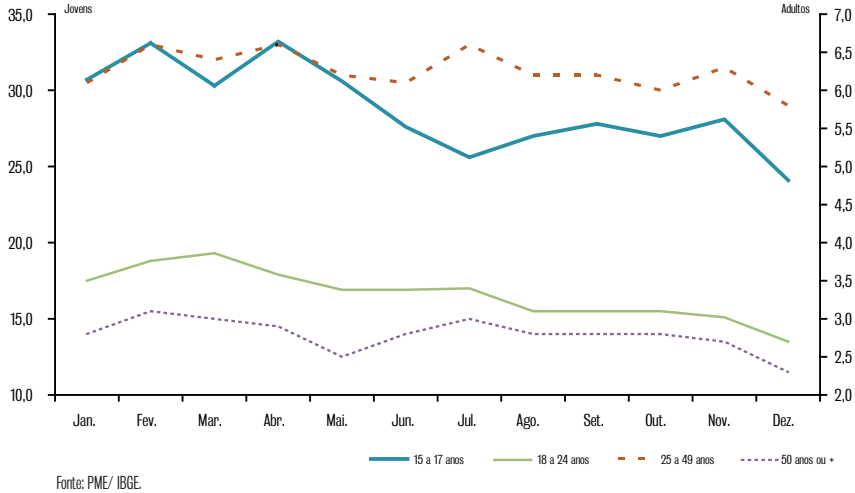
Taxa de desocupação

(Em %)

Fonte: PME/IBGE.

Taxa de desocupação por faixa etária

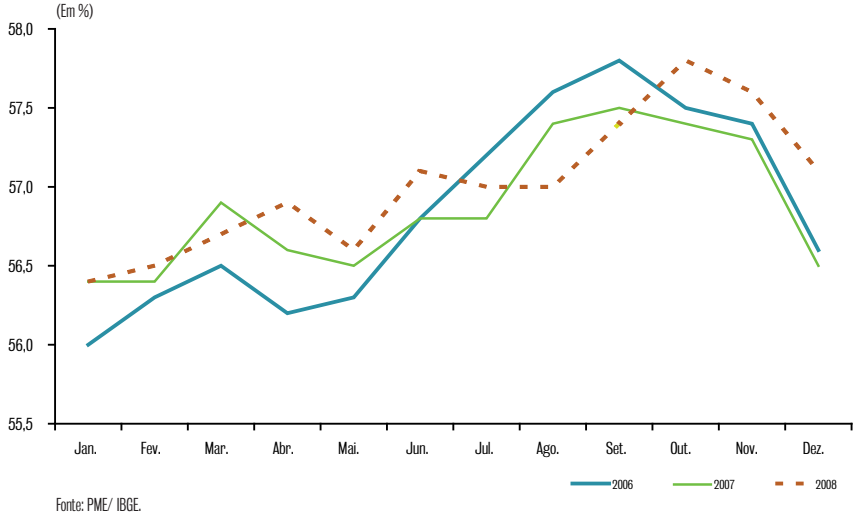
(Em %)



Fonte: PME/ IBGE.

Taxa de atividade

(Em %)

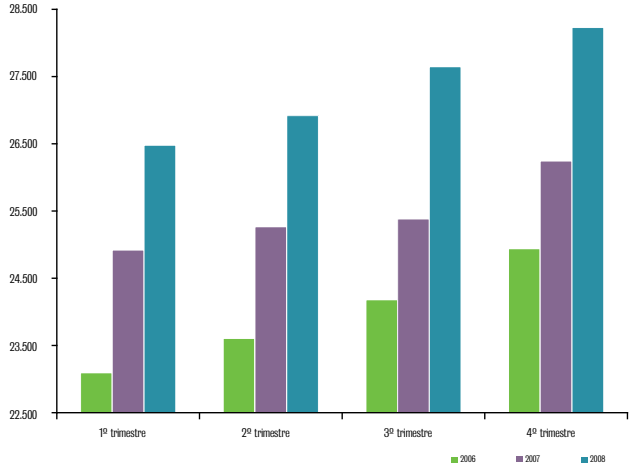


Fonte: PME/ IBGE.

Nível de ocupação
(Em milhares)

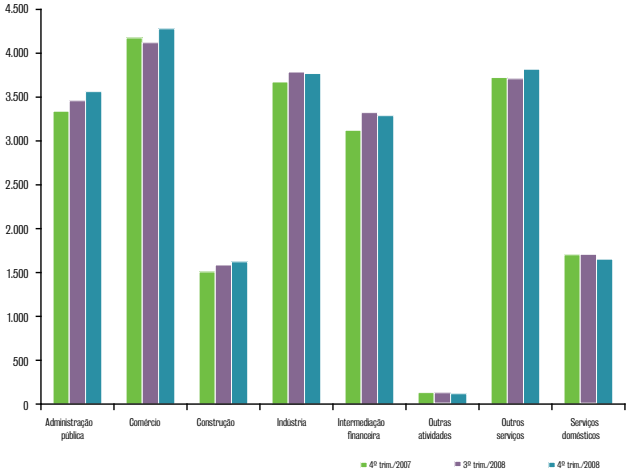
Fonte: PME/ IBGE.

Média trimestral da massa salarial
(Em milhares)



Fonte: PME/ IBGE.

Nível de ocupação por setor de atividade – 2007/2008
(Em milhares)

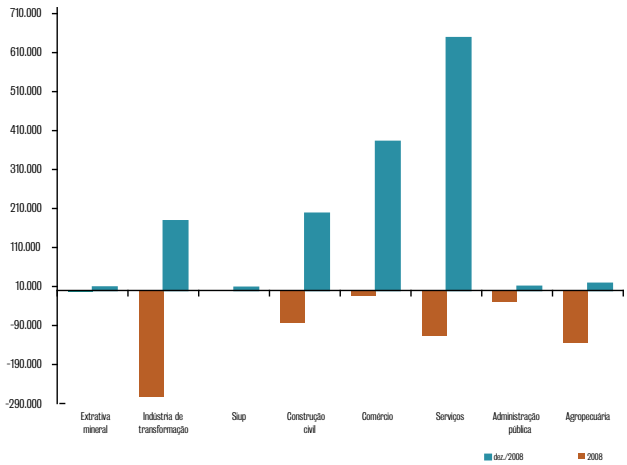


Fonte: PME/ IBGE.

Rendimento real habitualmente recebido
(Em R$ de dezembro de 2008)

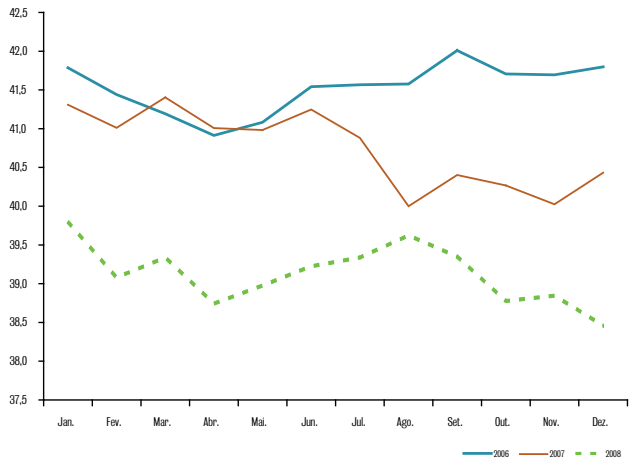
Fonte: PME/ IBGE.

Variação do nível de ocupação por setor de atividade – Dez. 2008/saldo de 2008
(Em milhares)



Fonte: Caged/MTE.

Evolução do grau de informalidade
(Em %)



Fonte: PME/ IBGE.

CARTAS

A correspondência para a redação deve ser enviada para desafios@ipea.gov.br ou para SBS Quadra 01 - Edifício BNDES - Sala 906 - CEP: 70076-900 - Brasília - DF

FINANÇAS PÚBLICAS

Gostaria muito de aprimorar os meus estudos e analises sobre a conjuntura econômica brasileira. Sou graduado em ciências sociais, com especialização em gestão urbana e mestrado em urbanismo. Desenvolvo estudos de finanças públicas por meio de leituras feitas em casa. Atualmente exerço atividade profissional na Prefeitura de Ouro Fino- sul de Minas Gerais- como assessor de planejamento e gestão. Minhas áreas de interesse permeiam os tópicos de planejamento, orçamento e políticas públicas. Ficarei muito grato com a possibilidade de ser contemplado com uma assinatura de cortesia da revista Desafios.

Cristiano Ferrari Maciel,
de Ouro Fino (MG), por e-mail

N.R. *Sua solicitação foi atendida e você incluído como assinante da revista.*

APRENDIZADO

Economista recém formado, fui beneficiado com uma bolsa integral do Programa Escola da Família, desenvolvido pelo Governo do Estado de São Paulo. Em leituras da revista **Desafios**, registro com grande satisfação o aprendizado com os artigos, matérias e estudos sobre economia. Neste sentido, por ainda ter dificuldades de acesso a essas informações, venho pedir o exemplar impresso desta revista, que tem contribuído para esse início do meu desenvolvimento profissional. Desde já agradeço a atenção.

Jonatas Silva dos Santos,
economista, de Limeira (SP), por e-mail

N.R. *Você foi incluído entre os assinantes da revista e doravante receberá o exemplar impresso.*

NEWSLETTER

Tomei conhecimento da revista **Desafios** e achei o material bastante interessante, com informações e debates. Gostaria de saber se há alguma espécie de *newsletter* ou boletim para que recebamos notícias na caixa de emails, pois não encontrei indicação no site. Caso não haja, fica a sugestão, pois é uma ótima fórmula de difusão de notícias e pesquisas.

Hermes Moreira Jr.,
mestrando em Relações Internacionais e Desenvolvimento. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais FFC-UNESP, de Marília (SP), por e-mail

N.R. *Agradecemos a sugestão. Informamos que a revista está também na internet no endereço www.desafios.ipea.gov.br*

MONOGRAFIA

Sou estudante de economia, estou fazendo minha monografia que tem como tema "A evolução sócio-econômica brasileira no período 1998 à 2008" e creio que ter em mãos um exemplar de qualidade como é o caso desta revista **Desafios**, será de grande importância e utilidade.

Paulo Rossafa Queiroz da Silva
de Osasco (SP), por e-mail

N.R. *Sua solicitação foi atendida e você incluído como assinante da revista.*

ERRATA

O nome do economista Dércio Munhoz saiu grafado de forma errada na edição 48 de **Desafios.**

ERRATA 2

A resenha do livro *The Return of Depression Economics*, de Paul Krugman, publicada na edição 48 desta revista, é de autoria de Rodrigo Pereira, técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**

Aos leitores,

Desafios do Desenvolvimento agradece as pautas sugeridas por diversos leitores que escreveram. Todas aquelas que atenderam à linha editorial da revista serão analisadas e apuradas pela equipe de reportagem no devido tempo.

Acesse o conteúdo da revista Desafios do Desenvolvimento no endereço:
www.desafios.ipea.gov.br